

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Liliana de Almeida Rodrigues, n.º 6043 do curso Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, declara sob compromisso de honra, que o trabalho de projeto é inédito e foi especialmente escrito para este efeito.

Viseu, 20 de Agosto de 2013

O aluno, _____

Agradecimentos

Por detrás das nossas realizações pessoais, além de um considerável esforço próprio, esconde-se normalmente um número muito grande de contribuições, apoios, sugestões vindos de muitas pessoas. Por isso e devido à importância que essas pessoas tiveram para mim, pois sem elas teria sido difícil chegar a um resultado final, expresso assim os meus agradecimentos.

Muito especialmente desejo agradecer à minha orientadora Prof. Doutora Maria João Amante pela disponibilidade, atenção dispensada, paciência, dedicação, profissionalismo e pela confiança depositada... Muito Obrigada!

Agradeço também aos técnicos e jovens que colaboraram no meu projeto, sem eles o trabalho ter-se-ia dificultado imenso... A todos o meu bem-haja!

Agradeço a todas as crianças e jovens com quem tive oportunidade de trabalhar durante três anos, foram elas que me fizeram descobrir o gosto por esta grande área e através de uma relação com base em alegrias, tristezas, amizade e amor foram as grandes motivadoras para aprofundar o meu gosto nesta área e prosseguir para mestrado.

Agradeço aos meus pais, às minhas irmãs e ao meu namorado todo o apoio e incentivo que me foram dando ao longo do tempo, o vosso apoio foi fundamental.

Estou grata também a todas as colegas com quem tive oportunidade de partilhar experiências e ideias, com quem trabalhei e com as quais enriqueci pessoal, e profissionalmente. Foi um prazer trabalhar convosco!

Não menos importante, mas sim fundamentais nesta minha caminhada agradeço a todas as minhas amigas e amigos, pela preocupação, carinho e incentivo...Obrigada! Deixo aqui um agradecimento especial às minhas amigas Ana Lopes, Cristina Fonseca e Célia Alves pelo percurso que fomos criando ao longo dos anos e pelo apoio incondicional!

Agradeço por último, e porque “os últimos são sempre os primeiros” ao Dr. Marco Domingues um dos responsáveis pelo meu ingresso neste mestrado, um dos grandes incentivadores desta minha caminhada!Agradeço todo o apoio, todos os ensinamentos e todas as partilhas, sem dúvida o meu mestre nesta área e a quem todas as palavras são poucas para agradecer... Obrigada pela confiança e pela tua amizade!

Agradeço igualmente às minhas amigas, ex- colegas de trabalho, Irene Sobral, Estela Sousa e Susana Pires pela vossa dedicação, compreensão e pelo vosso apoio constante... Obrigada pela vossa amizade, carinho e pela partilha de experiências!

Índice:

Introdução	1
Parte I - Enquadramento teórico.....	1
1.Evolução histórica da legislação de proteção a crianças e jovens em perigo em Portugal.....	5
1.2. Sistema de Proteção para Crianças e Jovens em Perigo	6
1.2.1.Medidas de promoção e proteção para crianças e jovens em perigo	8
1.3.O Acolhimento em Portugal.....	9
1.3.1.Sistema nacional do acolhimento de crianças e jovens em perigo	10
1.3.1.1Lares de infância e juventude.....	12
1.3.2.Breve caracterização atual do acolhimento	13
1.4.Perspectivas recentes do acolhimento	14
1.5. Intervenção nos Lares de infância e Juventude.....	16
1.6.Impacto da institucionalização nas crianças e jovens	21
Parte II - Plano de investigação.....	24
1.Plano de Investigação	24
2.Sujeitos/contextos de estudo.....	27
3.Instrumentos	29
3.1.Construção da entrevista.....	29
3.2.Avaliação da entrevista	31
4.Procedimentos	32
5.Resultados	33
5.1.Expectativas em relação aos resultados	33
5.2.Análise exploratória dos resultados do teste piloto à entrevista.....	34
Conclusão	57
Bibliografia	61

Anexos

Anexo A-Cronograma.....	66
Anexo B-Carta enviada às instituições	67
Anexo C – Guião de entrevista Gestores de caso	68
Anexo D – Guião de entrevista jovens.....	73
Anexo E – Consentimento Informado.....	78
Anexo F – Transcrição entrevistas efetuadas técnicos gestores de caso	79
Anexo G- Critérios avaliação guião de entrevista estruturada gestores de caso	88
Anexo H-Resposta questionários validação entrevista técnicos	93
Anexo I - Tabela Dimensões, categorias e subcategorias resultantes do guião de entrevista dos técnicos gestores	108
Anexo J – Resultados obtidos através da análise com o programa NVivo às entrevistas dos técnicos gestores.....	110
Anexo K - Reformulação Guião entrevista Técnicos gestores de caso.....	119
Anexo L- Transcrição entrevistas efetuadas aos jovens	122
Anexo M – Critérios de avaliação Guião de entrevista semiestruturada jovens	127
Anexo N -Resposta questionários validação entrevista jovens.....	132
Anexo O – Tabela Dimensões, categorias e subcategorias resultantes do guião de entrevista dos jovens.....	147
Anexo O-Resultados análise dados entrevistas jovens com programa NVivo	148

Índice de tabelas

Tabela 1 – Lares de Infância e Juventude por distrito em Portugal	29
Tabela 2-Dimensões resultantes da análise de conteúdo do guião de entrevista a gestores de caso	35
Tabela 3 - Categorias inerentes às atividades de promoção de competências pessoais e sociais	36
Tabela 4- Categorias inerentes à desinstitucionalização	39
Tabela 5-Categorias inerentes à institucionalização	40
Tabela 6- Categorias inerentes à intervenção	41
Tabela 7 - Categorias inerentes ao plano socioeducativo individual	44
Tabela 8-Categorias inerentes ao projeto de vida	47
Tabela 9- Dimensões resultantes da análise de conteúdo.....	48
Tabela 10-Categorias inerentes às atividades.....	49
Tabela 11-Categorias inerentes à desinstitucionalização	50
Tabela 12 - Categorias inerentes à institucionalização	50
Tabela 13 - Categorias inerentes à intervenção	52
Tabela 14- Categorias inerentes a medidas anteriores à institucionalização	54

Lista de abreviaturas

ART. – Artigo

CASA – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens

CAT- Centro de Acolhimento Temporário

CJ – Criança ou jovem

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Dec. - Decreto

DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças

GC – Gestor de Caso

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

LIJ – Lar de Infância e Juventude

PSEI – Plano Socioeducativo Individual

SCML – Santa Casa de Misericórdia de Lisboa

SERE + - Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS

Resumo

O progressivo reconhecimento do lugar e papel que as crianças e jovens ocupam na sociedade tem levado a uma maior preocupação no incentivo, desenvolvimento e na consolidação do exercício dos seus direitos e deveres, passando a existir respostas adequadas a cada situação identificada como prejudicial para o bem-estar e desenvolvimento integral do menor. O Acolhimento em Lar de Infância e Juventude é atualmente a medida que tem mais expressão em Portugal. No atual sistema de acolhimento, deixou se justificar as longas permanências de crianças e jovens acolhidas nos lares, até à maioridade, tendo para isso que se apostar numa intervenção adequada às necessidades destes, onde as suas capacidades, competências, necessidades e dificuldades deverão ser trabalhadas individualmente, assim como as respetivas estratégias de intervenção.

Este projeto tem por objetivo conhecer, analisar e compreender as estratégias /intervenção que os lares de infância e juventude têm no processo de acolhimento das crianças/jovens em risco. Apostámos assim numa abordagem qualitativa, com uma amostra constituída por técnicos gestores de caso e jovens desinstitucionalizados, e a construção de um instrumento foi uma entrevista semiestruturada.

Foi efetuado um teste piloto ao instrumento e pela análise exploratória dos dados percebemos que os técnicos afirmam ter projetos de vida definidos para cada criança/jovem atendendo à sua individualidade, trabalham com as famílias para que o retorno do menor ao seio familiar seja feito o mais rápido possível. Da análise de conteúdo das entrevistas efetuadas, dos jovens, salienta-se que eles se sentem incluídos na intervenção desenvolvida, referem como mais-valia o trabalho que é feito com as famílias e apontam a institucionalização como uma oportunidade para cada um deles.

Palavras-Chave: Crianças e jovens em risco; Institucionalização; Intervenção; Lar de Infância e Juventude; Metodologia qualitativa.

Abstract

The growing recognition of the place and role of children and young people occupy in society has led to a greater focus on encouraging, developing and consolidating the exercise of their rights and duties, would exist appropriate responses to each situation identified as detrimental to the well being and integral development of the child. The Home for Children and Youth Home is currently the measure that has more expression in Portugal. In the current host system, left justify the long hours of children and young people accommodated in homes until age will basis and that if you bet an intervention tailored to the needs of these where their abilities, skills, needs and difficulties will be worked individually, as well as their respective intervention strategies. This project aims to understand, analyze and understand the strategies / interventions to the homes of children and youth are in the process of care of children / youth at risk. So we focused on a qualitative approach, with a sample of case managers and technical de-institutionalized youth, and the construction of an instrument was a semistructured interview.

We performed a pilot test the instrument and for exploratory data analysis we realize that technical projects claim to have defined life for each child / youth given their individuality, working with families for the return of the child within the family is done as fast as possible. Content analysis of results from interview of young people, stresses that they feel included in the intervention developed, referred to as value-added work that is done with families and point institutionalization as an opportunity for each of them.

KeyWords: Children at risk; Institutionalization; Intervention; Residential institutions for children and young people; qualitative methodology.

Introdução

O progressivo reconhecimento do lugar e papel que as crianças e jovens ocupam na sociedade tem levado a uma maior preocupação no incentivo, desenvolvimento e na consolidação do exercício dos seus direitos e deveres. Para isso é necessário a existência de boas práticas multidisciplinares e interinstitucionais em contextos residenciais como no caso dos Lares de Infância e Juventude. Estas boas práticas devem ser assentes em “modelos de organização e funcionamento ditados pela ética da responsabilidade e pautados pela qualidade na resposta às necessidades individuais de cada criança e jovem” (Instituto da Segurança Social, 2012, p.8).

Desta forma surge a nossa opção pela temática de intervenção nos lares de infância e juventude, fundamenta-se não só pela atualidade da problemática, no nosso país dado que e segundo a Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens – CASA 2012, foram caracterizados 11.147 crianças e jovens em situação de acolhimento, mas também numa tentativa de conhecer a perceção que técnicos e jovens têm relativamente às práticas nos lares de infância e juventude. A elaboração deste projeto respeitou um cronograma de forma a que todas as atividades e tempos fossem cumpridos (Anexo A).

A institucionalização de crianças e jovens é a medida tomada quando já foram esgotadas todas as outras alternativas. Segundo Raymond (1996;1998 cit. por Alberto, 2002), uma instituição que acolha menores em risco, deverá ser basicamente securizante, contentora de angústias e promotora do desenvolvimento pessoal e da construção da identidade dessas crianças ou jovens. Consideramos que de facto, a institucionalização, embora se configure como “uma forma simples e cómoda de a sociedade solucionar o problema das crianças vítimas de violência” (Alberto,2002, p. 231), esta poderá ser uma resposta positiva a estas crianças e jovens na medida em que é pensada uma intervenção única e personalizada para cada criança /jovem que as apoiará na definição e concretização do seu projeto de vida e as removerá da situação de perigo em que se encontram. Assim, consideramos o tema pertinente, pois como refere Fernández Del Valle & Zurrita (2000), não podemos ter instituições formatadas num acolhimento despersonalizado, uniforme e desumanizado, mas sim instituições que respeitem os princípios fundamentais como: individualidade, respeito pelos direitos das crianças, cobertura das necessidades básicas, educação, saúde,

normalização e integração social, autonomia e independência, segurança e proteção, considerando a criança como o cerne da intervenção dando apoio e incorporando as famílias na intervenção.

Para iniciar uma investigação, segundo Fortin, qualquer pessoa “ (...) começa por encontrar ou delimitar um campo de interesse preciso” (1999, p.49). Desta forma, e de maneira a conhecer um pouco a percepção dos técnicos e ex-utentes dos lares de infância e juventude, definimos a questão de estudo deste projeto como sendo: *Qual é a percepção dos técnicos e ex-utentes do impacto da intervenção desenvolvida nos LIJ nas trajetórias de vida dos jovens institucionalizados?* Pois, torna-se urgente que o acolhimento institucional seja cada vez mais eficaz, que represente uma mudança clara no percurso de vida das crianças e jovens e respetivas famílias, mas que tal necessidade de eficácia não escamoteie projetos de vida definidos e concretizados de forma insegura, susceptíveis de gerar a continuidade do perigo e do inerente sofrimento que eventualmente culminará em nova recolocação institucional.

Assim, os objetivos definidos para o nosso trabalho foram conhecer, analisar e compreender as estratégias /intervenção que os lares de infância e juventude têm no processo de acolhimento das crianças/jovens em risco e perceber de que forma o tipo de intervenção desenvolvida em acolhimento institucional, alterou as trajetórias de vida dos jovens institucionalizados. Para concretizarmos estes objetivos foi feita uma exaustiva revisão da literatura, e posteriormente definido o tipo de metodologia a utilizar na consecução do nosso projeto.

Desta forma, o nosso projeto está dividido em duas partes, a primeira diz respeito ao enquadramento teórico da temática escolhida, neste caso à intervenção nos lares de infância e juventude. Assim, o enquadramento teórico foi dividido em seis capítulos, no primeiro, aborda-se numa perspectiva teórica a evolução da legislação em torno da proteção das crianças e jovens em perigo, constatando-se que assistimos a uma transição da criança-objeto para a criança sujeito de direitos, passando a proteção da criança a ser considerada interesse não só da família, mas da sociedade em geral com vista ao seu desenvolvimento integral. O segundo capítulo faz referência ao sistema de proteção de crianças e jovens em perigo bem como as medidas a aplicar. O terceiro capítulo refere-se ao acolhimento em Portugal, através do sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens e mais especificamente dos Lares de Infância e Juventude como uma das respostas desse acolhimento. O quarto e quinto capítulos, abordam a intervenção que é desenvolvida neste tipo de respostas que são os Lares de Infância e Juventude, sendo que no quarto capítulo fazemos referência às

perspectivas recentes do acolhimento, através da referência aos últimos avanços no nosso país no que se refere ao acolhimento institucional. No quinto capítulo, falamos da intervenção nos lares de infância e juventude, sob a perspectiva de diferentes autores. Por fim, o sexto capítulo refere-se ao impacto que a institucionalização poderá ter nos jovens a quem foi aplicada a medida de acolhimento institucional.

A segunda grande parte do nosso projeto diz respeito ao plano de investigação, onde definimos a metodologia a utilizar, bem como a questão de estudo e os objetivos gerais e específicos do nosso estudo, sendo os gerais: conhecer, analisar e compreender as estratégias /intervenção que os lares de infância e juventude têm no processo de acolhimento das crianças/jovens em risco e perceber de que forma o tipo de intervenção desenvolvida em acolhimento institucional, alterou as trajetórias de vida dos jovens institucionalizados.

Como objetivos específicos definimos: analisar a percepção dos técnicos do tipo de intervenção que os jovens foram alvo durante o seu processo de acolhimento, a nível familiar, escolar e social; analisar a percepção dos ex-utentes do tipo de intervenção que foram alvo durante o seu processo de acolhimento, a nível familiar, escolar e social; avaliar de que forma a intervenção realizada durante o acolhimento, foi percebida pelos jovens como promotora, de mudança no percurso de vida destas crianças/jovens e avaliar se o período de institucionalização das crianças e jovens influenciou a sua percepção da intervenção realizada.

Assim que definidos os objetivos, passámos para a construção e validação do nosso instrumento. Assim o instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, onde elaboramos dois guiões um destinado a técnicos gestores de caso e outros a crianças e jovens desinstitucionalizados. Depois de aplicados no teste piloto, foram avaliados e validados. Ainda nesta segunda parte, falamos dos procedimentos efetuados e a desenvolver ao longo do processo da investigação, e de seguida fazemos referência aos métodos de análise, onde consta a análise exploratória de conteúdo efetuada às entrevistas realizadas à nossa amostra do teste piloto.

Por último surge a conclusão onde referimos as principais dificuldades encontradas na concretização do nosso projeto, bem com algumas pistas para o futuro.

Parte I - Enquadramento teórico

Parte I – Enquadramento teórico

“A revisão bibliográfica da literatura (...) consiste em fazer o inventário e o exame crítico do conjunto de publicações pertinentes sobre um domínio de investigação (...) fornecem ao investigador a matéria essencial à conceptualização da investigação” (Fortin, 1999, p.74) Por isso torna-se necessária, uma revisão bibliográfica alargada sobre o tema em estudo.

1.Evolução histórica da legislação de proteção a crianças e jovens em perigo em Portugal

Antigamente, antes do século XX, a proteção da infância e da juventude baseava-se numa intervenção de natureza paternalista, onde apenas eram criadas estruturas de apoio para as crianças órfãs, desvalidas, abandonadas, mendigas e pervertidas, constituindo isto uma forma de as “esconder” da sociedade (Cansado, s/d).

Através de uma recolha efetuada por Martins (2004, cit. por Pacheco, 2010), nos anos antecedentes ao ano de 1990 existem algumas referências legais, em termos de infância. Em 1979, através do Decreto-Lei nº. 288/79, de 13 de Agosto, é criado o Instituto do Acolhimento familiar e em 1986, são regulamentados os lares de acolhimento através do Decreto-Lei nº. 2/86, de 2 de janeiro. De referir também a Organização Tutelar de Menores, criada em 1978 pelo Decreto-Lei nº314/78 de 27 de Outubro (Ribeiro, 2008). De salientar, a Lei de Proteção à Infância em 1911, em 1919 são criadas as Tutorias de Infância, passando em 1944 a ser chamado de Tribunal de Menores. Segundo Casas (1988), desde 1977, existem resoluções dos Ministros do Conselho da Europa que indicam a necessidade de que os centros de acolhimento de crianças diminuam a dimensão física, se organizem em unidades tipo familiar e acolham crianças de todas as idades e sexos.

A década de 90, no século XX, em Portugal foi um marco muito importante no que concerne á produção legislativa na área da proteção à infância e juventude. O ano de 1990 ficou marcado pela ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança, trazendo consigo uma série de alterações importantes para as crianças, nomeadamente, a substituição do conceito de proteção pelo de participação, e também o reconhecimento de direitos às crianças semelhantes aos dos adultos (Gomes, 2010; Soares, 2002 cit. por Pacheco, 2010). Em 1991, foram criadas as Comissões de Proteção aos Menores pelo Decreto-Lei 189/91de 17 de Maio, com

estas, pretendeu-se evitar o contacto dos menores com os Tribunais, e sensibilizar a comunidade para juntamente com a família encontrar soluções de intervenção junto das crianças /jovens (Ribeiro, 2008). Assim, “apela à participação activa da comunidade, numa nova relação de parceria com o Estado, concretizada nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, capaz de estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social” (Ribeiro, 2008, p.9).

Em 1997, é criada a rede nacional dos Centros de Acolhimento Temporário, através da Resolução do Conselho de Ministros nº. 193/97. O ano de 1998 foi igualmente importante no que respeita aos menores em perigo, principalmente no que refere à adoção, tendo sido publicado o Regime Jurídico de Adoção, através da Lei nº. 9 /98, de 18 de Fevereiro, alterado posteriormente através do Decreto- Lei nº. 120/98, de 8 de Maio. É também criada a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco através do Decreto-Lei nº. 98/9, de 18 de Abril, e é publicado o Decreto-Lei nº.2/98, de 2 de janeiro, que regulamenta o funcionamento dos Lares de Crianças e Jovens (Pacheco, 2010).

Em 1999 teve lugar outra grande reforma no âmbito do Direito de Menores com a publicação de dois diplomas legais: um referente aos menores em situação de perigo - Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, nº 147/99 de 1 de setembro - e outro dirigido aos menores infratores - Lei Tutelar Educativa, nº 166/99 de 14 de setembro. Tendo a primeira sido regulamentada pelo Decreto-Lei nº. 332-B/2000, de 30 de Dezembro. Em 2003, através da Lei 31/2003, de 22 de Agosto fazem-se alterações a alguns diplomas legais entre os quais a Lei de Protecção de Crianças e Jovens e ao Decreto-Lei nº.185/93, de 22 de Maio, à Organização Tutelar de Menores e ao Regime Jurídico da Adoção.

1.2. Sistema de Protecção para Crianças e Jovens em Perigo

À luz do direito português, considera-se criança ou jovem, a pessoa com menos de 18 anos, não existindo nenhuma distinção/limite etário que separe as crianças dos jovens. A definição de criança/jovem (menor de 18 anos) em situação de perigo, encontra-se redigida no art.º 3º, ponto 2, da Lei de Protecção de crianças e Jovens em Perigo, (Lei 147/99) considerando que a criança está em perigo quando

a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; e) Está sujeita de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; f) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Quando se verifique que uma criança se encontra em situação de perigo, deve ser imediatamente comunicada a situação às autoridades competentes em matéria de infância e juventude, para que esta possa ser comunicada à CPCJ, de modo a que seja assegurada atempadamente a proteção que a circunstância exigir. Numa segunda fase, ou nível de intervenção, quando não é possível remover a situação de perigo, passa a ser necessário a intervenção da CPCJ, solicitada pela Segurança Social. Nesta intervenção, inicialmente tem que se tentar obter os consentimentos legalmente necessários para intervir, assim como obedecer aos princípios orientadores contemplados no Art. 4º, Lei nº147/99 de 1 de Setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, celebrando-se com a criança, pais e /ou representante legal um Acordo de Promoção e Proteção com a medida mais adequada à situação identificada.

Numa última fase da intervenção, e de acordo com o art. 68º alínea b), da Lei nº147/ 99, de 1 de Setembro, sempre que existir incumprimento do Acordo de Promoção e Proteção celebrado na CPCJ, esta remete o processo ao Ministério Público, sendo então instaurado Processo de Promoção e Proteção judicial. Nesta fase já é o tribunal que solicita à entidade responsável pelo caso a elaboração de um relatório bem como a proposta de uma medida adequada à situação atual da criança/jovem. Sendo incluídos neste último ponto também os procedimentos de urgência plasmados na Lei 147/99 no art.º 91.

1.2.1. Medidas de promoção e proteção para crianças e jovens em perigo

Ao analisar o sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, em todas as suas vertentes, deparamo-nos com uma realidade social complexa, onde se torna necessário e urgente proteger a criança. A criança é a peça fundamental do sistema, e este tem que se organizar de forma a dar uma resposta, tendo sempre em conta a individualidade, características e especificidades das crianças e jovens.

Para que a criança seja afastada do perigo, é aplicada uma medida de promoção e proteção, que tem que ser realizada através de um acordo de promoção e proteção, sendo este último um compromisso escrito entre a CPCJ ou pelo Tribunal e os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto e, ainda, a criança ou jovem com mais de 12 anos.

Segundo Clemente (1998, p.20) referindo-se às medidas de promoção e proteção,

Duas ideias estão presentes na definição das Medidas de Protecção e nos fins que visam atingir. Por um lado uma clara distinção (e até uma ordem de preferência) entre as Medidas que privilegiam e procuram preservar os relacionamentos afectivos e o meio familiar e social próprios da criança ou jovem (o seu habitat normal parafraseando a linguagem da biologia) e as Medidas que recorrem a soluções de outra natureza, que visam assegurar igualmente as condições que satisfaçam as necessidades da criança ou jovem ainda que ausentes do seu contexto sociofamiliar natural. É esta a lógica da dicotomia, Medidas em Meio Natural de Vida e Medidas em Regime de Colocação.

Assim, as Medidas de Promoção e Proteção que visam afastar a criança de uma situação considerada como perigo para esta, podem-se distinguir como medidas em meio natural de vida onde estão contempladas: a) Apoio Junto dos Pais; b) Apoio Junto de Outro Familiar; c) Confiança a Pessoa Idónea; d) Apoio para Autonomia de Vida.

De acordo com a Lei 147/99, existem quatro fases da execução destas medidas, sendo elas, a Preparação da criança, dos pais, do familiar acolhedor ou da

peessoa idónea, dependendo da tipologia da família; O acompanhamento e monitorização do plano de intervenção; A avaliação de eventual revisão da medida; e por último a cessação da medida.

As medidas em regime de colocação são: a) Acolhimento Familiar este poderá ser em Lar Familiar ou em Lar profissional; b) Acolhimento em Instituição, existindo ainda a medida de Confiança a Pessoa Seleccionada para Adoção ou Instituição com Vista a Futura Adoção.

Os Decretos-Lei nºs 11/2008 e 12/2008, ambos de 17 de janeiro, regulamentam as medidas de proteção. Assim, a intervenção de proteção está concebida de modo a potenciar o papel da família mediante o reforço e aquisição de competências dos pais, do representante legal ou de quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem, por forma a permitir a manutenção ou regresso desta à sua família natural e a só admitir a separação da criança ou do jovem dos pais contra a vontade destes, quando o tribunal a entender como necessária à salvaguarda e prossecução do interesse superior da criança (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 12/2008). A execução da medida obedece a um plano de intervenção, elaborado de harmonia com o estabelecido em acordo de promoção e proteção ou em decisão judicial (artigos 5.º do Decreto – Lei n.º 11/2008 e 7.º do Decreto - Lei n.º 12/2008). A medida é revista, o que pressupõe a avaliação da situação atual da criança ou do jovem e os resultados do processo de execução da medida. Deve ser considerada, entre outros elementos, a evolução da capacidade dos pais para proteger a criança ou o jovem das situações de perigo e garantir a satisfação das suas necessidades de desenvolvimento integral, tendo em vista a sua integração no seio da família de origem (artigos 6.º do Decreto- Lei n.º 11/2008 e 9.º do Decreto- Lei n.º 12/2008).

Embora se deva dar predomínio às medidas em meio natural de vida se as condições assim o justificarem, continua a ser necessário, em muitas circunstâncias, retirar as crianças “de completa negligência e maus tratos físicos e psíquicos a que são sujeitas” (Gomes, 2010, p.31), pelo que até esta situação ser corrigida, se opte pelas medidas em regime de colocação.

1.3.O Acolhimento em Portugal

O acolhimento institucional em Portugal e noutros países, surge como forma de resposta a situações de pobreza, orfandade e abandono de crianças e, por outro lado, para acolher os estudantes da população rural com fracos recursos e as crianças e

jovens com comportamentos desviantes. Assim, esta institucionalização teria um papel de beneficência e não de trabalho social, sendo esta uma alternativa temporária.

Em Portugal, a reforma do sistema de acolhimento de crianças e jovens teve início na década de 80, de forma a transformar "grandes orfanatos" em residências capazes de proporcionar às crianças e jovens acolhidos uma vida mais próxima da familiar. Esta ambição passava pelo estabelecimento de laços afetivos e emocionais com os técnicos e com os pares que constituem a sua nova família, assim como a manutenção ou restabelecimento dos vínculos com as famílias de origem, numa lógica de inclusão na comunidade envolvente, participando em atividades que esta comunidade lhes disponibiliza (Ribeiro, 2008).

Assim, a medida de promoção, designada de acolhimento em instituição, segundo o artigo 49º da Lei 147/99, consiste na colocação da criança ou do jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhe garanta os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcione condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral, podendo ser de duração curta ou prolongada.

Quase na sua totalidade, os Lares de Infância e Juventude existentes em Portugal, foram sendo reestruturados quanto às idades de admissão das crianças e dos Jovens, podendo normalmente variar por grupos etários de 0 – 3, 0 – 6, 6 – 12, 12 – 18, existindo contudo ainda Lares que abrangem as idades compreendidas de 0 a 18 anos de idade (Ribeiro, 2008).

1.3.1.Sistema nacional do acolhimento de crianças e jovens em perigo

De acordo com Instituto para o Desenvolvimento Social (2000), pode-se classificar o acolhimento institucional em Portugal em três níveis, o primeiro diz respeito ao acolhimento de emergência, que se destina a acolher crianças e jovens em situação de perigo iminente, por um período de tempo que não ultrapasse as 48 horas, existindo para este efeito vagas nas instituições que se denominam de unidades de emergência. O segundo nível refere-se ao acolhimento temporário, visa o acolhimento de crianças/jovens por períodos que não ultrapassem os 6 meses, sendo este executado em CAT ou em famílias de acolhimento. O último nível diz respeito ao acolhimento de longa duração, este destina-se a situações de crianças e jovens desprovidas de meio familiar, ou cujas problemáticas justificam o afastamento

prolongado ou definitivo em relação as famílias de origem. É aqui que se situam os Lares de Infância e Juventude e a adoção.

No entanto este sistema de níveis, não é contínuo, uma criança/jovem poderá ter contacto com ele através de qualquer uma das respostas sociais, sendo a resposta determinada em função das necessidades específicas de cada caso. No entanto, as respostas de carácter definitivo, particularmente da institucionalização em lares de infância e juventude, espera-se que sejam respostas de fim de linha, depois de esgotadas todas as possibilidades em meio natural de vida (Instituto do Desenvolvimento Social, 2000). De acordo com Carvalho e Manita (2010, cit. por Pacheco, 2010), embora esta seja a última medida a aplicar, é atualmente a que tem mais expressão em Portugal.

De acordo com o Plano de Intervenção Imediata, refere-se “que se está a caminhar no sentido da qualificação de todos os processos que constituem a missão de acolher e proteger, havendo, simultaneamente, atenção ao conjunto de requisitos para a construção de novos equipamentos sociais e adaptação dos existentes” (2009, p.60). Sendo desta forma o acolhimento institucional, configurado como uma hipótese de se proteger a criança /jovem trabalhando simultaneamente a família para que exista o retorno do menor ao seu meio natural de vida.

Assim, segundo Posh (2009), urge que sejam realizados serviços de intervenção precoce ou programas de preservação e reunificação familiar para a criança, contando com a colaboração dos pais ou representantes legais, nos casos em que a segurança da criança e bem-estar não está em risco. Estes programas têm por finalidade: preservar as estruturas familiares e reforçar a capacidade e as habilidades dos pais e encarregados de educação para lidar com problemas que poderiam levar à intervenção do Estado se a situação de risco não for tratada. Enfoca também o desenvolvimento de competências parentais e a capacidade dos pais ou representantes legais, para proteger os interesses e o bem-estar dos seus filhos, incluindo a promoção de formas não violentas de disciplina. Tem ainda como objetivo promover o relacionamento interpessoal no seio das famílias e desviar a criança/jovem do sistema de justiça criminal, evitando a remoção das crianças de seu ambiente familiar. Estes programas devem envolver e promover a participação de famílias, ou representantes legais e as crianças, identificando e procurando soluções para os seus problemas.

1. 3.1.1Lares de infância e juventude

Os Lares de Infância e Juventude (LIJ) constituem uma das modalidades de acolhimento institucional previstas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro. Destinam-se a acolher as crianças e jovens para os quais se prevê um acolhimento institucional prolongado, ou seja, superior a seis meses (nº 4 do artº. 50º). O LIJ destina-se assim ao acolhimento de crianças e jovens em perigo com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos. Nos termos da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, o acolhimento pode manter-se até a criança/jovem atingir os 18 anos, e prolongar-se até aos 21, desde que iniciado antes da maioridade e em conformidade com o interesse e vontade manifestada pelo jovem.

A maioria dos lares de infância e juventude existentes no nosso país possui um modo de funcionamento que implica a livre entrada e saída das crianças/jovens das instituições, bem como visitas regulares dos pais ou representantes legais de acordo com as normas de funcionamento e regulamento interno de cada uma das instituições (Nogueira, 2011). Os objetivos essenciais dos Lares de Infância e Juventude passam por: a) Assegurar alojamento; b) Garantir a satisfação das necessidades básicas das crianças/ jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas quanto possível das de uma estrutura familiar; c) Assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal comunidade, promovendo o acompanhamento terapêutico; d) Promover, sempre que possível, a sua integração na família e na comunidade de origem, ou noutra medida em meio natural devida, em articulação com as entidades competentes em matéria de infância e juventude, as comissões de proteção de crianças e jovens e os tribunais, com vista à sua gradual autonomização (Gomes,2010).

A aplicação destas respostas deve estar centrada na criança ou jovem, devendo desta forma assumir uma estrutura familiar, com intervenção centrada na criança/jovem de forma individual, promovendo um desenvolvimento integral, equilibrado e harmonioso, fomentando a sua inserção na comunidade. Sendo este um trabalho que assume contornos de grande exigência, é perceptível que quando as crianças entram nos lares vêm marcadas com percursos de vida sofridos, relações afetivas muito fracas e desestruturadas e alterações nas suas redes familiares, escolares e comunitárias (Gomes,2010).

Os lares de infância e juventude devem também proporcionar às crianças jovens acolhidas uma adequada cobertura das necessidades básicas dos mesmos, ao

nível de alimentação, vestuário, mobiliário /equipamentos, dinheiro de bolso, transporte, e recursos variados na comunidade que permitam e facilitem a escolarização, os cuidados de saúde e a integração social das crianças e jovens acolhidas (Gomes, 2010).

Com objetivo de incrementar a aplicação desta visão do acolhimento em lar, o Instituto da Segurança Social lançou em maio de 2007 o Plano D.O.M (Desafios Oportunidades e Mudanças). Este plano, através do desenvolvimento de uma intervenção integrada, visava incentivar a melhoria da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas nos lares. Esta melhoria refere-se à definição e concretização, em tempo útil, de um projeto de vida que promova a sua desinstitucionalização. Segundo a Lei n.º147/99 de 1 de setembro e o seu artigo 54º prevê-se que existam nos LIJ uma Equipa técnica, de constituição pluridisciplinar (valências de psicologia, serviço social e educação), que de entre outras competências é responsável pelo diagnóstico da situação da criança ou jovem e a definição e execução do seu projeto de promoção e proteção.

1.3.2. Breve caracterização atual do acolhimento

De acordo com o relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens -CASA 2012, existem 8.557 crianças e jovens que se encontram efetivamente em situação de acolhimento, tendo destas, 6.268 iniciado acolhimento em anos anteriores e os restantes em 2012. 2.590 crianças e jovens cessaram acolhimento.

No geral, e segundo o mesmo relatório de caracterização, assiste-se a uma redução gradual no número de crianças e jovens em situação de acolhimento.

Nos diversos segmentos etários, constata-se que dos 0-11 anos corresponde a 34,1% do total de crianças e jovens acolhidos, dos 12 aos 17 anos corresponde a mais de metade do universo caracterizado sendo 54,9%, por fim no escalão etário dos 18 aos 20 corresponde a 11% das crianças e jovens acolhidos.

Relativamente aos problemas comportamentais apresentados, estes são mais sentidos na faixa da adolescência, onde alguns jovens paralelamente ao processo de promoção e proteção já tem processos que correm em termos no âmbito da Lei Tutelar Educativa, nomeadamente em fase de inquérito, aplicação de medidas não institucionais e outras já de colocação em instituição pública ou privada. Estas situações trazem algumas dificuldades ao sistema de promoção e proteção em

“proporcionar uma intervenção capaz de garantir a segurança e proteção a estes jovens que necessitam de aprender a comunicar e a afirmar-se de formas positivas e não através de comportamentos delituosos, agressivos ou (auto) destrutivos” (Instituto de Segurança Social, 2012, p.73).

Assim e segundo o CASA 2012, continua a ser “manifestamente necessário dar especial importância à adequada abordagem técnica/educativa às necessidades individuais destes jovens através de modelos de intervenção terapêuticos e reabilitadores” (Instituto de Segurança Social 2012, p.73).

De realçar que anteriormente à situação de acolhimento, 2.541 crianças e jovens, tiveram medidas de promoção e proteção em meio natural de vida aplicadas anteriormente ao seu acolhimento em instituição. De referir ainda que, paralelamente 3,194 crianças e jovens não tiveram qualquer medida aplicada anterior mente à institucionalização.

Constata-se ainda, segundo o mesmo relatório, que 1,085 crianças e jovens estavam sem projeto de vida definido, já as 7,339 que tinham definido o respetivo projeto de vida, verifica-se que a autonomização futura corresponde ao projeto de vida com maior incidência, seguido de reunificação na família nuclear. Já no que diz respeito aos projetos de vida para reintegração na família alargada e para confiança à guarda de terceira pessoa e o apadrinhamento civil continuam a manter uma fraca expressão, que se “reflete numa insuficiente aposta nestas oportunidades de integração das crianças e jovens em meio natural de vida” (Instituto de Segurança Social 2012, p.81).

O tempo médio de acolhimento nesta resposta social foi de 2 anos, sendo inferior ao registado em 2011.

No sentido da diminuição do número de crianças em acolhimento, são manifestos os esforços do executivo governativo em agilizar a regulamentação e aplicação no terreno das medidas em meio natural de vida. Para isso urge uma intervenção concertada dos diversos organismos e entidades envolvidas nesta responsabilidade na área de infância e juventude.

1.4.Perspectivas recentes do acolhimento

Pode-se constatar que o principal desafio do acolhimento residencial está na capacidade de este se adaptar e responder de forma apropriada às diferentes necessidades das crianças e jovens que necessitam deste tipo de resposta. Assim, é

importante que o sistema de acolhimento seja diversificado, e que os programas e respostas de acolhimento sejam reflexo das diferentes características das crianças e jovens.

Devem-se destacar os recentes avanços legislativos na área do acolhimento residencial, para que tenham uma resposta personalizada e eficaz para cada criança e jovens acolhidos. O ano de 2007 foi um marco importante no que diz respeito ao acolhimento em Portugal, pois através do Despacho n.º 8393/2007, de 10 de maio, o Governo determina a criação do Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudança (Ribeiro, 2008). O Plano DOM prevê a aplicação de duas medidas, que têm por objetivo a qualificação dos Lares, dotando-os de Técnicos capacitados para uma intervenção consistente e de qualidade centrada no superior interesse da criança ou jovem. A primeira medida é o reforço de técnicos para as instituições e a segunda, a qualificação da intervenção e dos interventores através ações de formação e construção /reformulação de documentos técnicos de suporte à intervenção. É também preconizado pelo Plano DOM partir para uma intervenção que se pretende promotora de mudança no sistema de acolhimento em Lares de Infância e Juventude, onde a criança/jovem seja o centro das atenções, se encare sempre que o seu acolhimento é desejavelmente provisório, e que:

Na base do trabalho bem articulado entre todos os colaboradores institucionais e interinstitucionais, a sua proteção quotidiana é motivo de grande investimento socioeducativo, afetivo, de vigilância à sua saúde, de socialização, de incentivo sempre que possível à manutenção da relação/vinculação com a sua família, fonte do seu sentido de identidade e desenvolvimento biopsicossocial; Na base do trabalho entre as Equipas Técnicas Pluridisciplinares das instituições em estreita articulação com as demais Equipas Técnicas dos Serviços / entidades que interessar envolver para cada situação, se torne uma realidade efetiva, a elaboração dos seus projetos de vida para a (re) unificação familiar, ou para a adoção, ou para a promoção da autonomia de vida, em tempo oportuno, garantindo, como prática institucional assumida, que a criança/jovem não fique acolhida mais do que o tempo necessário (Despacho n.º 8393/2007, de 10 de Maio).

Em 2008 são regulamentadas as medidas de promoção e proteção que constam na Lei 147/99, acolhimento familiar para crianças e jovens, apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para autonomia de vida, através dos Decretos-Lei nº. 11/2008 e 12/2008 (Pacheco, 2010).

Podemos então constatar, que através da evolução da legislação relativa à proteção de menores em perigo, assistimos a uma transição da criança-objeto para a criança sujeito de direitos, passando a proteção da criança a ser considerada interesse não só da família, mas da sociedade em geral com vista ao seu desenvolvimento integral.

Como se refere no CASA 2012, “Muitos desafios se vão continuar a colocar ao sistema de promoção de direitos e proteção de crianças e jovens, e naturalmente, à intercorrência deste com outros sistemas...” (2012, p.84). Urge assim uma coordenação de esforços para uma maior partilha da responsabilidade que a todos cumpre nesta matéria complexa.

1.5. Intervenção nos Lares de infância e Juventude

No atual sistema de acolhimento, deixou se justificar as longas permanências de crianças e jovens acolhidas nos lares, até à maioridade, tendo para isso que se apostar numa intervenção adequada às necessidades das crianças/jovens acolhidas, para isso foi também criado em 2007 o Plano DOM-Desafios Oportunidades e Mudanças.

Nem sempre a mudança do paradigma legislativo foi acompanhada por uma mudança na intervenção. A revisão bibliográfica acerca deste tema, diz-nos que o Acolhimento Residencial deve ser encarado como um recurso especializado dotado de condições materiais e humanas especializadas para a promoção e proteção de crianças e jovens em perigo. Assim, os seus pressupostos devem ser baseados no modelo Ecológico, que teve o seu grande desenvolvimento a partir da Teoria Ecológica dos Sistemas de Bronfenbrenner (1979), no qual o indivíduo se desenvolve no seio de um sistema de relações, que por sua vez é também afetado por múltiplos níveis desde o seu ambiente mais próximo até ao mais distante. Assim, para compreendermos uma realidade é preciso localizá-la na interação entre o indivíduo e o seu sistema, nas divergências entre as suas capacidades e competências e as exigências ou expectativas do seu ambiente. As mudanças que provocamos no meio exterior, que por sua vez vão condicionar as respostas comportamentais das crianças

ou jovens, possibilitam ações, convergindo num considerável potencial educativo. Desta forma, as respostas não se traduzem apenas na ação direta sobre um indivíduo específico, mas visam também introduzir mudanças nos seus contextos de vida, sendo as mesmas passíveis de beneficiar outros sujeitos e delinear prevenções (Martins, 2005).

O primeiro sistema natural onde uma criança faz parte, refere-se em regra à sua família, constituindo-se este como o seu *microssistema*, que se define como sendo o ambiente onde a pessoa desenvolve relações face-a-face estáveis e significativas. Este sistema e respetivas relações caracteriza-se pela reciprocidade e pelas experiências pessoais mais significativas, que farão parte da vivência de cada elemento. A introdução da criança em outros microssistemas dá-lhe a dimensão na participação naquilo a que Bronfenbrenner (1979) denominou de *mesossistema*, que mais não é do que um conjunto de *microssistemas*.

Segundo Gomes (2010), o planeamento da intervenção deve ter em conta, principalmente, os seguintes fatores: o nível de vinculação da criança à família de origem; a capacidade da família de origem para proteger a criança; a necessidade ou o desejo de a criança fazer parte de uma família; a conveniência da permanência da criança na sua comunidade e no seu país; os seus antecedentes culturais e linguísticos e religiosos; e deve-se ter em conta também a relação da criança/jovem alvo de intervenção, com os irmãos, se existirem, com vista a evitar separação.

Segundo Del Valle e Fuertes (2000 cit. por Gomes, 2010), no sentido de melhor atender as crianças e jovens que serão confiadas às instituições, estas deverão: olhar a criança na sua individualidade, respeitando os seus direitos e as suas necessidades como centro da sua intervenção; respeito pelos direitos das famílias; avaliar corretamente as suas capacidades; procurar os melhores recursos que lhe ofereçam a melhor formação desenvolvimento máximo das suas capacidades; promover estilos de vida saudáveis e prestar-lhes os melhores cuidados de saúde, e por último, ter como objetivo a normalização de uma vida com vista à sua autonomia, integração social e independência; o apoio às famílias; o projeto de vida e o respeito pelo direito da criança à participação. Assim, “As necessidades básicas do menor que chega ao sistema de proteção são os mesmos de qualquer criança/jovem. No entanto, também têm necessidades específicas derivadas do processo de separação pelo qual estão a passar”. (Palacios, 2006 cit. por Bravo & Dell Valle, 2009, p. 133)

Desta forma, a intervenção deve estar orientada para a consecução de um objetivo (projeto de vida), revisto, em função da evolução da criança/jovem, da família

e suas necessidades. Concretizar este objetivo pode requerer a permanência temporária (em alguns casos mais prolongada) nos lares de infância. A concretização desse objetivo requer uma intervenção individualizada, levada a cabo nos lares de infância e juventude, que reflete as estratégias e prioridades para a concretização do projeto de vida elaborado. Este, poderá ser reintegração na família nuclear, confiança a pessoa idónea, confiança a instituição com vista a futura adoção, preparação para autonomia de vida.

Para qualquer um dos projetos de vida identificados, tem que se ter em conta que cada criança ou jovem tem que ser visto como único. Como refere Gomes, (2010, p. 95) “as suas capacidades, competências, necessidades e dificuldades deverão ser trabalhadas individualmente, assim como as respectivas estratégias de intervenção”. De realçar também a relação que as crianças têm direito a manter com as suas famílias, assim “têm direito a manter contactos com a sua família (apenas pode ser restringido pelo tribunal se este considerar que o relacionamento com a mesma poderá provocar danos à criança ou colocar em perigo a sua integridade física), com amigos, etc.” (Gomes, 2010, p. 95). As famílias devem também ter um papel ativo na concretização do projeto de vida da criança/jovem, de forma a também melhorarem as suas competências parentais. Segundo alguns autores, os familiares “(...) temem ser julgados pelo seu fracasso e pela sua rejeição. Têm medo de se apresentar como maus pais diante de bons pais que podem roubar-lhes o afecto dos filhos (...)” (Capul & Lemay, 2003, p. 20).

Assim, se o objetivo for a reunificação familiar, e uma vez que o objetivo primordial das leis de promoção e proteção é a preservação da unidade familiar, salvo quando se verifica que manter esta unidade poderá colocar em risco o bem-estar da criança, é que se justifica a intervenção, que implique a separação da criança do seu meio ambiente. Contudo, se as dificuldades familiares podem ser superadas, existem alguns programas de intervenção, que têm por objetivo dotar as famílias de competências parentais necessárias para que a reunificação familiar se concretize, sendo esta uma das metas a atingir na intervenção realizada nos lares de infância e juventude. (Mahery, Jamieson & Scott 2011).

O volume 5 do Manual Cantabria Modelo de Intervención en Acogimiento residencial (Dirección general de políticas sociales, 2008, cit por Bravo & Del Valle, 2009) descreve as metas que os lares devem estabelecer para a concretização deste objetivo, sempre em colaboração com os restantes profissionais afetos ao processo da criança/jovem e respetiva família. Sendo importante a coordenação das equipas que

estão a desenvolver o programa de intervenção familiar. Assim, considera-se fundamental que a criança/jovem retorne à família num prazo de tempo mais breve possível, sendo para isso delineadas e desenvolvidos planos de intervenção para a família e crianças, garantindo assim a satisfação das suas necessidades básicas. Para isso deve-se capacitar a família, no trabalho desenvolvida com esta, para que desempenhem adequadamente os seus papéis parentais. Na intervenção, deve-se atenuar e reduzir o risco de estes casos voltem a aparecer no futuro e reparar, na medida do possível, as sequelas do passado que levou as crianças/jovens a ser institucionalizados. Para isso, e de forma a legislar esta necessidade do trabalho com as famílias, foi criado em Portugal o Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças, que tem como objetivo principal a implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil. Centrando-se nas crianças e jovens e tendo em conta que o acolhimento é desejavelmente provisório, definiram-se as condições necessárias para que a elaboração dos seus projetos de vida sejam uma prática institucional assumida e para que os mesmos não fiquem acolhidos mais do que o tempo necessário (Despacho n.º 8393/2007, de 10 de Maio).

No trabalho com as famílias, com vista à reunificação familiar e à reintegração do jovem na família, segundo junta de Castilla y León (2000, cit. in Bravo & Del Valle, 2009), tem que se melhorar as competências parentais, os hábitos de convivência familiar, as relações sociais da família, melhorar o apoio da rede social da família e a consciencialização sobre o problema, por parte da família. Nesta intervenção realizada em parceria, não só com a equipa dos lares, mas com as restantes equipas da comunidade envolvidas no processo, tem que se ter em conta a preparação para a reunificação familiar. Assim, e segundo Bravo e Del Valle, (2009), para se colocar em marcha um trabalho que envolva as famílias, levado a cabo pelas instituições de acolhimento, é necessário a coordenação entre o gestor de caso da criança/jovem e da equipa educativa, através de uma série de mecanismos que têm que ser tidos em conta por ambas as partes. De referir a elaboração de um projeto de vida onde se estabelece um plano individual, com objetivos a alcançar para a concretização do mesmo, atividades e estratégias e planos de avaliação do mesmo. Deve ser feito também um trabalho em equipa e colaboração com partilha de informação sobre o caso, com outras equipas territoriais que facilite a execução do projeto de vida

delineado; realização de visitas domiciliárias com as equipas intervenientes, de forma a conciliar recursos e esforços, para um melhor conhecimento da realidade familiar, e possível ajuste de perspetivas; e envolver os pais nas atividades desenvolvidas nos lares. Este trabalho será um trabalho de aquisição de competências para as famílias, onde serão supervisionados os esforços que a família faz para que a criança/jovem possa vir a ser reintegrado no seu meio natural (Bravo & Del Valle, 2009).

Se o projeto de vida do menor for o de separação da família, através da confiança a pessoa selecionada para adoção, ou confiança a pessoa idónea, a intervenção a realizar nos lares de infância, será a preparação da criança e o seu acompanhamento para a nova situação, através da realização de um plano de preparação individual, tendo por objetivo dar resposta às necessidades de informação e apoio, possibilidade de expressar os sentimentos de forma adequada e tempo para adaptar-se e tirar as suas dúvidas (Bravo & Del Valle, 2009).

Os objetivos gerais do plano de preparação descritos por Triselliotis (1994 cit. por Bravo & Del Valle, 2009) para a preparação da criança/jovem para a separação da sua família biológica são: ajudar a criança/jovem a manter a sua identidade, podendo manifestar os seus sentimentos, e a tomar consciência da sua história pessoal; o conhecimento verdadeiro da sua história evita que se elaborem fantasias que possam bloquear e levar a um processo de angústia; deve-se também preparar a incorporação da criança numa nova família, expor com cuidado e clareza a realidade da família de origem transmitindo-lhes segurança dando-lhe a explicação do processo pelo qual estão a passar, informar o que é o acolhimento, o que este implica e quais os direitos e deveres, as diferenças que há entre viver numa instituição e com uma família, a diferença entre a família biológica e a família acolhedora/adotiva. Tem que se verificar se a criança/jovem entende e aceita o que lhe está a ser transmitido, e devem ser oferecidas, aos menores, diretrizes de atuação que os ajudem a perceber o acolhimento como uma alternativa para eles, de forma a criarem alternativas favoráveis. Deve-se também ajudar a criança/jovem a acreditar que a institucionalização é uma forma de criar novos vínculos/relações securizantes.

Segundo Álvarez-Baz (2009) a acrescentar a estes objetivos, no caso de a criança ser confiada a pessoa idónea, dever-se-á ajudar as crianças /jovens a perceber a importância dos contactos com pais biológicos e com os novos pais, de forma a manter os contactos com a família de origem, a garantindo a manutenção dos laços e vínculos e prevenir conflitos entre as duas famílias.

Conforme refere López (1995 cit. por Bravo & Del Valle, 2009), a falta de atenção nestas situações pode levar o menor a necessitar de assistência terapêutica, a ter stress pós-traumático, problemas psicossomáticos, ter uma baixa-auto-estima, chegando mesmo a sentir-se incapaz de ser querido e respeitado, a apresentar um baixo rendimento escolar, problemas de conduta, perda de confiança no adulto, vínculo inseguro. Podem também levar a criança/jovem a identificar a situação que provocou o acolhimento e proteção como negativa e prejudicial.

Se o projeto de vida das crianças/jovens for o de preparação para autonomia de vida, a intervenção a desenvolver junto destes jovens, será, segundo Valle e Arteaga (2009), a de desenvolver intervenções especializadas para a preparação da vida independente. Segundo Valle e Arteaga (2009), estas instituições devem obedecer a três requisitos: dispor de unidades concebidas especificamente para o trabalho com os adolescentes, dispor de unidades especializadas em intervenção dirigidas à reabilitação e reeducação com a finalidade de abordar dificuldades do tipo emocionais e de conduta (unidades de socialização) e de saúde mental (terapêuticas). E por fim, dispor de programas específicos para a preparação de tarefas da vida independente. Estes autores sugerem o programa *Umbrella*¹ como proposta de trabalho /intervenção com jovens com este projeto de vida.

1.6. Impacto da institucionalização nas crianças e jovens

Diversos estudos têm mostrado a importância de se ter em conta a história prévia de maltrato na análise do impacto da institucionalização no desenvolvimento das crianças e jovens (Alberto, 2002).

Segundo Martins (2005), o impacto real e efetivo da institucionalização é difícil de determinar. Maioritariamente, a experiência de vida em contexto institucional constituiu um aspeto de “uma cadeia labiríntica de acontecimentos anteriores, contemporâneos e posteriores, numa relação complexa” (Fisher & Bidell, 1998), que alguns autores comparam a uma teia construtiva.

É a totalidade de experiências e vivências da criança que se torna significativa e relevante do ponto de vista desenvolvimental, mais do que os episódios isolados, mais ou menos precoces ou perturbadores (Schaffer, 1990, cit. por Martins, 2005).

¹ Programa para trabalhar competências sociais de jovens em ambiente residencial, na sua transição para a vida adulta. Desenvolvido no âmbito de um projeto Leonardo da Vinci da União Europeia nos anos 1997-2000.

De acordo com a perspectiva de Martins “a institucionalização não constitui uma variável homogênea e isolada; nem institucionalização é sinónimo de acolhimento institucional, nem o substantivo singular — instituição — é colectivo, isto é, não contém a realidade diversa e plural de prestações institucionais de proteção infantil” (2005, p.3). Interessa, por isso, analisar as dimensões específicas dos vários contextos institucionais e a sua adequação às condições necessárias para o desenvolvimento das crianças.

Segundo alguns estudos nacionais (Alberto, 1999; Cóias, 1995; Formosinho et al., 2002; Strecht, 2000; Vilaverde, 2000, cit. por Carneiro, 2005), as crianças institucionalizadas tendem a desenvolver alguns padrões comportamentais problemáticos (dificuldades na resistência à frustração e de relacionamento interpessoal; sentimentos depressivos e baixo autoconceito físico; níveis elevados de ansiedade e agressividade destrutiva; dificuldades de aprendizagem e insucesso escolar; instabilidade emocional e frágil autoestima). Esta situação agrava-se à medida que aumentam a precocidade e o prolongamento do período de institucionalização (Chisholm, 1998).

Alberto (2002) refere ainda que, pelas suas características, qualquer institucionalização pode comportar consequências negativas a diversos níveis, sobretudo pela vivência subjetiva de afastamento e abandono das crianças relativamente à família e pelas atribuições depreciativas e de auto desvalorização que pode motivar. Na verdade, a institucionalização supõe riscos objetivos e reais, designadamente, de regulamentação excessiva da vida quotidiana, invasora da definição do espaço próprio; de que a vivência grupal interfira na organização da intimidade; de que a organização institucional e a permanência prolongada das crianças dificulte a construção da sua autonomia pessoal, na medida em que suspende a construção do projeto de vida; de que o profissionalismo na prestação de cuidados bloqueie o desenvolvimento de vínculos e a expressão dos afetos.

Assim, torna-se necessário consciencializar a sociedade em geral acerca do impacto que a institucionalização tem nas crianças e jovens acolhidos, para que nos casos em que esta se torne a medida adequada à situação, seja planeada e executada uma intervenção adequada a cada criança/jovem, que possa diminuir os impactos negativos da institucionalização.

Parte II - Plano de investigação

Parte II - Plano de investigação

Neste ponto define-se o tipo de estudo, a questão de estudo e objetivos propostos a alcançá-la, bem como a população /sujeitos de estudo do nosso teste piloto e a amostra do projeto, assim como os instrumentos, sua realização, implementação no teste piloto e posterior avaliação, por fim surgem os resultados.

1.Plano de Investigação

No processo de investigação, antes de se fazer a abordagem metodológica, onde incluiremos todos os elementos essenciais que ajudam a conferir à investigação uma direção, é oportuno referir aspetos éticos que importa ter em atenção quando falamos de investigação ou processo de investigação.

Fazendo referência à ética, no seu sentido mais amplo, “a ética é a ciência da moral e a arte de dirigir a conduta” (Freixo, 2010, p. 178). Assim entendemos que ética seja compreendida como o conjunto de permissões e interdições que assumem especial valor e significado na conduta dos indivíduos, em que estes se inspiram para guiar a sua conduta na comunidade em que se integram.

Assim, temos que referir o direito à privacidade ou não participação, onde todas as pessoas têm o direito de não participarem seja de que modo for numa determinada investigação. O direito à privacidade, pretende salvaguardar a privacidade dos participantes de forma a não expor a sua intimidade. Igualmente importante, quando se fala na participação de sujeitos na investigação, está o direito a manter o anonimato e o direito a exigir que os seus dados de identificação pessoal não figurem em qualquer parte acessível dos documentos resultantes dos processos de investigação. A quebra de confidencialidade ocorre quando o investigador, por acidente, negligencia ou de forma voluntária permite a terceiros o acesso aos dados revelando a identidade ou os contextos de estudo. Existe ainda outro aspeto a ter em atenção no decurso da investigação, que é a necessidade do consentimento. Este para ser legal deve ser obtido de uma forma livre e esclarecida e sendo por escrito pode constituir a prova de que foi dada a conhecer toda a informação relevante ao sujeito (Freixo, 2010).

Depois de ter em atenção e de cumprir todos os aspetos referidos anteriormente, deve-se determinar o método e procedimentos que se utilizarão para obter respostas às questões de investigação. Assim, depois de tomados em consideração todos estes

procedimentos e aspetos, desenhamos o plano de investigação, e optámos pela investigação qualitativa.

Neste tipo de investigação, o plano de investigação é flexível por não ser completamente previsível o comportamento dos participantes. Os métodos qualitativos são humanísticos quando os investigadores estudam os indivíduos, tentam conhecê-los como pessoas e analisá-las no seu contexto ecológico, aprofundam experiências de vida, e não reduzem a equações estatísticas (Simões & Paiva, 2004). Apesar da flexibilidade, é também defendido pelos autores, que a abordagem qualitativa é exigente e obedece a um conjunto de procedimentos que a credibilizam, tornando-a ciência. Sendo esta abordagem descritiva, essa descrição deve ser rigorosa e resultar dos dados recolhidos. Os dados incluem transcrições de entrevistas, registos de observações, documentos escritos (pessoais e oficiais), fotografias, gravações áudio, vídeo. Os investigadores analisam as notas tomadas em trabalhos de campo, respeitando, tanto quanto possível, a forma segundo a qual foram registados ou transcritos.

No trabalho de investigação, o investigador apresenta-se como o instrumento de recolha de dados, desta forma, a validade e a fiabilidade dos dados dependem em muito da sua sensibilidade, conhecimento e experiência. Sendo que desta forma, a questão da objetividade do investigador constitui o principal problema da investigação qualitativa. De acordo com Flick “a investigação qualitativa é particularmente importante, para a amplitude das relações sociais, dada a pluralidade dos universos de vida” (2005, p.2).

Em investigação qualitativa, a preocupação central não é a de saber se os resultados são susceptíveis de generalização, mas sim, a de que outros contextos e sujeitos a eles podem ser generalizados (Simões & Paiva, 2004). Desta forma, numa abordagem qualitativa, algumas etapas do processo de investigação realizam-se de forma simultânea ou interativa. Segundo Freixo (2010), as principais etapas desta abordagem são: Formulação de um problema a partir de uma situação concreta, que comporte um fenómeno que pode ser descrito e compreendido; elaboração de questões precisas com vista a explorar os elementos estruturais, que permitam descrever o fenómeno; escolha dos métodos de colheita de dados; escolha de um contexto social e população (amostra); recolha de dados e análise, onde é retirada uma descrição dos elementos relatados pelos participantes; elaboração de hipóteses interpretativas a partir dos conhecimentos obtidos e por fim reformulação interativa do problema, à medida que se juntam novos dados.

Este tipo de investigação permite perceber o significado e as intenções atribuídos pelos participantes aos acontecimentos em que estão abrangidos e ao juízo que fazem das suas experiências de vida (Maxwell, 1996).

A investigação que tem sido feita no âmbito do acolhimento institucional é, na sua maioria, de natureza quantitativa e descritiva, preocupando-se, essencialmente, com a descrição e caracterização das populações utentes, organização e funcionamento das instituições. São exemplo disso os estudos realizados em Portugal, o estudo da SCML sobre as trajetórias de vida das crianças e jovens saídas dos Lares da SCML: 1986-2001 (2004); o estudo do Centro de Estudos Territoriais, do ISCTE, sobre os Percursos de vida dos jovens após a saída de Lares de Infância e Juventude (2005); o estudo de Alves (2007) Filhos da Madrugada –Percursos Adolescentes em Lares de Infância e Juventude, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e a dissertação de mestrado de Quintães (2009) sobre as Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização, pelo Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

Estudos qualitativos que procurem centrar-se nas perceções, interpretações e significados que as próprias crianças e jovens atribuem à sua experiência institucional são ainda escassos, mas cada vez mais se reconhece a sua importância (Peled et al., 2002). Desta forma, optámos no presente trabalho pela metodologia qualitativa, utilizando o modelo de entrevista semiestruturada que decorre da sua adequação ao objeto de estudo, tentando centrar-nos nas perceções que técnicos e ex-utentes têm acerca da intervenção desenvolvida nos Lares de Infância e Juventude.

É neste sentido que surge a nossa questão de estudo:

Qual é a perceção dos técnicos e ex-utentes do impacto da intervenção desenvolvida nos LIJ nas trajetórias de vida dos jovens institucionalizados?

Parafrazeando Fortin (1999), pode dizer-se que os objetivos de estudo indicam o porquê da investigação. Constituem um enunciado declarativo que precisa de orientação de investigação segundo o nível de conhecimento estabelecido no domínio da questão. Tendo por base a nossa questão de estudo e a literatura consultada definimos os seguintes objetivos a alcançar:

- **Objetivos gerais**

- Conhecer, analisar e compreender as estratégias /intervenção que os lares de infância e juventude têm no processo de acolhimento das crianças/jovens em risco;

- Perceber de que forma o tipo de intervenção desenvolvida em acolhimento institucional, alterou as trajetórias de vida dos jovens institucionalizados;

- **Objetivos específicos**

– Analisar a percepção dos técnicos do tipo de intervenção que os jovens foram alvo durante o seu processo de acolhimento, a nível familiar, escolar e social.

- Analisar a percepção dos ex-utentes do tipo de intervenção que foram alvo durante o seu processo de acolhimento, a nível familiar, escolar e social.

- Avaliar de que forma a intervenção realizada durante o acolhimento, foi percebida pelos jovens como promotora, de mudança no percurso de vida destas crianças/jovens;

- Avaliar se o período de institucionalização das crianças e jovens influenciou a sua percepção da intervenção realizada;

2.Sujeitos/contextos de estudo

O meio ou contexto de estudo pretende situar o ambiente natural, onde o estudo terá lugar (por oposição a estudos laboratoriais, lugares altamente controlados). Assim, e segundo Freixo (2010), o investigador deve assegurar-se se o meio é adequado, ou não, aos seus objetivos e se tem as autorizações e colaborações necessárias.

A escolha de uma amostra (conjunto mais pequeno) a partir da população alvo, tem a vantagem de permitir ao investigador, poupar tempo e dinheiro, pois tornar-se-ia bastante dispendioso e, quase impraticável estudar todos os elementos da população. Se a técnica de seleção da amostra for adequada, com base no estudo deste pequeno conjunto de sujeitos, o investigador poderá tirar conclusões válidas acerca da população-alvo, levando em conta, apenas, uma pequena margem de erro, o chamado erro de amostragem (Vieira, 1998).

No que se refere à amostra, esta diz respeito ao conjunto de sujeitos retirados da população. A descrição da população e da amostra faculta uma ideia sobre a eventual generalização dos resultados. Assim, além da seleção da população /contexto de estudo, temos também que selecionar o método de amostragem apropriado e o tamanho da amostra. De qualquer forma, optámos pela Amostragem

não probabilística, segundo Freixo (2010), neste processo nem todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de serem selecionados para integrarem a amostra. Optámos por esta técnica, uma vez que para a nossa amostra precisamos de elementos cujas características tenham correspondência com o nosso objetivo e questão de estudo.

Assim, o primeiro passo na definição da amostra consistiu na definição da população alvo, neste caso os técnicos gestores de caso dos LIJ e os jovens desinstitucionalizados.

Dada a complexidade do trabalho que efetuam, as equipas que intervêm com famílias e com crianças em risco, devem ser constituídas por técnicos de várias valências da área social, da educação e da saúde, nomeadamente assistentes sociais, educadores e psicólogos. É necessário que haja uma intervenção coordenada entre todos os elementos que constituem a equipa, devendo um dos técnicos ser o interlocutor privilegiado com a criança/jovem e a família.

É fundamental que este técnico consiga manter uma relação de confiança com a criança/jovem e a respetiva família. Cada um destes técnicos pode ser designado como *gestor de caso*, ou seja, o técnico que tem responsabilidade acrescida de gerir a relação de confiança com a família e com a criança, constituindo-se como um facilitador na articulação com os outros técnicos que constituem a equipa, e também com os parceiros que intervêm no processo das crianças/jovens.

Estes técnicos têm também um papel facilitador e de mediador entre os serviços e as necessidades apresentadas pelas crianças e sua família, através da identificação de circuitos de comunicação e recursos disponíveis. Compete ao *gestor de caso* fazer a avaliação diagnóstica da situação que está a analisar, para que seja possível delinear um plano de intervenção adaptado às crianças/jovens, bem como planear, coordenar e supervisionar a atuação de todos os serviços, de forma a garantir o cumprimento de todos os objetivos previamente delineados (Gomes, 2010).

Outros sujeitos envolvidos no estudo são jovens desinstitucionalizados das instituições que responderem favoravelmente ao pedido. Os jovens alvo de entrevistas são jovens que estiveram institucionalizados em lares de infância e juventude, durante um período de tempo, mas que atualmente já se encontram fora dessa instituição. Esta opção de escolha de sujeitos desinstitucionalizados surge da necessidade de compreensão da nossa questão de estudo, pois os jovens institucionalizados atualmente, estarão ainda a ser alvo de intervenção, pelo que a sua perceção da intervenção ainda não se revela suficientemente distanciada.

Assim, e tendo em conta a dimensão do acolhimento institucional, existindo no nosso país conforme tabela 1, 234 lares de Infância e Juventude, a nossa seleção de sujeitos será feita por conveniência de acordo com a nossa questão de estudo.

Tabela 1 – Lares de Infância e Juventude por distrito em Portugal*

Distrito	Nº de LIJS
Aveiro	7
Beja	4
Braga	20
Bragança	8
Castelo Branco	6
Coimbra	16
Évora	5
Faro	9
Guarda	6
Leiria	3
Lisboa	61
Portalegre	3
Porto	42
Santarém	12
Setúbal	16
Viana do castelo	4
Vila Real	5
Viseu	7
Total	234

*Dados obtidos de www.cartasocial.pt

Tendo um tão grande leque de instituições no nosso país, necessitamos de extrair a população experimentalmente acessível. Assim, considerámos 2 instituições por distrito. Para a nossa amostra seleccionámos então das 36 instituições, um técnico gestor de caso, e um jovem desinstitucionalizado da mesma instituição

3. Instrumentos

3.1. Construção da entrevista

O instrumento de recolha de dados será uma entrevista semiestruturada aos técnicos e ex-utentes, com o objetivo de compreender as perceções que estes sujeitos

têm acerca da intervenção desenvolvida nos Lares de Infância e Juventude. Optámos por esta técnica de recolha de dados de forma a focar no conhecimento das percepções que os sujeitos atribuem à experiência vivenciada na instituição, mas também pela necessidade de salientar as narrativas dos sujeitos em aspetos específicos, circunscritos pelas questões, não se revelando, por isso, apropriada uma entrevista livre e exploratória (Bogdan & Biklen, 1991). Também porque “permite delimitar o sistema de representações, valores, de normas veiculadas pelo indivíduo” (Albarello, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Danielle & Saint – Georges, 1997, p. 89)

Pretende-se criar uma situação propícia à retrospeção, onde “o sujeito-fonte de informação vai, livremente, (re) fazendo a memória das suas vivências /experiências, funcionando as expectativas e os objectivos da pesquisa como fio condutor e instrumento de sistematização da narrativa inacessíveis” (Ribeiro, 1995, p.129) permitindo obter elementos fundamentais à identificação e reconstituição de percursos de outra forma.

As vantagens na escolha deste tipo de entrevista prendem-se com a facilidade em utilizar o mesmo guião de entrevista para vários sujeitos em condições idênticas, havendo flexibilidade e adaptação às questões a efetuar ao entrevistado, podendo sempre que se justifique acrescentar uma questão de modo a explorar determinado bloco temático.

Elaborámos dois guiões de entrevista semiestruturada para sabermos da percepção de técnicos gestores de caso e jovens desinstitucionalizados acerca da intervenção desenvolvida nos lares de infância e juventude. Optou-se por realizar uma entrevista semiestruturada que permitisse a conversação, a troca de ideias e a comunicação nos dois sentidos, visando dar e receber informações, tentando dar resposta à questão de estudo anteriormente delineada.

O guião de entrevista destinado aos técnicos gestores de caso (Anexo C), tem por objetivo: perceber o tipo de intervenção que os técnicos desenvolvem com os jovens desde a sua admissão até a desinstitucionalização; conhecer a intervenção desenvolvida a nível familiar, escolar e social; conhecer o trabalho de parceria que é feito entre os técnicos que acompanham a família e conhecer a opinião dos técnicos relativamente à intervenção desenvolvida nos lares de infância e juventude. O outro guião de entrevista (Anexo D), foi construído para jovens que estiveram acolhidos em lares de infância e juventude, com o objetivo: caracterização da população alvo; saber se o período de institucionalização destes jovens foi de longa ou curta duração; conhecer o tipo de intervenção que os jovens foram alvo durante o seu processo de

acolhimento a nível familiar, escolar e social; conhecer a percepção dos jovens acerca da intervenção realizada durante o acolhimento.

3.2.Avaliação da entrevista

Para o nosso estudo piloto a população é constituída por quatro técnicos gestores de caso, uma vez que numa das instituições contactadas havia duas técnicas gestoras de caso ao invés das restantes instituições onde apenas existia um técnico gestor de caso. Sendo também constituída por quatro jovens, todos do sexo feminino com idades compreendidas entre os 20 e os 23 anos.

Para avaliar os instrumentos construídos os guiões de entrevista foram entregues a quatro técnicos e quatro jovens que fizeram parte do nosso estudo piloto, acompanhados de um pequeno questionário de avaliação, com o objetivo de aferir a adequação e pertinência das questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas, além da clareza na construção dessas mesmas questões e a dificuldade na resposta de cada uma.

Depois de respondidos esses critérios de avaliação (Anexos G e M), os resultados obtidos foram os seguintes no que se refere ao guião de entrevista dos técnicos gestores de caso: todas as questões foram avaliadas pelos entrevistados a nível de clareza, pertinência e compreensão como totalmente adequadas. Na questão 1 no bloco da intervenção (todos os jovens acolhidos há mais de 2 meses têm projeto de vida definido?), 100% dos entrevistados responderam que a pertinência da pergunta apenas correspondia ao nível 3 (Adequado), uma vez que nem todos os projetos de vida se conseguem definir num curto espaço de tempo. Pelo que como sugestão de alteração a essa questão, surge o aumento de tempo, em vez dos dois meses atuais, colocar entre 4 a 6 meses. Desta forma a questão seria: todos os jovens acolhidos entre 2 e 6 meses têm projeto de vida definido?

Nos itens dificuldade na resposta e informação desconhecida os entrevistados responderam a estes critérios como Completamente desadequado, uma vez que para eles as questões não continham informação desconhecida e não tiveram dificuldade na sua resposta.

No que se refere ao guião de entrevista das crianças e jovens, na resposta aos critérios de avaliação desse guião, na maioria todas as respostas foram classificadas a nível de compreensão, clareza e pertinência como totalmente adequadas, no entanto os itens informação desconhecida e dificuldade na resposta foram classificados como

completamente desadequados, uma vez que nenhum dos entrevistados teve dificuldade na resposta ou esteve perante informação desconhecida.

Assim sendo e perante os resultados obtidos através da avaliação efetuada aos dois guiões de entrevistas, apenas seria efetuada a alteração à questão nº 1 no guião de entrevista dos gestores de caso.

Desta forma, o guião definitivo da entrevista aos gestores de caso será reformulado (Anexo K) para que corresponda aos resultados obtidos através dos questionários, para podermos aplicar depois o instrumento à amostra definida.

4.Procedimentos

O primeiro passo da definição da nossa amostra para o pré teste consistiu na seleção de vários lares de infância e juventude da região centro. Foram contactados doze lares de infância e juventude da zona Centro, sub-região da Beira Interior e Dão Lafões, a pedir solicitação para colaborarem na investigação através de realização de entrevista a técnicos gestores de caso e jovens desinstitucionalizados (através de ofício anexo B). Na semana posterior, de forma a obter uma resposta mais breve, foram encaminhados *emails* a todas as instituições a reforçar o pedido. Fomos recebendo respostas ao ofício, umas favoráveis, outras desfavoráveis, pelo que procedemos a entrevista nas instituições que acederam em colaborar connosco no estudo piloto.

Por questões deontológicas, as identificações dos Lares, técnicos e jovens serão omissas.

Depois de obtidas respostas, estavam escolhidos os contextos de estudo para estudo piloto do nosso guião, os lares de infância e juventude que responderam favoravelmente ao nosso pedido. Da mesma forma, os sujeitos de estudo são os técnicos gestores de caso das três instituições que deram parecer favorável para realização de entrevista onde foi aplicado o guião de entrevista bem como os jovens desinstitucionalizados da mesma instituição.

As entrevistas tiveram a duração entre 30- 45 minutos e as que tivemos autorização foram gravadas em forma de áudio, tendo as que não obtivemos esse consentimento tendo sido transcritas, depois de terminada a entrevista. De forma a garantir o anonimato, confidencialidade e o direito à privacidade, optámos por colocar códigos nas entrevistas, não existindo qualquer identificação de instituições, técnicos ou jovens. Assim, as entrevistas com o código CJ (criança/jovem) precedido de letras

e números corresponde a entrevistas efetuadas aos jovens desinstitucionalizados e as letras dizem respeito à ordem pela qual as entrevistas foram realizadas (A1,B2,etc.). No caso dos técnicos, optámos pela mesma forma de codificação, tendo como código GC (Gestor de caso), todas as entrevistas realizadas aos técnicos gestores de caso, e sendo a ordem de entrevistas numeradas de igual forma, o que corresponde também à mesma instituição. Ou seja a letra A corresponde à mesma instituição, podendo em alguns casos ter números diferentes correspondendo assim a diferentes pessoas que responderam à entrevista. Depois de obtidos os resultados das entrevistas e de terem sido preenchidos questionários pelos entrevistados, foi feita a avaliação dos guiões tendo daí surgido alterações ao guião de entrevista dos técnicos gestores de caso, nomeadamente à questão 1, tendo este sido reformulado (Anexo K).

Para o desenvolvimento do nosso projeto depois de obtidos os resultados do teste piloto os procedimentos a efetuar são os mesmos que utilizámos anteriormente. Depois de contactadas as instituições de norte a sul do país da amostra já definida, 36 técnicos gestores de caso e 36 jovens desinstitucionalizados, serão realizadas entrevistas e posteriormente serão analisados os dados obtidos, de forma a conseguirmos obter dados de onde serão retiradas conclusões gerais e que possam ser generalizados relativos à nossa população alvo.

5.Resultados

5.1.Expectativas em relação aos resultados

Espera-se responder à questão de estudo inicialmente construída, e testar e discutir os resultados por confronto com a literatura, de forma a vermos atingidos os objetivos gerais e específicos previamente delineados. Não será possível generalizar as conclusões, pois em investigação qualitativa, a preocupação central não é a de saber se os resultados são susceptíveis de generalização, mas sim, a de que outros contextos e sujeitos a eles podem ser generalizados (Simões & Paiva, 2004). As categorias e subcategorias resultantes no teste piloto (Anexo I e O), da análise aos dois guiões, servirão de orientação para a realização do projeto, contudo, atendendo à maior diversidade da amostra à qual se aplicará o instrumento, as mesmas poderão ser reformuladas.

5.2. Análise exploratória dos resultados do teste piloto à entrevista

Embora não sendo possível extrair quaisquer conclusões dos dados obtidos no teste piloto optámos por fazer uma análise exploratória dos mesmos que nos permitisse fazer, no decurso do desenvolvimento do projeto, a definição das categorias *à priori*, para análise de conteúdo dos dados, bem como ter algumas pistas para os resultados a encontrar.

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Esta análise, conduz a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão dos seus significados de forma mais complexa e abrangente que uma leitura comum.

De acordo com Bardin (1994), a célebre definição de análise de conteúdo surge no final dos anos 40-50, com Berelson, auxiliado por Lazarsfeld afirmando que a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação.

A análise de conteúdo passa a ser definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 1994).

Bardin (1994), apresenta a utilização da análise de conteúdo em três fases fundamentais: a pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados. Na primeira fase é designado um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. A segunda fase consiste no cumprimento das decisões tomadas anteriormente, e finalmente na terceira etapa, o pesquisador apoiado nos resultados brutos procura torná-los significativos e válidos.

Os métodos de análise de conteúdo incluem a utilização de técnicas claras. No nosso estudo, recorre-se à análise categórica, que segundo a literatura é o tipo de análise mais antiga e mais utilizada. Esta consiste em fazer o cálculo das frequências de certas características agrupadas, evitando que o investigador faça uma interpretação do conteúdo, segundo as suas ideologias e valores (Stemler, 2001).

Desta forma, na realização do estudo piloto, procedeu-se inicialmente à constituição do corpo da entrevista, organizando-se a informação recolhida, de onde saíram os indicadores que permitiriam a interpretação do conteúdo. Seguidamente,

foram escolhidas as unidades de análise através do recurso a frases expressões e palavras, tendo em conta os objetivos do trabalho e algum suporte teórico de referência para este projeto. Depois de escolhidas as unidades de análise procedeu-se então à categorização e subcategorização. A categorização corresponde à passagem de dados em bruto para dados organizados, e são agrupados de acordo com as características comuns entre cada um deles.

Neste tipo de análise, a interpretação dos dados pode ser feita através de diferentes procedimentos, tudo depende do objetivo que o investigador pretende atingir. (Flores, 1994).

A análise de dados obtidos nas entrevistas foi feita depois de serem definidas categorias e subcategorias para análise de cada um dos guiões de entrevista. Para a análise de dados foi utilizado o programa QSR Nvivo 10 programa de análise qualitativa que permitiu não só analisar, mas também organizar os dados obtidos.

Desta forma, depois de definidas categorias e subcategorias são elaboradas Tabelas que condensam e destacam as informações fornecidas para análise. Assim, a apresentação dos dados do teste piloto, é apenas descritiva, onde pretendemos apresentar a informação e proporcionar uma leitura global da informação disponível. Neste sentido nas tabelas seguintes serão dadas a conhecer as categorias e subcategorias constituídas no teste piloto provenientes dos dois guiões de entrevistas realizados. Assim as dimensões resultantes da análise do primeiro guião de entrevista são as constantes na Tabela 2, de onde surgiram as categorias e subcategorias.

Tabela 2-Dimensões resultantes da análise de conteúdo do guião de entrevista a gestores de caso

Dimensões	Nº de referências
Atividades de promoção de competências pessoais e sociais	34
Desinstitucionalização	8
Institucionalização	18
Intervenção	14
Plano Socioeducativo individual	19
Projeto de vida	15
Total	108

Na análise de conteúdo realizada ao guião de entrevista a técnicos gestores de caso no teste piloto, surgiram seis dimensões, sendo que as unidades de conteúdo foram mencionadas cento e oito vezes.

Da análise da Tabela 2, pode verificar-se que a dimensão “atividades de promoção de competências pessoais e sociais” foi a mais mencionada pelos participantes no teste piloto, tendo sido referenciada trinta e quatro vezes (31,5%), de seguida surge a categoria “Plano Socioeducativo Individual” referida dezanove vezes (17,6%) pelos participantes no teste piloto. A dimensão “Institucionalização” foi a terceira mais referida tendo sido mencionada onze vezes (16,7%), de seguida ficam as dimensões “Projeto de vida”, referidas quinze vezes e correspondendo a uma percentagem de 13,9%. Referida menos vezes ficou a dimensão “Desinstitucionalização”, referida oito vezes e correspondendo a 7,4%.

A Tabela 3 diz respeito às categorias resultantes da dimensão “Atividades de promoção de competências pessoais e sociais”, de onde surgiram cinco categorias “Atividades de promoção de autonomia”, “Atividades de vida diária”, “Atividades diárias”, “exposição de temas” e “programas de promoção de competências”. Destas categorias surgiram catorze subcategorias e onde constam o número de referências referente a cada uma delas.

Tabela 3 - Categorias inerentes às atividades de promoção de competências pessoais e sociais

Categorias	Subcategorias	Nº de referências	
Atividades de promoção de autonomia	Em grupo	3	10
	Fora da instituição	2	
	Individual	1	
	Na instituição	4	
Atividades de vida diária	Exposição teórica	3	5
	Prática	2	
Atividades diárias	Externa à instituição	4	7
	Na instituição	3	
Exposição de temas	Educação	3	8
	Saúde	3	
	Sociais	2	
Programas de promoção	Autonomia	3	4
	Capacidade reflexiva	1	

de competências	Competências psicossociais	1	
Total			34

Na dimensão “Atividades de promoção de competências pessoais e sociais”, procura-se perceber de que modo as situações e contextos onde o jovem se encontra são passíveis de representar experiências desenvolvimentais, constituindo as atividades extracurriculares uma ótima oportunidade para ajudar os mais novos a treinar competências tão diversas como saber assumir a iniciativa, aprender a desenvolver a capacidade de controlo emocional e desenvolver relações positivas com os outros (Hansen, Larson, & Dworkin, 2003). As competências de vida podem ser muito variadas (comportamentais, cognitivas, intrapessoais e interpessoais), existindo programas que privilegiam umas em relação às outras, e através dos dados obtidos nas instituições também se verifica uma diferença no que concerne a esta área, sendo que o GCA1 refere que no desenvolvimento de competências pessoais e sociais *“Abordam áreas tao distintas como saúde (perturbações alimentares, drogas e álcool, etc.), solidariedade (pobreza, incentivo a participar em campanhas de solidariedade para recolhas de bens alimentares), atividades de vida diária (dia no supermercado, elaboram lista de compras e online pesquisam preços de vários bens diários, confeção de ementas semanais, grelha de tarefas diárias, etc.) promoção de autonomia (preparação para a vida autónoma)”*, por sua vez, o gestor de caso A2 refere que também existem atividades de promoção de competências na sua instituições sob a forma de dinâmicas de grupo *“Sim, todas as semanas às segundas e quintas-feiras as crianças e jovens participam em dinâmicas de grupo que abordam áreas tao distintas...”*. Por sua vez o terceiro gestor de caso B2 refere que tipo de atividades são desenvolvidas no seio da sua instituição *“Sim, temos atividades internas, que decorrem dentro do lar, a saber: programas de promoção de competências psicossociais, em que se pretender desenvolver a capacidade reflexiva, a autonomia, as várias competências relacionais.”*. Por último, o quarto gestor de caso GCC3, refere que na sua instituição as atividades e os temas são debatidos individualmente, referindo *“Sim, em pequenas reuniões que temos individualmente com cada criança/jovem são tratados assuntos relativos a competências pessoais e sociais. Falamos sobre AVD’s, sobre comportamentos de risco, etc.”*

Desta Tabela, a categoria “Atividades de promoção de autonomia” foi a mais mencionada pelos participantes, tendo sido referida dez vezes (29,4%), nesta

categoria surgiram as subcategorias “Em grupo,” “Fora da instituição”, “Individual” e “Na instituição”, destas quatro subcategorias a mais referida foi a “Na instituição”, mencionada quatro vezes (11,7%), de seguida mencionada três vezes (8,8%) fica a subcategoria “Em grupo”. A subcategoria “Fora da Instituição” foi mencionada duas vezes (5,8%), e por último a subcategoria menos mencionada pelos participantes foi a “Individual” tendo sido mencionada apenas uma vez (2,9%).

Na categoria “Atividades de vida diária” foi mencionada cinco vezes pelos participantes (11,7%) e de onde surgiram duas subcategorias “Exposição teórica” e “prática”, sendo que a primeira foi mencionada três vezes (8,8%), e a segunda foi mencionada duas vezes (5,8%).

Por sua vez, a categoria “Atividades diárias” foi a terceira mais referida, mencionada sete vezes (20,5%). Nesta categoria surgiram as subcategorias “externas à instituição” e “Na instituição”, tendo a primeira sido referida quatro vezes (11,7%), e a segunda foi mencionada pelos participantes três vezes (8,8%).

A terceira categoria diz respeito a “Exposição de temas” e foi a segunda mais referida pelos participantes, tendo sido mencionada oito vezes (23,5%). Desta categoria surgiram as subcategorias “Educação”, “Saúde” e “Sociais”, sendo que as duas primeiras subcategorias foram referidas três vezes cada uma (8,8%) e a última subcategoria “Sociais” foi referida apenas duas vezes (5,8%).

Por fim, a última categoria resultante da dimensão “Atividades de promoção de competências pessoais e sociais”, foi “Programas de promoção de competências”, que foi mencionada pelos participantes quatro vezes (11,7%). Desta categoria surgiram três subcategorias “Autonomia”, “Capacidade reflexiva” e “Competências psicossociais”. Destas três subcategorias a mais mencionada pelos participantes foi “Autonomia”, tendo sido referida três vezes (8,8%), de seguida foram mencionadas as outras duas categorias, uma vez cada uma (2,9%).

A Tabela 4 diz respeito à dimensão “Desinstitucionalização”, de onde surgiram duas categorias “Aplicação de outra medida” e “Contactos com a instituição”, de onde surgiram outras duas subcategorias “meio natural de vida” resultante da primeira categoria e “mantidos” resultante da segunda categoria.

Esta dimensão, que surgiu da análise de conteúdo, está relacionada com a definição do projeto de vida, que foi outra dimensão que nos surgiu na análise de conteúdo (Tabela 8). Desta forma é necessário que a intervenção desenvolvida nos lares de infância e juventude tenham em conta alguns fatores como a definição atempada de um projeto de vida aos menores, este constitui-se como uma categoria depois da

análise de conteúdo dos guiões de entrevistas realizados aos técnicos. Este projeto de vida deve através de programas de intervenção familiares devidamente avaliados, prever o regresso da criança/jovem ao seio familiar, dando continuidade a estes apoios se assim se revelar necessário (Instituto da segurança Social,2012). Deve se ainda ter em conta quando a integração na família biológica, nuclear ou alargada se encontra dificultada ou inviabilizada, a inserção noutra família, tutora, adotiva ou de apadrinhamento civil. Quando outras soluções se encontrem comprometidas e assim que a idade o justifique poderá trabalhar-se o jovem para autonomia de vida.

Tabela 4- Categorias inerentes à desinstitucionalização

Categorias	Subcategorias	Nº de referências	
Aplicação de outra medida	Meio natural de vida	4	4
Contactos com a instituição	Mantidos	4	4
Total		8	

A categoria “Aplicação de outra medida”, foi mencionada pelos participantes quatro vezes que corresponde a 50%, desta categoria surgiu a subcategoria “Meio natural de vida” que foi igualmente referida quatro vezes que corresponde também a 50%.A segunda categoria que diz respeito a “Contactos com a instituição” de onde surgiu a subcategoria “mantidos”, foram referidas quatro vezes cada uma, correspondendo também a 50%.

A Tabela 5 corresponde às categorias emergentes da dimensão “Institucionalização”, de onde surgem três categorias “Desvantagens”, “Média do tempo de institucionalização” e “Vantagens”. Destas três categorias surgem três subcategorias a cada uma, dando no total nove subcategorias.

O acolhimento institucional é uma medida que pretende ser temporária, e é aplicada nos casos em que a avaliação da situação e o plano de intervenção efetuados a configurem como a medida adequada a essa situação. A avaliação da situação deve ser iniciada “antes da entrada da criança em instituição, exceto quando se trate de um acolhimento em situação de emergência” (Gomes,2010,p.153).No entanto, há ainda algumas dúvidas no que respeita à escolha da medida acolhimento em instituição sendo que o GCC3 refere que *“No entanto, e sem estar a fazer qualquer tipo de crítica ao sistema, considero que muitas das vezes poderia ter sido considerada outra alternativa que não a institucionalização”*.

Segundo Gomes “Sempre que uma criança ou um jovem necessitem de ser acolhidos deve ser encontrada a instituição que melhor resposta dê às suas necessidades específicas” (2010, p.153), a mesma autora refere ainda que as instituições têm que organizar-se de maneira a proporcionar as crianças e jovens acolhidos proteção, confiança, segurança, e estabilidade num ambiente onde seja respeitada a individualidade de cada um. O que através da análise aos dados recolhidos nos permitiu perceber que além da vantagem que a institucionalização possa trazer a estes jovens, segundo a gestora de caso A1, *“Muitas das vezes a institucionalização já não traz vantagens nenhuma a jovens que são por exemplo acolhidas aos 16/ 17 anos por desvios comportamentais e porque a família já não consegue controlar os seus comportamentos e nos chegam aqui numa trajetória já quase de delinquência, e que por mais empenho que a equipa tenha estas jovens continuam a cometer delitos, a ausentar-se indevidamente da instituição, não acatando normas e regras, e quando fazem os 18 anos não aceitam continuar institucionalizados optando por voltar a vida anterior”*, o que dificulta a intervenção possível de ser realizada com estas crianças ou jovens. Sendo este um dos desafios que se colocam atualmente ao sistema de proteção, nomeadamente ao sistema de acolhimento, onde tem que haver conjugação de esforços entre as equipas técnica e educativa, de forma a “ ajudar os jovens a identificar e a ler o significado e os sentimentos subjacentes aos seus comportamentos se torna essencial para a inversão de ciclos que vão aumentando numa espiral de desproteção para os mesmos e para terceiros (Instituto da Segurança Social, 2012,p.7).

Tabela 5-Categorias inerentes à institucionalização

Categorias	Subcategorias	Nº de referências	
Desvantagens	Idade dos jovens acolhidos	2	8
	Recusa dos jovens em colaborar	2	
	Trabalho que devia ser feito anteriormente	4	
Média do tempo da institucionalização	Entre 1 a 2 anos	1	4
	2 a 3 anos	2	
	Mais que 3 anos	1	
	Assegurar um futuro	3	

Vantagens	Oportunidade de acompanhamento psicossocial	1	6
	Suporte social	2	
Total			18

A categoria “Desvantagens” foi a mais mencionada pelos participantes, tendo sido referida oito vezes correspondendo a 44,4%, nesta categoria surgiram as subcategorias “Idade dos jovens acolhidos” que foi mencionada duas vezes (11,1%), e “Recusa do jovem em colaborar”, mencionada também pelos participantes duas vezes correspondendo a 11,1%, já a terceira subcategoria “trabalho que devia ser feito anteriormente” resultante desta categoria foi a mais mencionada pelos participantes no teste piloto, tendo sido referida quatro vezes (22,2%).

A categoria “Média de tempo de institucionalização” foi referida quatro vezes, correspondendo a 22,2%. Desta categoria apareceram três subcategorias, sendo a primeira “Entre 1 a 2 anos” mencionada uma vez pelos participantes, correspondendo a 5,5%. A segunda subcategoria “2 a 3 anos” foi referida duas vezes correspondendo a 22,2% e a terceira “mais que três anos” foi mencionada uma vez correspondendo a 5,5%.

Já a categoria “Vantagens”, foi a segunda mais referida pelos participantes no teste piloto, tendo sido citada seis vezes, correspondendo a 33,3%. Desta surgiram, três subcategorias, sendo elas “Assegurar o futuro” referida três vezes (16,6%), “oportunidade de acompanhamento psicossocial” referida uma vez (5,5%) e a última subcategoria resultante foi “Suporte Social”, tendo sido referida duas vezes (11,1%).

A Tabela 6 diz respeito às categorias resultantes da dimensão “Intervenção”, onde constam três categorias “Aspectos positivos”, “aspectos negativos” e “trabalho com as famílias”. Sendo que destas três categorias resultam sete subcategorias.

Tabela 6- Categorias inerentes à intervenção

Categorias	Subcategorias	Nº de referências	
Aspectos positivos	Abertura à mudança	1	1
Aspectos negativos	Excesso de burocracias	2	10
	Falta de recursos financeiros	2	
	Falta de recursos	3	

	humanos		
	Falta de trabalho de retaguarda	3	
Trabalho com as famílias	Programas de educação parental	1	3
	Visitas domiciliárias	2	
Total			14

Referindo-se à “intervenção”, outra dimensão resultante da análise de conteúdo, podemos referir que a intervenção nos lares de infância e juventude é uma realidade em permanente evolução e atualização. Podemos relatar que esta intervenção é tanto mais eficaz quanto melhor for a articulação entre as diversas entidades envolvidas em cada um dos casos. Assim devem ser elaborados “planos cooperados de intervenção, num enredo de corresponsabilidade social dos setores a que as mesmas pertencem (...) sempre no respeito pelo princípio da intervenção mínima, de forma a preservar a criança ou jovem e a sua família...” (Instituto da Segurança Social, 2012, p.79).

Confrontando com os dados obtidos nas entrevistas efetuadas, todos os sujeitos responderam afirmativo à questão “todas as crianças e jovens acolhidos têm projeto de vida definido?”, pelo que todas referiram que havia a colaboração do menor nesta definição do projeto de vida. Assim, o GCA1 refere relativo ao projeto de vida “*Nós fazemos diversas visitas domiciliárias, algumas onde até elaboramos planos junto da família para melhorarem alguns aspetos, estes que são elaborados também de forma a constituírem um projeto nos PSEIS da criança/jovem. Estas famílias são também muitas das vezes tralhadas em colaboração com a segurança social. Tentamos sempre trabalhar as famílias, para que as crianças retornem a família o mais rápido possível*” (...) “*trabalho é feito pelas equipas locais da segurança social.*”. Sendo que daqui surgiram algumas categorias inerentes a esta análise, tais como o trabalho com as famílias, bem como a colaboração entre entidades para definição do projeto de vida do menor. Na mesma linha surge a resposta do gestor de caso A2, referindo “*as famílias são a nossa principal aposta, uma vez que para a criança retorne a família e esse retorno se torne definitivo antes esta família tem que ter todas as condições necessárias ao seu restabelecimento. Assim, na instituição e nos casos que assim o permitam fazemos visitas domiciliárias e articulamos em conjunto com outras instituições de forma a garantir a estas famílias o apoio necessário para que possam*

receber de novo as crianças retiradas.” O gestor de caso B2 refere ainda que no trabalho com as famílias “desenvolvemos trabalho junto da família – programa de educação parental”. Sendo que a resposta do gestor de caso C3 vai ao encontro das restantes, referindo que sempre que necessário a família do menor é trabalhada. Assim, nesta dimensão e através da análise de conteúdo surge uma categoria referente ao trabalho com as famílias, este deve apoiar-se nos pontos fortes.

Outras respostas que surgiram na análise de conteúdo dizem respeito ao trabalho de retaguarda que deveria ter sido feito antes da institucionalização, onde o GCA1 refere “muitas das vezes, se a família tivesse sido trabalhada anteriormente e se fosse feito um trabalho de proximidade junto das crianças e dessas famílias, não seria necessário a institucionalização”, Realçando a sua ideia no que se refere às vantagens e desvantagens da institucionalização, dizendo “Como referi considero que devia de haver mais trabalho com as famílias antes de se pensar em institucionalização, no entanto considero também que muitos dos casos que cá temos foi a medida adequada e a necessária a situação”. Sendo que o GCB2 corrobora da mesma opinião referindo “Considero que muitas das vezes há um trabalho de retaguarda que devia ter sido feito e que evitaria a colocação da jovem na instituição. Considero que a institucionalização deveria ser o último recurso, deveria ser feito um trabalho anterior com as famílias e os jovens, mas há situações em que a criança tem que ser acolhida.”

Referindo-nos agora a “de que forma a intervenção poderá ser melhorada?”, as respostas são diversificadas, no entanto convergem todas no aspeto de que há falta de recursos humanos e financeiros e o excesso de burocracias, sendo que o GCA1 refere que “considero que muitas das vezes a falta de recursos humanos dificulta em muito a intervenção que seria desejável. As visitas domiciliárias, o trabalho de contacto com tribunais, segurança social, e organização de processos individuais, levam muito tempo e muitos dos dias não conseguimos dar o apoio necessário a cada criança/jovem ficando este por vezes ao cargo da equipa educativa”, já o GCA2 refere que o Plano DOM deveria ter continuado nas instituições e que “o facto do reforço que houve pelo Plano Dom ter sido dispensado, trouxe-nos sobrecarga de trabalho, pelo que considero que a falta de recursos deveria ser colmatada e este reforço se deveria ter mantido”. Já o GCB2 refere como dificuldades a falta de recursos financeiros, referindo que “Se fosse melhor subsidiada haveria possibilidade de outras atividades”. Por seu turno, o gestor de caso C3 refere que “o reforço de pessoal era um começo para que conseguíssemos responder a todas as necessidades das crianças e jovens.

No entanto continua a ser a preocupação com os números e não com as pessoas, o que muitas vezes não nos permite ter uma intervenção de excelência como seria desejado.” A resposta do gestor de caso A1 refere também a abertura a mudança, e segundo Gomes “nenhuma organização consegue desenvolver-se se não se preparar para a mudança, tendo em conta que, no mundo atual, os factores internos e externos também se encontram em constante mudança” (2010,p.215), sendo que o GCA1 refere que “o nosso trabalho nunca está completo e sim podemos sempre melhorar, temos que estar sempre dispostos à mudança se esta se traduzir na melhoria de intervenção”.

Assim, nesta Tabela, a categoria mais mencionada foi a “Aspetos negativos”, tendo sido referida sete vezes, correspondendo a 71,4%, a segunda mais referida foi a “Trabalho com as famílias” tendo sido referida quatro vezes, correspondendo a 21,4%, por fim a menos referida foi “aspetos positivos, tendo sido referida apenas uma vez correspondendo a 7,2%.

Da categoria “Aspetos positivos” surgiu uma subcategoria “Abertura à mudança” que foi referida uma vez (7,1%). Já da categoria “Aspetos negativos” surgiram quatro subcategorias, “Excesso de burocracias” que foi referida duas vezes (14,2%). Já a subcategoria “Falta de recursos financeiros” foi mencionada duas vezes (14,2%), a subcategoria “Falta de recursos humanos” foi mencionada três vezes (21,4%) assim como a subcategoria “falta de trabalho de retaguarda”.

Da categoria “Trabalho com as famílias” emergiram duas subcategorias “Programas de educação parental” que foi mencionada uma vez (7,1%), e “Visitas Domiciliárias” que foi referida duas vezes (14,2%).

Respeitante à dimensão “Plano Socioeducativo Individual”, surgiram três categorias, “definição de projetos”, “avaliação diagnóstica” e “articulação com outras entidades” de onde emergiram sete subcategorias, como se pode observar na Tabela 7.

Tabela 7 - Categorias inerentes ao plano socioeducativo individual

Categorias	Subcategorias	Nº de referências	
Definição de projetos	Colaboração da família	1	7
	Colaboração de outras entidades afetas ao processo	4	
	Em conjunto com a criança ou jovem	2	
	Auscultar os interesses das	3	

Avaliação diagnóstica	crianças e jovens		6
	Avaliação da criança ou jovem	3	
Articulação com outras entidades	Definição de projetos com outras entidades	1	6
	Parceria no trabalho com as famílias	5	
Total			19

Desta forma e segundo a literatura para uma intervenção eficaz, as instituições têm que apostar numa avaliação correta de cada criança e jovem bem como da respetiva família, de forma a poderem ser delineados projetos individualizados de acordo com a especificidade de cada caso. Assim, “a avaliação diagnóstica constitui um instrumento fundamental para a definição do projeto de vida” (Gomes, 2010, p.159). Sendo que este processo de avaliação é fundamental na medida em que permite a identificação dos problemas e dos aspetos positivos das crianças e da família. Depois da avaliação diagnóstica urge traçar um plano de intervenção onde esteja definida uma atuação concertada sobre a situação concreta de cada criança/jovem e respetivas famílias.

Na definição do plano de intervenção individualizado, são consideradas “as características e dinâmicas da família biológica, as características de cada criança ou jovem e a sua história de vida” (Gomes, 2010, p.165). Estes planos definidos terão que ser acompanhados e monitorizados. (Gomes, 2010) O plano de intervenção individual, também designados por PSEI – Plano Socioeducativo individual, “integrará de uma forma estruturada os elementos necessários para clarificar, orientar, organizar e avaliar a intervenção com a criança ou com o jovem e a sua família” (Gomes, 2010, p.162). Confrontando com os resultados deste tema (Plano socioeducativo individual), obtidos através da aplicação do instrumento, de salientar que o GCA1 refere que é feita avaliação da criança ou jovem e depois o PSEI, “*Sim, as crianças depois de serem acolhidas, é feita a avaliação global, a nível social, escolar e familiar. Depois dessa avaliação e traçado para a criança o plano socioeducativo individual, onde muitos dos projetos são realizados em parceria com a escola, ou outros intervenientes/pessoas significativas na vida da criança/jovem. Todas as crianças/jovens aquando da sua avaliação junto da psicóloga dão o seu parecer relativo ao seu projeto de vida quer a nível escolar, de saúde ou social, muitas das*

vezes são os jovens que propõe atividades em que gostariam de participar, ou temas que gostariam de ver debatidos, onde elas pudessem participar e adquirir conhecimentos”. Por sua vez, o gestor de caso A2 refere também que “para todas as crianças e jovens acolhidas é feito um PSEI, depois da sua integração na dinâmica da instituição e nas atividades desta, é feita uma avaliação diagnóstica de cada uma a nível escolar, social, familiar e de saúde, para que seja mais fácil então delinear os seus projetos para cada uma dessas áreas. Normalmente cada projeto tem uma duração que no máximo será de seis meses e é revisto de acordo com as necessidades sempre que necessário.” Já o gestor de caso B2 referindo-se à avaliação diagnóstica, relata que “Sim, a criança é avaliada, esta avaliação é feita em função da criança, dos recursos que tem, da família, das condições familiares e de tudo que diz respeito à criança”. Por último, o gestor de caso C3 diz ainda que, “Sim, depois de definirmos juntamente com a família (quando a situação o permite) e a criança /jovem, o projeto de vida da criança, em articulação com as outras entidades intervenientes (CPCJ ou seg. social), na instituição elaboramos o PSEI com os projetos definidos para cada área.”

Das categorias resultantes, a mais vezes mencionadas foi “Definição de projetos”, tendo sido referida pelos participantes sete vezes, correspondendo a uma percentagem de 36,8%. Por sua vez, as categorias “avaliação diagnóstica” e “Articulação com outras entidades”, foram referidas seis vezes, correspondendo a 31,6% cada.

As subcategorias que surgiram da categoria “Definição de projetos” foram “Colaboração da família” que foi referida uma vez, correspondendo a 5,2%. A outra subcategoria que surgiu foi “ Colaboração de outras entidades afetas ao processo” que foi mencionada quatro vezes, correspondendo a 21%. Por último, a subcategoria “em conjunto com a criança ou jovem” foi mencionada duas vezes dizendo respeito a 10,5%.

Da categoria “Avaliação diagnóstica” surgiram duas subcategorias “Auscultar os interesses da criança/jovem” e “Avaliação da criança/jovem”, cada uma delas foi referida três vezes, correspondendo cada uma a 15,7%.

A última categoria “Articulação com outras entidades” deu origem a duas subcategorias, “Definição de projetos com outras entidades” que foi mencionada apenas uma vez (5,2%), e “parceria no trabalho com as famílias” que foi referido cinco vezes, correspondendo a uma percentagem de 26,3%.

Da dimensão mais mencionada na análise feita, “projeto de vida”, surgem duas categorias “Dificuldades na definição” e “definido com o menor”, de onde aparecem quatro subcategorias, conforme se pode ver na Tabela 8.

Tabela 8-Categorias inerentes ao projeto de vida

Categorias	Subcategorias	Nº de referências	
Dificuldades na definição	Excesso de burocracia	2	3
	Recusa do menor em colaborar	1	
Definido com o menor	Auscultar o menor	9	12
	Definido em conjunto com a família	3	
Total		15	

Desta Tabela, e das categorias definidas para a dimensão “Projeto de vida”, a categoria mais referida foi a “definido com o menor”, tendo sido mencionada doze vezes, correspondendo a uma percentagem de 80%.A outra categoria “Dificuldades na definição” foi referida três vezes, correspondendo a 20%.

Destas categorias surgiram subcategorias que achámos ser pertinentes depois da análise do guião de entrevista, na categoria “dificuldades na definição” surgiu a subcategoria “Excesso de burocracia” que foi referido duas vezes (13,3%), surgiu ainda dessa mesma categoria a subcategoria “Recusa do menor em colaborar” que foi referida uma vez (6,6%). Na segunda categoria “Definido com o menor” surgiram as subcategorias “Auscultar o menor” que foi mencionada nove vezes correspondendo a percentagem de 60%, e a subcategoria “definido em conjunto com a família” foi também referida três vezes (20%).

Depois da análise do guião de entrevista dos técnicos gestores de caso efetuado no teste piloto, estão definidas as dimensões, categorias e subcategorias resultantes dessa análise.

Esta análise de conteúdo aos instrumentos aplicados no teste piloto, torna-se importante na medida em que nos permite ter uma visão da perceção dos técnicos relativamente ao impacto da intervenção desenvolvida na trajetória de vida das crianças e jovens, pelo que concluímos que segundo a análise dos dados recolhidos, esta intervenção segundo os técnicos é benéfica no sentido de configurar uma resposta de apoio social, emocional e afetivo, no entanto esta medida nem sempre se

torna a medida mais adequada, principalmente nos casos referidos de jovens com comportamentos desadequados, onde a intervenção desenvolvida não tem qualquer impacto nestes jovens que desafiam as normas e os limites estabelecidos. Também por vezes, e segundo a análise de conteúdo percebe-se que poderia ter sido feito algum trabalho de retaguarda com estas crianças e jovens e as suas famílias de forma a minimizar o sofrimento destas crianças/jovens aquando da sua separação da família. Assim, consideramos que “a intervenção deve ter sempre em conta a evolução de cada criança ou jovem e deve adaptar-se, tendo por objetivo potenciar o seu desenvolvimento biopsicossocial, respeitando sempre a sua história pessoal e familiar, os seus valores culturais religiosos e étnicos” (Gomes,2010,p.149).

Procedemos então ao estudo dos resultados obtidos na análise do guião de entrevista das crianças ou jovens, utilizado no nosso teste piloto. Assim de seguida, serão apresentadas as dimensões, categorias e subcategorias resultantes dessa análise. Assim, a Tabela 9 corresponde às dimensões definidas depois da análise do guião de entrevista. Foram então definidas cinco dimensões “Atividades”, “Desinstitucionalização”, “Institucionalização”, “Intervenção” e “Medidas anteriores à institucionalização”.

Tabela 9- Dimensões resultantes da análise de conteúdo

Dimensões	Nº de referências
Atividades	14
Desinstitucionalização	4
Institucionalização	14
Intervenção	17
Medidas anteriores à institucionalização	4
Total	53

Na análise de conteúdo realizada ao guião de entrevista a crianças e jovens no teste piloto, surgiram cinco dimensões, sendo que as unidades de conteúdo foram mencionadas cinquenta e três vezes (100%). A dimensão que mais vezes foi mencionada pelos participantes foi “Intervenção”, tendo sido referida dezassete vezes, correspondendo a uma percentagem de 32%. Houve dimensões nesta Tabela que foram referidas o mesmo número de vezes, sendo elas “Atividades”, “institucionalização”, tendo sido mencionadas catorze vezes cada uma e correspondendo a uma percentagem de 26,4% cada. De seguida, e com quatro

referências cada uma ficam as dimensões “Desinstitucionalização” e “Medidas anteriores à Institucionalização”, correspondendo a uma percentagem de 7,5%, cada uma.

A Tabela 10 diz respeito às categorias resultantes da dimensão “Atividades”, de onde surgiram duas categorias “Atividades de promoção de competências” e “atividades extra curriculares”, destas surgiram quatro subcategorias.

No que concerne as atividades de desenvolvimento de competências, estes jovens todos referem ter participado nessas atividades sendo que o jovem A1 refere que teve atividades fora da instituição como *“dança, catequese, escuteiros e outras atividades desportivas e sociais em colaboração com outras instituições locais”* e na instituição havia *“dinâmicas de grupo todas as semanas as quintas-feiras no meu grupo onde eram debatidos temas diferentes e atuais todas as semanas”* Já o jovem A2 refere que *“tínhamos o programa de promoção de competências, mas também íamos com frequência á biblioteca municipal, incentivavam a leitura e os estudos eram acompanhados sempre por alguém para nos explicar onde tínhamos mais dificuldades”*. Por sua vez e ainda relativamente às atividades o jovem B2 refere que *“nem sempre tínhamos atividades todos juntos. Mas as técnicas falavam as vezes connosco sobre as tarefas diárias, e comportamentos que devíamos ter em determinadas situações”*. Por último o jovem C3 refere que *“dinâmicas de grupo todas as semanas, tínhamos também atividades aos sábados com o programa escolhas”*.

Tabela 10-Categorias inerentes às atividades

Categorias	Subcategorias	Nº de referências	
Atividades de promoção de competências	Dinâmicas de grupo	3	7
	Exposição de temas	4	
Atividades extracurriculares	Fora da instituição	5	7
	Na instituição	2	
Total		14	

Na dimensão das atividades as duas categorias foram referidas as mesmas vezes, sendo que tanto a categoria “Atividades de promoção de competências”, como “atividades extracurriculares” foram mencionadas sete vezes, correspondendo a percentagem de 50% cada uma.

Na categoria “Atividades de promoção de competências”, definida após análise de conteúdo do guião de entrevista efetuado a jovens para o nosso pré teste surgiram

duas subcategorias “Dinâmicas de grupo” que foi referida três vezes, correspondendo à percentagem de 21,42%, já a outra subcategoria “exposição de temas” foi mencionada quatro vezes, correspondendo a uma percentagem de 28,57%.

Por sua vez, na categoria “Atividades extracurriculares” foram definidas duas subcategorias “Fora da instituição e “na instituição”, sendo que a primeira subcategoria foi referida cinco vezes, correspondendo a uma percentagem de 35,71%, e a segunda subcategoria foi referida apenas duas vezes, correspondendo a 14,28%.

A Tabela 11 corresponde à dimensão “desinstitucionalização”, onde surgiu uma categoria “Contactos com a instituição” e uma subcategoria “Mantidos”.

Tabela 11-Categorias inerentes à desinstitucionalização

Categorias	Subcategorias	Nº de referências	
Contactos com a instituição	Mantidos	4	4
Total		4	

A categoria resultante, “contactos com a instituição”, foi referida quatro vezes, correspondendo a 100%, assim como a subcategoria “mantidos”.

Por sua vez, a Tabela 12, diz respeito as categorias resultantes da dimensão “Institucionalização”, que foram elas “Desvantagens”, “Tempo de institucionalização” e “vantagens” de onde surgiram oito subcategorias.

Tabela 12 - Categorias inerentes à institucionalização

Categorias	Subcategorias	Nº de referências	
Desvantagens	Estar longe da família	1	1
Tempo de institucionalização	Até 2 anos	2	5
	Mais de 2 anos	3	
Vantagens	Oportunidade de mudança	2	8
	Percurso escolar e profissional	2	
	Suporte social	2	
	Trabalho com a família	1	
	Trabalho com o jovem	1	
Total		14	

No que respeita a opinião das jovens relativa à sua institucionalização e suas vantagens e desvantagens, as opiniões variaram, assim a jovem A1 refere que no que concerne as vantagens da institucionalização *“A mim trouxe, não tinha mais nenhum suporte e se não tivesse vindo para o colégio, não conseguia ser a pessoa que sou hoje. Considero que sem a instituição e as pessoas que aqui trabalham não tinha conseguido estudar, ter uma cama, pessoas que cuidaram de mim e me educaram.”*, já a jovem A2 refere que *“Devemos todas agradecer ter estado numa instituição como esta em que tínhamos liberdade para escolhermos o nosso futuro sempre da melhor maneira e sempre bem acompanhadas, hoje na nossa vida atual já temos conhecimento das coisas e de onde podemos resolver alguns problemas graças às reuniões e ao acompanhamento que tivemos. Hoje em dia ainda tenho ligação com as pessoas da instituição e quando tenho algum problema ou preciso de algum conselho ou só para tomar café elas estão connosco”*. Por seu turno a jovem B2 refere que *“acho que se não tivesse sido institucionalizada os meus pais não percebiam que tinham que deixar o álcool, nesse aspeto foi benéfico. Mas custou-me estar longe deles aquele tempo todo. Foi bom porque consegui regularizar o meu percurso escolar e tirar um curso profissional”*, o jovem C3 refere que *“considero que sim. Se não fosse a institucionalização eu possivelmente já teria algum processo a decorrer em tribunal por comportamentos desajustados.”* Sendo que todos eles consideram a institucionalização como uma oportunidade de mudança ou para eles ou para os familiares. Tendo apenas referido como desvantagem o facto de estarem longe da família.

Segundo Martins (2005), o impacto real e efetivo da institucionalização é difícil de determinar. Maioritariamente, a experiência de vida em contexto institucional constituiu um aspeto de *“uma cadeia labiríntica de acontecimentos anteriores, contemporâneos e posteriores, numa relação complexa”* (Fisher & Bidell, 1998), que alguns autores comparam a uma teia construtiva., no entanto segundo a opinião destes jovens a institucionalização constituiu-se maioritariamente como uma boa experiência de onde eles puderam retirar algumas oportunidades.

Na análise da dimensão *“institucionalização”* sendo elas *“Desvantagens”*, *“Tempo de institucionalização”* e *“vantagens”*. A categoria *“desvantagem”* foi a menos mencionada com apenas uma referência (7,1%). A categoria *“Vantagens”* foi à qual fizeram mais referências, tendo sido mencionada oito vezes, correspondendo a 57,1%. Por último, a categoria *“tempo de institucionalização”* foi referida 5 vezes (35,7%).

Verifica-se ainda que da categoria “desvantagens” resultou uma subcategoria “estar longe da família” mencionada uma vez (11,1%). Da categoria “tempo de institucionalização” surgiram duas subcategorias sendo elas “até 2 anos” com duas referências (22,2%) e “mais de 2 anos” com três referências (33,3%). Por último, da categoria “vantagens” resultaram cinco novas subcategorias, sendo que as mais mencionadas foram as subcategorias “oportunidade de mudança”, “percurso escolar e profissional” e “suporte social”, com duas referências respectivamente (22,2%).

A Tabela 13 refere-se às categorias resultantes da dimensão Intervenção, sendo que a categoria “projetos de vida” foi mencionada dez vezes, correspondendo a uma percentagem de 58,8%, tendo a outra categoria “Trabalho com as famílias” a percentagem de 41,1%, por ter sido mencionada sete vezes.

Tabela 13 - Categorias inerentes à intervenção

Categorias	Subcategorias	Nº de referências	
Projetos de vida	Definido em conjunto com a criança/jovem	6	10
	Definido em conjunto com a família	2	
	Definido em conjunto com outras entidades	2	
Trabalho com as famílias	Parcerias institucionais	3	7
	Programas de intervenção nas famílias	2	
	Visitas domiciliárias	2	
Total			17

No que se refere à participação da criança /jovem na definição do seu projeto de vida e no trabalho com as famílias, a jovem A1 refere *“inicialmente pensaram em voltar para casa do meu pai, mas ele não tinha condições e já era muito idoso, então fui ficando na institucionalização. Aos fins-de-semana e alguns tempos de férias ia passar a casa de uma professora. Desde os meus 15 anos foi sendo trabalhado comigo a minha saída para autonomia de vida. Aos 18 anos fui para o apartamento de autonomização e estive la até agora. Nesta fase já era eu que tratava das minhas coisas (comida, roupa, contas, etc.) ”* e *“as técnicas reuniram comigo muitas vezes para debater os percursos que eu devia realizar, a nível escolar e iam- me informando*

acerca do estado do meu processo.” Já a jovem A2 refere “participei na definição do meu projeto de vida. Em conjunto com as pessoas responsáveis era nos questionados sobre onde gostávamos de estudar, que curso gostaríamos de frequentar. Também tínhamos reuniões onde eram abrangidos todos os temas da atualidade e da vida longe da instituição, como governar uma casa como pagar as contas, como poupar nas compras e muitos outros temas que hoje nos ajudam no nosso dia-a-dia” e “Sim, fui sempre informada de todas as decisões da minha vida, inclusive eram decididas em conjunto”, por sua vez, A jovem B2 refere “na instituição trabalharam logo com a minha família e a escola, para eu poder voltar para casa. Assim, eu comecei a cumprir com as idas à escola e os meus pais foram encaminhados para desintoxicação de álcool e eu voltei para casa depois de mais ou menos dois anos” e “Sim, normalmente as técnicas reuniam comigo e falávamos do meu percurso a nível escolar”. Já a jovem C3 refere que “as técnicas falavam comigo para me prepararem para autonomia de vida para quando saísse da instituição. Ajudaram-me na escola e a manter contactos com a minha família”. Todas as jovens que responderam a nossa entrevistas referiram o trabalho que foi feito com as suas famílias, sendo que uma das jovens não pode regressar para o seio familiar tendo sido o seu projeto de vida Autonomia de vida. Assim e conforme a literatura, “trabalhar para que a integração familiar se uma criança ou jovem se concretize em tempo útil, leva-nos a traçar um plano de intervenção individualizado, com a família, as crianças ou os jovens e parceiros” (Gomes, 2010, p.171).

Este plano individualizado, também designado por Plano Socioeducativo individual, tem que ter identificado os objetivos a atingir, as estratégias a utilizar, cronogramas e responsabilidades de cada um dos intervenientes no processo, este plano tem que ter ainda um acompanhamento próximo e uma avaliação contínua. (Gomes, 2010). No que respeita ao PSEI, e no trabalho com as famílias as jovens referem que a família delas foi sempre acompanhada. Sendo que a jovem A1 refere “o meu pai foi acompanhado pelas técnicas da instituição e pela segurança social”, a jovem A2 diz que “a nossa família (mãe) também era acompanhada, e por vezes tínhamos reuniões em conjunto para resolver algum problema que tivéssemos com os mesmos, para que estes fossem resolvidos para o bem das jovens do lar e para um bom ambiente família”, já a jovem B2 refere que “sim, os meus pais foram acompanhados pelas técnicas da instituição e pela segurança social e no centro de saúde, foram encaminhados para desintoxicação e melhoraram bastante” e por último

a jovem C3 refere que “*Sim, a minha avó foi sempre acompanhada pelas técnicas e os meus pais também*”.

Resultaram da dimensão “intervenção” duas categorias, duas categorias sendo elas a categoria “projetos de vida” e a categoria “trabalho com as famílias”. Da primeira, surgiram três subcategorias, sendo que a mais mencionada foi a subcategoria “definido em conjunto com a criança/jovem” com uma percentagem de 66,6%. As subcategorias “definido em conjunto com a família” e “definido em conjunto com outras entidades”, contaram com duas referências cada (22,2%).

Por sua vez, na segunda categoria, resultaram também três novas subcategorias sendo estas as “parcerias institucionais”, “programas de intervenção nas famílias” e “visitas domiciliárias”, sendo que a primeira foi referida três vezes (33,3%) e as últimas duas foram mencionadas duas vezes, correspondendo a 22,2% cada.

Na Tabela 14, encontram-se explícitas as categorias e subcategorias resultantes da dimensão “Medidas anteriores à Institucionalização”.

Tabela 14- Categorias inerentes a medidas anteriores à institucionalização

Categorias	Subcategorias	Nº de referências	
Aplicação da medida	Apoio junto de outro familiar	1	2
	Apoio junto dos pais	1	
Não foi aplicada outra medida			2
Total			4

Desta dimensão surgiram duas categorias “aplicação da medida e “não foi aplicada outra medida”, com duas referências cada (50%). Apenas na primeira surgiram novas subcategorias, sendo estas “apoio junto de outro familiar” e “apoio junto dos pais” mencionadas uma vez cada (25%).

Ao longo do processo de intervenção que as crianças e jovens são alvo desde que são institucionalizados, tendo em vista a concretização de um projeto de vida são diversas as variáveis que se encontram aqui subjacentes. Para que a criança regresse à família existe um trabalho longo de avaliação e implementação de projetos de intervenção que têm que ser desenvolvidos.

Através da análise de conteúdo efetuada no teste piloto, foram surgindo algumas categorias e subcategorias, estas servirão como linhas orientadoras para a realização do projeto em si. No entanto, depois da aplicação dos instrumentos realizados e já avaliados, quando aplicado a uma amostra mais diversificada poderão surgir novas categorias e subcategorias.

De salientar então como principais resultados do teste piloto, e atendendo ao número de vezes que foi referido, na categoria “Intervenção”, a subcategoria aspetos negativos, onde a maioria dos respondentes afirma haver aspetos negativos na intervenção, dando algumas vezes sugestões de melhoria. Retira-se também desta análise que todos os técnicos entrevistados afirmam ter projetos de vida definidos, bem como PSEI’s para cada um dos jovens atendendo à sua individualidade, preparando atividades de promoção de competências pessoais e sociais, trabalhando com as famílias para que o retorno do menor ao seio familiar seja feito o mais rápido possível.

Relativo à análise de conteúdo dos jovens, salienta-se que eles estão a par do que foi feito com eles a nível de intervenção, onde a maior parte deles diz ter participado na definição do seu projeto de vida, e muitas vezes este foi também definido em conjunto com a sua família e outras entidades. Referem como mais-valia o trabalho que é feito com as famílias de forma a poderem voltar para casa. Quando se referem à institucionalização apontam mais vantagens que desvantagens, concordando que a institucionalização embora os tivesse “separado da família” foi muito importante para o seu restabelecimento emocional, escolar e profissional, revelando também a importância do trabalho feito com a família. Dão também muita importância às atividades desenvolvidas na instituição e fora desta.

Ainda, através da análise feita às entrevistas do teste piloto podemos referir que a intervenção nos lares de infância e juventude é uma realidade em permanente evolução e atualização. Podemos referir que esta intervenção é tanto mais eficaz quanto melhor for a articulação entre as diversas entidades envolvidas em cada um dos casos. Assim devem ser elaborados “planos cooperados de intervenção, num enredo de corresponsabilidade social dos setores a que as mesmas pertencem (...) sempre no respeito pelo princípio da intervenção mínima, de forma a preservar a criança ou jovem e a sua família...” (Instituto da Segurança Social, 2012, p.79).

Desta forma é necessário que a intervenção desenvolvida nos lares de infância e juventude tenham em conta alguns fatores como a definição atempada de um projeto de vida aos menores, este constitui-se como uma categoria depois da análise

de conteúdo dos guiões de entrevistas realizados aos técnicos. Este projeto de vida deve através de programas de intervenção familiares devidamente avaliados, prever o regresso da criança/jovem ao seio familiar, dando continuidade a estes apoios se assim se revelar necessário (Instituto da segurança Social,2012). Deve se ainda ter em conta quando a integração na família biológica, nuclear ou alargada se encontra dificultada ou inviabilizada, a inserção noutra família, tutora, adotiva ou de apadrinhamento civil. Quando outras soluções se encontrem comprometidas e assim que a idade o justifique poderá trabalhar-se o jovem para autonomia de vida.

Conclusão

Uma criança em risco ou perigo, cuja tipologia das situações estão previstas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens, em casos que seja justificado (esteja comprometido o seu bem-estar e desenvolvimento integral) deve ser comunicada a situação de risco/perigo às entidades competentes para que exista uma intervenção adequada as necessidades de cada criança/jovem. Nesta intervenção é elaborado um acordo de promoção e proteção e será aplicada uma medida das enunciadas no artigo 35º da Lei 147/99.

O acolhimento em Portugal sofreu algumas alterações, desde a perspectiva de beneficência para uma perspectiva de trabalho social. Assim, atualmente existem três tipos de resposta para o acolhimento de crianças e jovens em risco, o de prolongada duração (mais de 6 meses) tem lugar nos Lares de Infância e Juventude (LIJ), o de medida de curta duração, o Centro de Acolhimento Temporário (CAT), é designada de uma medida provisória com duração máxima de 6 meses, podendo ser excedido caso seja previsível o retorno à família ou quando se procede ao diagnóstico e definição da medida a aplicar.

Em Portugal, e de acordo com o relatório de caracterização de acolhimento de 2012, existem 8.557 crianças e jovens que se encontram efetivamente em situação de acolhimento, tendo destas, 6.268 iniciado acolhimento em anos anteriores e os restantes em 2012. 2.590 crianças e jovens cessaram acolhimento.

No atual sistema de acolhimento, deixou se justificar as longas permanências de crianças e jovens acolhidas nos lares, ate á maioridade, tendo para isso que se apostar numa intervenção adequada às necessidades das crianças/jovens acolhidas, para isso foi também criado em 2007 o Plano DOM-Desafios Oportunidades e Mudanças.

Do ponto de vista da intervenção, segundo Del Valle e Fuertes (2000 cit. in Gomes, 2010), no sentido de melhor atender as crianças e jovens que serão confiadas às instituições, estas deverão: olhar a criança na sua individualidade, respeitando os seus direitos e as suas necessidades como centro da sua intervenção; respeito pelos direitos das famílias; avaliar corretamente as suas capacidades; procurar os melhores recursos que lhe ofereçam a melhor formação desenvolvimento máximo das suas capacidades; promover estilos de vida saudáveis e prestar-lhes os melhores cuidados de saúde, e por último, ter como objetivo a normalização de uma vida com vista à sua

autonomia, integração social e independência; o apoio às famílias; o projeto de vida e o respeito pelo direito da criança à participação.

Neste sentido, o presente projeto de investigação baseado numa metodologia de cariz qualitativo teve como objetivos gerais conhecer, analisar e compreender as estratégias /intervenção que os lares de infância e juventude têm no processo de acolhimento das crianças/jovens em risco e perceber de que forma o tipo de intervenção desenvolvida em acolhimento institucional, alterou as trajetórias de vida dos jovens institucionalizados.

Assim, de modo a atingir os objetivos proposto o nosso projeto foi dividido em duas partes, a primeira diz respeito ao enquadramento teórico, onde fazemos uma breve abordagem à evolução da legislação na matéria de infância e juventude, o sistema de promoção e proteção, bem como aos lares de infância e juventude, intervenção e impactos de institucionalização nas crianças e jovens acolhidos.

Já a segunda parte do projeto diz respeito à parte empírica, onde começamos por definir a metodologia adotada, bem como referimos a nossa questão de estudo e os objetivos que nos propomos atingir de forma a respondermos a essa questão. Nessa parte ainda fazemos referência aos nossos sujeitos de estudo e aos instrumentos, referimos ainda a construção e avaliação dos instrumentos. Os instrumentos foram avaliados a partir da realização do teste piloto efetuado a uma pequena amostra constituída por quatro técnicos gestores de caso e quatro jovens desinstitucionalizados. Depois da sua avaliação procedemos a uma análise exploratória dos resultados, que foi efetuada através de análise de conteúdo com o recurso ao programa QSR Nvivo 10, no qual pudemos definir as dimensões, categorias e subcategorias resultantes da análise dos guiões de entrevista efetuados no teste piloto.

Retira-se como principais conclusões desta análise, que todas os técnicos entrevistados afirmam ter projetos de vida definidos, bem como PSEI's para cada um dos jovens atendendo à sua individualidade, preparando atividades de promoção de competências pessoais e sociais, trabalhando com as famílias para que o retorno do menor ao seio familiar seja feito o mais rápido possível. Através da análise de conteúdo dos jovens, salienta-se que eles estão a par do que foi feito com eles a nível de intervenção, onde a maior parte deles diz ter participado na definição do seu projeto de vida, e muitas vezes este foi também definido em conjunto com a sua família e outras entidades. Referem como mais-valia o trabalho que é feito com as famílias de

forma a poderem voltar para casa. Quando se referem à institucionalização apontam mais vantagens que desvantagens.

Assim, através da análise concluímos que é necessário que a intervenção desenvolvida nos lares de infância e juventude tenham em conta alguns fatores como a definição atempada de um projeto de vida aos menores, este constitui-se como uma categoria depois da análise de conteúdo dos guiões de entrevistas realizados aos técnicos. Este projeto de vida deve através de programas de intervenção familiares devidamente avaliados, prever o regresso da criança/jovem ao seio familiar, dando continuidade a estes apoios se assim se revelar necessário (Instituto da segurança Social,2012). Se não houver possibilidade de integração na família biológica, nuclear ou alargada, a inserção noutra família, tutora, adotiva ou de apadrinhamento civil devem ser uma aposta. Quando outras soluções se encontrem comprometidas e assim que a idade o justifique poderá trabalhar-se o jovem para autonomia de vida.

As principais dificuldades na realização deste trabalho estiveram desde logo na falta de material científico e de estudos na área da intervenção nos lares de infância e juventude. Muito pouco existe ainda relativo a este tema, pelo que consideramos que o desenvolvimento deste projeto poderá trazer mais um contributo no conhecimento acerca desta área.

Outra das dificuldades sentidas prende-se com a falta de respostas aos ofícios e *emails* enviados. Algumas respostas foram negativas, justificando-se pela falta de sigilo e anonimato que não foram cumpridos em trabalhos anteriores, pelo que optámos no presente estudo por não colocar qualquer tipo de referência aos lares nos quais foram efetuadas as entrevistas. Sentimos que esta área é uma área ainda pouco aberta ao exterior, no entanto caminha-se a largos passos para uma evolução favorável a este tipo de respostas sociais.

Através da avaliação feita ao Plano DOM conclui-se que as Instituições consideram vantajosa a especialização do acolhimento, face à complexidade das problemáticas com que se deparam. No entanto, esta opção deverá ser um processo precedido por uma ampla avaliação e ponderação, sempre com a auscultação, envolvimento e aceitação das Instituições, considerando, até, a necessidade de equipas ainda mais reforçadas e especializadas. No entanto, consideram que tal modelo também gera alguns efeitos perversos como seja, a criação de “guetos” com a concentração de problemáticas e o distanciamento das famílias de origem, já que deixa de prevalecer o critério geográfico. Assim, perspetivando o futuro podemos partir das pistas deixadas por Gomes (2010), que afirma que é necessário repensar todo o

sistema de promoção e proteção. Afirmando que não vale de nada agir e intervir numa resposta social isoladamente, pois todas as outras respostas que integram o modelo português de promoção e proteção são parte de uma rede interligada. Refere ainda que deveria ser feito um levantamento de necessidades dos lares e tipos de lares a nível distrital pela segurança social a diversas IPSS, e assegurar que a gestão das instituições seja estável e contínua. No seguimento dessa avaliação e para que se implemente em Portugal um novo modelo de acolhimento, deve-se investir em modelos educativos e de intervenção adequados às crianças e jovens que resultam da atual realidade social (comportamentos desviantes). Estes modelos, segundo Gomes (2010) devem promover uma intervenção individualizada e de base compreensiva e não baseada em comportamentos, uma intervenção bio-psico-social, em que todas as dimensões da criança serão entendidas como um todo. Esta intervenção deverá ter planificações socioeducativas e planos de intervenção com definição de projetos de vida, que permitam a concretização destes, o mais semelhante possível ao meio natural de vida, tendo sempre primordialmente a hipótese da reintegração familiar da criança/jovem. Assim, o acolhimento institucional tem que ser visto numa perspectiva transitória e nunca ser considerado um projeto de vida para a criança/jovem.

Desta forma, o sistema de promoção e proteção deve garantir uma medida eficaz a cada criança/jovem que dele necessitem, tendo sempre em vista o seu superior interesse, para que se sintam protegidas e com possibilidades de adquirirem um desenvolvimento integral promotor da sua plena autonomia.

Consideramos assim a implementação deste projeto uma mais-valia, fundamentalmente, numa altura em que se adivinham grandes mudanças nesta resposta social, sendo por isso mais um contributo para que estas mudanças se concretizem efetivamente.

Bibliografia

- Albarello, L.; Digneffe, F.; Hiernaux J.; Maroy, C.; Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Gravidia.
- Alberto, I. (2002). "Como pássaros em gaiolas"? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In Machado, C. & Gonçalves, R. (Coords.), *Violência e Vítimas de Crimes* (vol. 2., pp.223-244). Coimbra: Quarteto.
- Álvarez-Baz, E. (2009). Separación y acoplamiento a una nueva familia. Acompañando a niños y niñas. In Bravo, A. & Del Valle, J. (coord.) (2009). *Intervención Socioeducativa en acogimiento residencial*. (pp.134-156). Gobierno de Cantabria: Dirección general de políticas social es y el centro de estudios de la administración pública regional de cantabria. Colección documentos técnicos vol.2.
- Bardin, L. (1994) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta.
- Bidell, T. & Fisher, K., (1998). *Dynamic development of psychological structures in action and thought*. In W. Damon, & R. Lerner (Eds.), *Handbook of Child Psychology* (vol. 1). New York: Wiley.
- Bogdan, R. e Biklen, S. (1991). *Investigação Qualitativa em Educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bravo, A. & Del Valle, J. (coord.) (2009). *Intervención Socioeducativa en acogimiento residencial*. Gobierno de Cantabria: Dirección general de políticas social es y el centro de estudios de la administración pública regional de cantabria. Colección documentos técnicos vol.2.
- Bronfenbrenner, U. (1987). *La ecología del desarrollo humano*. Barcelona: Piados.
- Cansado, T. (s.d) *Institucionalização de crianças e jovens em Portugal continental: o caso das instituições particulares de solidariedade social*. (Proposta de Doutoramento). Obtido de: <http://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/documentos/ecadernos2/Teresa%20Cansado.pdf>
- Capul & Lemay (2003) *Da Educação à Intervenção Social*. 1º Vol. Porto. Porto Editora
- Carneiro, R. (2005). *Casa Pia de Lisboa. Um Projecto de Esperança: as estratégias de acolhimento das crianças em risco – relatório final*. Cascais: Principia.

- Casas, F. (1988). Las instituciones residenciales para la atención de chicos y chicas en dificultades sócio-familiares: apuntes para una discusión. *Menores*, 10, 37-50.
- Chisholm, K. (1998). A three-year follow-up attachment and indiscriminate friendliness in children adapted from Romanian orphanages. *Child Development*, 69, 1092-1106.
- Clemente, R. (1998). “Um Novo Olhar sobre a Criança - Um Direito Novo de Promoção de Direitos e Protecção.” *Revista Intervenção Social*, 17/18, 19-25.
- Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade (s/d) *Plano DOM-aspectos de avaliação*. Obtido de http://novo.cnis.pt/index.php?ToDo=read_page_2&what=327
- Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de Janeiro. Diário da República nº12 – I série. Ministério do trabalho e da solidariedade social: Lisboa.
- Decreto-Lei nº 185/93, de 22 de Maio. Regime Jurídico da Adopção.
- Decreto-Lei nº 314/78, de 27 de Outubro - Organização Tutelar de Menores.
- Decreto-Lei nº. 12/2008 de 17 de Janeiro. Diário da República nº12 - I série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Del Valle, J. & Arteaga, A. (2009) El trabajo con adolescentes en habilidades para la vida y la independencia: programa umbrela. In Bravo, A. & Del Valle, J. (coord.) (2009). *Intervención Socioeducativa en acogimiento residencial*. (pp.157-166). Gobierno de Cantabria: Dirección general de políticas social es y el centro de estudios de la administración pública regional de cantabria. Colección documentos técnicos vol.2.
- Despacho nº.8392/2007. Diário da República, IIª. Série, nº 90 (2007-05-10) 12279.
- Despacho n.º 8393/2007. Diário da República, IIªSérie, de 10 de Maio.
- Fernández Del Valle,j. &Zurrita,J. (2000). *El Acogimiento Residencial en la protección a la infância*. Ediciones Pirámide S.A.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Flores, J. (1994). *Análisis de datos cualitativos – Aplicaciones a la investigacion educativa*. Barcelona: PPU.
- Fortin, M (1999). *O processo de investigação: Da concepção à realização*. Loures: Lusociência Edições técnicas e científicas, Lda.
- Freixo, M. (2010). *Metodologia Científica – Fundamentos Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget 2ª Edição.
- GIL, A. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

- Godoy, A. S. (1995). *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 35 (3) p. 20-29.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Alfragide: Texto Editores.
- Hansen, D. M., & Larson, R (2005). *The Youth Experience Survey 2.0*. Unpublished manuscript, University of Illinois at Urbana-Champaign. Obtido de: <http://web.aces.uiuc.edu/youthdev/>.
- Instituto de Segurança Social (2009). *Plano de Intervenção Imediata – Relatório de caracterização da situação das crianças e jovens em situação de acolhimento*. Lisboa: IPSS.
- Instituto de Segurança Social (2012). *CASA 2012 – Relatório de caracterização Anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Instituto para o Desenvolvimento Social (2000). *Lares de Crianças e Jovens. Caracterização e dinâmicas de funcionamento*. Lisboa: Col. Estudos
- Krippendorff, K. (1990). *Metodologia de análise de conteúdo: teoria e prática*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Lei 147/99 de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
- Lei 166/99 de 14 de Setembro, aprova a lei Tutelar Educativa
- Lei de Protecção à Infância, de 27 de Maio de 1911
- Lei nº 31/2003, de 22 de Agosto- Lei que altera o Código Civil, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei nº 185/93, de 22 de Maio, A Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídico da Adopção.
- Mahery, P., Jamieson, L. & Scott, K. (2011) *Children's Act Guide for Child and Youth Care Workers*. Edition 1. CapeTown: Children's Institute, University of Cape Town & National Association of Child and Youth Care Workers. Cape Town
- Martins, P. (2005) *O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional: elementos para uma análise da ecologia da interpersoalidade*. Encontro Inadaptação Social, Porto: *Inadaptação Social : transformações, intervenção e avaliação*. [S.l. : s.n., 2005].
- Maxwell, J. A. (1996). *Qualitative Research Design: An Interactive Approach*. Thousand Oaks: Sage.
- Nogueira, H. (2011). *O modelo de desenvolvimento da responsabilidade pessoal e social em lares especializados de infância e juventude*. (Dissertação de Mestrado) obtido de <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/57137/2/O%20Modelo%20de%20>

Desenvolvimento%20da%20Responsabilidade%20Pessoal%20e%20Social%20em%20Lares%20Especializados%20de%20Infancia.pdf

- Pacheco, P. (2010). *Lares de Infância e Juventude: Contributos para um modelo de acolhimento e integração social*. (Dissertação de mestrado). Obtido de <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/1946>
- Peled, E. et al. (2002). Where Do They Go From Here? Destinations of Youth Exiting a Shelter. *Children and Youth Services Review*, 4 (24), p.269 - 285.
- Posch, C. (2009) *SOS Children's Villages International Programme Development*. Austria: SOS Children's Villages International.
- Ramião, T. (2007). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*. Lisboa: Quid Juris.
- Ribeiro, A. (2008). *Projecto de promoção da autonomia de crianças e jovens em Acolhimento residencial* (Dissertação de Mestrado). Obtido de <http://repositorio.iscte.pt/handle/10071/1627>
- Rodrigues, C. (2010). *A mão de Deus: a protecção de crianças em risco em Portugal e no Brasil: um estudo comparativo*. (Dissertação de mestrado). Obtido de <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3028>
- Schaffer, H. (1990). *Making decisions about children: psychological questions and answers*. Oxford Blackwell Publishers.
- Simões, C. & Paiva, J. (2004). *Metodologias de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stemler, E. (2001). Na overview of content analysis. *Practical Assessment, Research and Evaluation*, 7 (17).
- Vieira, C., Lima, E. (1998) *Metodologia da Investigação Científica – Caderno de texto de apoio* (pp. 61- 71). 6º edição, Coimbra.

Anexos

Anexo A-Cronograma: Desenvolvimento do projeto Outubro 2012 a Dezembro 2013

	Out.	Nov.	Dez.	Jan	Fev.	Mar.	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago.	Set	Out.	Nov.	Dez.	
Atividades							
Escolha do tema																
Pesquisa e revisão bibliográfica																
Definição questão de estudo																
Elaboração do enquadramento teórico																
Escolha do tipo de investigação																
Realização do estudo empírico																
Seleção e contactos de elementos do teste piloto																
Aplicação de instrumento de recolha de dados teste piloto																
Avaliação e validação dos instrumentos																
Contactos para recolha de dados																
Aplicação de instrumento de recolha de dados																
Análise dos resultados obtidos																
Conclusões/generalização dos resultados																

Anexo B-Carta enviada às instituições

Morada

Viseu, Janeiro de 2013

Exmo.(a) Sr.(a) Presidente de XY:

Encontro-me a realizar um projeto de investigação, no âmbito do Mestrado em Intervenção Psicossocial com crianças e jovens em risco, da escola Superior de Educação de Viseu, cujo tema é *Intervenção nos lares de infância e juventude – percepção dos técnicos e jovens*.

Os objetivos principais deste estudo são, conhecer, analisar e compreender as estratégias /intervenção que os lares de infância e juventude têm no processo de acolhimento das crianças/jovens em risco e perceber de que forma o tipo de intervenção desenvolvida em acolhimento institucional, alterou as trajetórias de vida dos jovens institucionalizados.

A recolha de dados será por via da realização de uma entrevista aos técnicos gestores de caso dos lares de infância e juventude, bem como a jovens desinstitucionalizados da mesma instituição.

Para levar a cabo a consecução dos objetivos acima enunciados necessito da colaboração dos técnicos gestores de caso, da instituição que V. Ex^a preside, para realização de entrevista. Solicitava ainda a colaboração no sentido de contactar alguns ex-utentes da V/ instituição de forma a ser feita entrevista aos mesmos.

As respostas dadas serão **estritamente confidenciais** e muito importantes para um adequado diagnóstico da situação.

Solicito, pelo exposto, autorização para desenvolver a supracitada investigação e agradeço desde já a atenção dispensada de V. Ex.^a para este assunto.

Com os melhores cumprimentos,

Liliana Almeida Rodrigues

(Liliana.rodriques6@gmail.com)

Anexo C – Guião de entrevista Gestores de caso

	Objetivos	Conteúdo	Observações (Comportamentos, etc.)
Apresentação	Apresentação das partes envolvidas; Dar a conhecer os objetivos da entrevista.	- Objetivo da entrevista; - Confidencialidade; - Formas de registo/pedido de autorização;	
Desenvolvimento	-Perceber o tipo de intervenção que os técnicos desenvolvem com os jovens desde a sua admissão até a desinstitucionalização; -Conhecer a intervenção desenvolvida a nível familiar, escolar e social; -Conhecer o trabalho de parceria que é feito entre os técnicos que acompanham a família; -Perceber a opinião dos técnicos relativamente à intervenção desenvolvida nos lares de infância e juventude;	-Saber como se desenvolve a intervenção nos LIJ; - Projetos definidos, para o jovem, a nível escolar e social durante o acolhimento; -Atividades desenvolvidas no lar de infância e juventude de promoção de competências pessoais e sociais; -Perceber a rede de suporte dos jovens e famílias; - Perceber se a institucionalização foi a medida mais adequada a sua situação e se foi positiva ou negativa	
	- Relembrar os objetivos da entrevista;	-- Informar acerca do tratamento dos	

Encerramento	<ul style="list-style-type: none">- Alertar para possíveis contactos futuros se surgir a necessidade;- Agradecer o apoio prestado.	<ul style="list-style-type: none">dados;- Contacto posterior a dar feedback das conclusões retiradas da entrevista;- Relembrar possíveis contatos futuros-Agradecimentos;	
---------------------	---	--	--

Guião de entrevista semi-estruturada

Entrevista nº: _____ Data: ___/___/___ Código:GC _____
 Nome: _____

1ª Parte- Caracterização entrevistados

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Apresentação	<p>Explicar objetivos da entrevista:</p> <p><i>Os objetivos principais deste estudo são, conhecer, analisar e compreender as estratégias /intervenção que os lares de infância e juventude têm no processo de acolhimento das crianças/jovens em risco e perceber de que forma o tipo de intervenção desenvolvida em acolhimento institucional, alterou as trajetórias de vida dos jovens institucionalizados.</i></p> <p>Permissão para gravar entrevista ou efetuar outro tipo de registo.</p>	
Caracterização dos entrevistados	Tempo de trabalho em LIJ: _____	

2ª Parte- Intervenção desenvolvida

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Intervenção	-Todos os jovens acolhidos há mais de 2 meses têm projeto de vida definido?	O jovem participa na definição do seu projeto de vida?
	-Cada criança /jovem tem um Plano	A criança /jovem é

Princípios fundamentais da intervenção	<p>socioeducativo definido de acordo com as suas capacidades e especificidades? (Educação, saúde, social)</p> <p>-As crianças /jovens participam em atividades fora da instituição? Quais?</p> <p>-Na instituição são desenvolvidas atividades de promoção de competências pessoais e sociais?</p>	<p>informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida?</p> <p>Que áreas são trabalhadas?</p>
--	--	--

3ª Parte- Intervenção em parceria

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Parcerias	<p>-A instituição trabalha em parceria com outras instituições?</p> <p>-Caso o projeto de vida das crianças/jovens assim justifique, a família destes é trabalhada?</p>	<p>-Quais? Estas equipas participam na definição do projeto de vida das crianças /jovens?</p>

4ª Parte- Perceção dos técnicos

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Perceção dos técnicos	<p>-Considera que a institucionalização traz vantagens a estes jovens?</p> <p>-Considera que na maior parte dos casos a institucionalização foi a medida adequada?</p>	A que nível?
	-Em média qual é o tempo de institucionalização das crianças/jovens?	

Desinstitucionalização	<p>-Quando são desinstitucionalizadas, as crianças /jovens, qual a medida que é maioritariamente aplicada?</p> <p>-Depois de saírem da instituição, as crianças /jovens continuam a manter contacto com os pares/técnicos da instituição?</p>	De que forma?
------------------------	---	---------------

5ª Parte- Encerramento

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Encerramento	<p>Informar acerca do tratamento dos dados;</p> <p>Agradecimentos;</p>	

Anexo D – Guião de entrevista jovens

Guião de entrevista – Jovens

	Objetivos	Conteúdo	Observações (Comportamentos, etc.)
Apresentação	Apresentação das partes envolvidas; Dar a conhecer os objetivos da entrevista.	- Objetivo da entrevista; - Confidencialidade; - Formas de registo/pedido de autorização;	
Desenvolvimento	-Caracterização da população alvo -Entender se o período de institucionalização destes jovens foi de longa ou curta duração; -Perceber o tipo de intervenção que os jovens foram alvo durante o seu processo de acolhimento a nível familiar, escolar e social; - Saber de que forma a intervenção realizada durante o acolhimento, foi promotora, ou não, de mudança no percurso de vida destas crianças/jovens; - Entender se a intervenção realizada nos	- Género e localização; -Período de institucionalização; - Que trabalho foi desenvolvido a nível familiar durante o acolhimento; - Projetos definidos para o jovem, a nível escolar e social durante o acolhimento; - Que trabalho/rotina e planos o jovem tinha aquando da sua institucionalização; -Atividades desenvolvidas no lar de infância e juventude de promoção de competências pessoais e sociais;	

	lares de infância e juventude é promotora de mudança no processo de proteção.	<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos positivos e negativos da institucionalização; - De que forma a institucionalização alterou a vida do jovem (percepção); - Perceber se a institucionalização foi a medida mais adequada a sua situação e se foi positiva ou negativa. 	
Encerramento	<ul style="list-style-type: none"> - Relembrar os objetivos da entrevista; - Alertar para possíveis contactos futuros se surgir a necessidade; - Agradecer o apoio prestado. 	<ul style="list-style-type: none"> -- Informar acerca do tratamento dos dados; - Contacto posterior a dar feedback das conclusões retiradas da entrevista; - Relembrar possíveis contatos futuros -Agradecimentos; 	

Guião de entrevista semi estruturada

Entrevista n°: _____ Data: ___/___/___ Código: _____
 Nome: _____ Idade: _____

1ª Parte- Caracterização entrevistados

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Apresentação	<p>Explicar objetivos da entrevista:</p> <p><i>Os objetivos principais deste estudo são, conhecer, analisar e compreender as estratégias /intervenção que os lares de infância e juventude têm no processo de acolhimento das crianças/jovens em risco e perceber de que forma o tipo de intervenção desenvolvida em acolhimento institucional, alterou as trajetórias de vida dos jovens institucionalizados.</i></p> <p>Permissão para gravar entrevista ou efetuar outro tipo de registo.</p>	
Caracterização dos entrevistados	<p>Género: Feminino <input type="checkbox"/></p> <p>Masculino <input type="checkbox"/></p> <p>Idade: _____</p>	

2ª Parte- Medidas aplicadas aos entrevistados

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Medidas aplicadas aos entrevistados	Antes da institucionalização foi lhe aplicada outra medida?	Qual?
Institucionalização	<p>Local de residência <input type="checkbox"/></p> <p>Outro: _____</p>	
Período de institucionalização	Quanto tempo esteve institucionalizado?	

3ª Parte- Intervenção desenvolvida

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Intervenção	<p>-Sabe se lhe foi definido um projeto de vida?</p> <p>-A sua família foi acompanhada pela equipa da instituição ou por outra equipa (seg. social, etc.)?</p>	-Participou na definição do seu projeto de vida?
Princípios fundamentais da intervenção	<p>-Foi informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida?</p> <p>-Participou em atividades fora da instituição?</p> <p>-Foram desenvolvidas atividades de promoção de competências na instituição</p>	<p>Educação, saúde, família, etc)</p> <p>Quais?</p> <p>Quais?</p>

4ª Parte- Perceção do jovem

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Perceção do jovem	<p>-Considera que a institucionalização trouxe vantagens?</p> <p>-Considera que a institucionalização foi a medida adequada?</p> <p>-Continua a manter contacto com os pares/técnicos da instituição?</p>	<p>Em que aspetos?</p> <p>De que forma?</p>

5ª Parte- Encerramento

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Encerramento	Informar acerca do tratamento dos dados; Agradecimentos;	

Anexo E – Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu _____ fui informado (a) de que este trabalho de investigação, inserido no âmbito do Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu, tem como objetivos conhecer, analisar e compreender as estratégias /intervenção que os lares de infância e juventude têm no processo de acolhimento das crianças/jovens em risco e perceber de que forma o tipo de intervenção desenvolvida em acolhimento institucional, alterou as trajetórias de vida dos jovens institucionalizados.

Fui informado (a) de que as informações recolhidas serão efectuadas através da realização de uma entrevista, que será gravada para um melhor registo da informação recolhida.

Foi-me ainda garantido que será mantido o anonimato e a confidencialidade da informação recolhida, que servirá apenas para uso exclusivo ao nível da investigação.

Tive oportunidade de esclarecer todas as minhas dúvidas e sei que a minha participação neste estudo é voluntária, pelo que posso abandoná-la a qualquer momento, sem que sofra consequências por este ato.

Depois de todas as explicações que me foram transmitidas, aceito participar de livre vontade nesta investigação e autorizo a divulgação dos resultados obtidos no meio científico, garantido o anonimato.

Assinatura do participante no estudo:

Assinatura do investigador:

Anexo F – Transcrição entrevistas efetuadas técnicos gestores de caso

Entrevista nº:1

Data: 28/02/2013

Código:GCA1

LIJCENTRO

Sexo feminino 04-18

Todos os jovens acolhidos há mais de 2 meses têm projeto de vida definido?

“Sim, tem o projeto de vida definidos, no entanto alguns ainda não estão esquematizados em papel”.

O jovem participa na definição do seu projeto de vida? *“Sim, sempre que a idade assim o justifique”.*

-Cada criança /jovem tem um Plano socioeducativo definido de acordo com as suas capacidades e especificidades? (Educação, saúde, social) *“Sim, as crianças depois de serem acolhidas, é feita a avaliação global, a nível social, escolar e familiar. Depois dessa avaliação e traçado para a criança o plano socioeducativo individual, onde muitos dos projetos são realizados em parceria com a escola, ou outros intervenientes/pessoas significativas na vida da criança/jovem. Todas as crianças/jovens aquando da sua avaliação junto da psicóloga dão o seu parecer relativo ao seu projeto de vida quer a nível escolar, de saúde ou social, muitas das vezes são os jovens que propõe atividades em que gostariam de participar, ou temas que gostariam de ver debatidos, onde elas pudessem participar e adquirir conhecimentos.”*

A criança /jovem é informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida? *“Sim, sempre que consideramos necessário e oportuno”.*

-As crianças /jovens participam em atividades fora da instituição? Quais? *“Sim, as crianças participam nos escuteiros, na catequese, têm também aulas de dança, basquetebol e educação física fora da instituição em horário pós laboral. Ao fim de semana participam ainda em atividades do programa escolhas. Todas estas atividades são devidamente calendarizadas para que as crianças/jovens tenham ainda tempo para fazer os trabalhos de casa, bem como para terem algum tempo livre depois do jantar em que possam dedicar a elas”.*

-Na instituição são desenvolvidas atividades de promoção de competências pessoais e sociais? *“Sim, são desenvolvidas atividades para promoção de competências pessoais e sociais. Todas as semanas às segundas e quintas-feiras as crianças e jovens participam em dinâmicas de grupo que abordam áreas tao distintas*

como saúde (perturbações alimentares, drogas e álcool, etc.), solidariedade (pobreza, incentivo a participar em campanhas de solidariedade para recolhas de bens alimentares), atividades de vida diária (dia no supermercado, elaboram lista de compras e online pesquisam preços de vários bens diários, confeção de ementas semanais, grelha de tarefas diárias, etc.) promoção de autonomia (preparação para a vida autónoma), e outras atividades mais esporádicas onde participam por vezes os nossos parceiros sociais”.

Que áreas são trabalhadas? “Autonomia; Atividades vida diária; Competências pessoais e sociais”.

-A instituição trabalha em parceria com outras instituições? “Sim, trabalhamos em parceria com a equipa do programa escolhas, temos também parceria com a cruz vermelha, e com outras associações locais”.

-Caso o projeto de vida das crianças/jovens assim justifique, a família destes é trabalhada? “Sim, claro. Nós fazemos diversas visitas domiciliárias, algumas onde até elaboramos planos junto da família para melhorarem alguns aspetos, estes que são elaborados também de forma a constituírem um projeto nos PSEIS da criança/jovem. Estas famílias são também muitas das vezes tralhadas em colaboração com a segurança social. Tentamos sempre trabalhar as famílias, para que as crianças retornem a família o mais rápido possível, no entanto nem sempre conseguimos, pois as equipas das instituições são reduzidas para o numero de crianças existentes e também porque ainda temos crianças que não vêm do distrito, o que nos dificulta o trabalho a desenvolver com as famílias, e nestes casos este trabalho é feito pelas equipas locais da segurança socia”l.

-Considera que a institucionalização traz vantagens a estes jovens? “Muitas das vezes a institucionalização já não traz vantagens nenhuma a jovens que são por exemplo acolhidas aos 16/ 17 anos por desvios comportamentais e porque a família já não consegue controlar os seus comportamentos e nos chegam aqui numa trajetória já quase de delinquência, e que por mais empenho que a equipa tenha estas jovens continuam a cometer delitos, a ausentar-se indevidamente da instituição, não acatando normas e regras, e quando fazem os 18 anos não aceitam continuar institucionalizados optando por voltar a vida anterior. As outras crianças/jovens muitas das vezes, se a família tivesse sido trabalhada anteriormente e se fosse feito um trabalho de proximidade junto das crianças e dessas famílias, não seria necessário a institucionalização. No entanto há as que necessitavam mesmo da instituição pois não tinham outra alternativa (abandono e falta de suporte familiar, abuso sexual)”.

-Considera que na maior parte dos casos a institucionalização foi a medida adequada? *“Como referi considero que devia de haver mais trabalho com as famílias antes de se pensar em institucionalização, no entanto considero também que muitos dos casos que cá temos foi a medida adequada e a necessária a situação, salvo os casos referidos anteriormente, acho que se devia repensar uma solução para estes jovens que estão na linha da pré delinquência, mas que não podem ser integrados nem em centros tutelares educativos nem em lares especializados, e são colocados em lares de infância e juventude juntamente com crianças com perfis completamente diferentes daqueles”.*

-Em média qual é o tempo de institucionalização das crianças/jovens? *“Em média o tempo de institucionalização é de 2/3 anos”.*

-Quando são desinstitucionalizadas, as crianças /jovens, qual a medida que é maioritariamente aplicada? *“Autonomia de vida e apoio junto dos familiares (retorno à família), mas como acolhemos maioritariamente jovens, as medidas que mais vezes se aplicam são autonomia de vida”.*

-Depois de saírem da instituição, as crianças /jovens continuam a manter contacto com os pais/técnicos da instituição? *“Sim mantem habitualmente. Através de contatos telefónicos e até presenciais. Habitualmente nas épocas festivas (natal, pascoa, etc.) costumam vir à instituição”.*

-Em média qual é o tempo de institucionalização das crianças/jovens? *“Em média o tempo de institucionalização é de 2/3 anos”.*

-Quando são desinstitucionalizadas, as crianças /jovens, qual a medida que é maioritariamente aplicada? *“Autonomia de vida e apoio junto dos familiares (retorno à família), mas como acolhemos maioritariamente jovens, as medidas que mais vezes se aplicam são autonomia de vida”.*

-Depois de saírem da instituição, as crianças /jovens continuam a manter contacto com os pais/técnicos da instituição? *“Sim mantem habitualmente. Através de contatos telefónicos e até presenciais. Habitualmente nas épocas festivas (natal, pascoa, etc.) costumam vir à instituição”.*

A intervenção realizada poderia de alguma forma ser melhorada? De que forma? *“Considero que a o nosso trabalho nunca está completo e sim podemos sempre melhorar, temos que estar sempre dispostos à mudança se esta se traduzir na melhoria de intervenção. No entanto considero que muitas das vezes a falta de*

recursos humanos dificulta em muito a intervenção que seria desejável. As visitas domiciliárias, o trabalho de contacto com tribunais, segurança social, e organização de processos individuais, levam muito tempo e muitos dos dias não conseguimos dar o apoio necessário a cada criança/jovem ficando este por vezes ao cargo da equipa educativa”.

Entrevista nº:2

Data: 28/02/2013

Código:GCA2

LIJCENTRO

Sexo feminino 04-18

-Todos os jovens acolhidos há mais de 2 meses têm projeto de vida definido?

“No momento do acolhimento é logo realizada uma reunião com as entidades ou familiares que acompanham a criança ou jovem, onde nós obtemos a maior informação possível acerca desta, de forma a termos desde logo uma ideia de projetos a elaborar. No entanto depois da integração da jovem na instituição é que delineamos em conjunto com ela e familiares o seu projeto de vida. Nem sempre este está definido no seu processo logo após dois meses do acolhimento, embora nós já saibamos o que será definido”.

O jovem participa na definição do seu projeto de vida?*“Sim, sempre que a idade assim o justifique”.*

Cada criança /jovem tem um Plano socioeducativo definido de acordo com as suas capacidades e especificidades? (Educação, saúde, social) *“Sim, para todas as crianças e jovens acolhidas é feito um PSEI, depois da sua integração na dinâmica da instituição e nas atividades desta, é feita uma avaliação diagnóstica de cada uma a nível escolar, social, familiar e de saúde, para que seja mais fácil então delinear os seus projetos para cada uma dessas áreas. Normalmente cada projeto tem uma duração que no máximo será de seis meses e é revisto de acordo com as necessidades sempre que necessário”.*

A criança /jovem é informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida? *“Sim, sempre que consideramos necessário e oportuno”.*

-As crianças /jovens participam em atividades fora da instituição? Quais? *“Sim, ao fim de semana participam ainda em atividades do programa escolhas, participam nos escuteiros, na catequese. Durante a semana têm também aulas de dança, basquetebol e educação física fora da instituição em horário pós laboral. Todas estas atividades são devidamente calendarizadas para que as crianças/jovens tenham ainda*

tempo para fazer os trabalhos de casa, bem como para terem algum tempo livre depois do jantar em que possam dedicar a elas”.

-Na instituição são desenvolvidas atividades de promoção de competências pessoais e sociais? *“Sim, todas as semanas às segundas e quintas-feiras as crianças e jovens participam em dinâmicas de grupo que abordam áreas tao distintas como saúde (perturbações alimentares, drogas e álcool, etc.), solidariedade (pobreza, incentivo a participar em campanhas de solidariedade para recolhas de bens alimentares), atividades de vida diária (dia no supermercado, elaboram lista de compras e online pesquisam preços de vários bens diários, confeção de ementas semanais, grelha de tarefas diárias, etc.) promoção de autonomia (preparação para a vida autónoma), e outras atividades mais esporádicas onde participam por vezes os nossos parceiros sociais”.*

Que áreas são trabalhadas? *“Autonomia; Competências pessoais e sociais e Atividades vida diária”*

A instituição trabalha em parceria com outras instituições? *“Sim, trabalhamos em parceria com a equipa do programa escolhas, temos também parceria com a cruz vermelha, e com outras associações locais”.*

-Caso o projeto de vida das crianças/jovens assim justifique, a família destes é trabalhada? *“Sim, as famílias são a nossa principal aposta, uma vez que para a criança retorne a família e esse retorno se torne definitivo antes esta família tem que ter todas as condições necessárias ao seu restabelecimento. Assim, na instituição e nos casos que assim o permitam fazemos visitas domiciliárias e articulamos em conjunto com outras instituições de forma a garantir a estas famílias o apoio necessário para que possam receber de novo as crianças retiradas”.*

Considera que a institucionalização traz vantagens a estes jovens? *“O nosso trabalho como técnicos de LIJ é no sentido de que a institucionalização destas crianças e jovens seja vantajosa para estas. No entanto nem sempre isso se verifica, principalmente quando são acolhidas jovens que não aceitam a institucionalização e vêm com comportamentos totalmente desajustados aos que são desejáveis, pelo que para estas jovens que vem já a desafiar a autoridade este tipo de resposta não é nada vantajosa até porque o curto espaço em que estão colhidas não nos permite alterar qualquer comportamento”.*

-Considera que na maior parte dos casos a institucionalização foi a medida adequada? *“Sim, na maior parte dos casos a institucionalização traduz-se na medida*

mais adequada. No entanto há casos em que deveria ser tomada outra decisão e ser aplicada outra medida mais conveniente a certos caso, como o das adolescentes transgressoras”.

-Em média qual é o tempo de institucionalização das crianças/jovens? *“Em média o tempo de institucionalização é de 2/3 anos”.*

-Quando são desinstitucionalizadas, as crianças /jovens, qual a medida que é maioritariamente aplicada? *“Autonomia de vida e apoio junto dos familiares (retorno à família)”.*

-Depois de saírem da instituição, as crianças /jovens continuam a manter contacto com os pares/técnicos da instituição? *“Sim, depois de saírem as crianças ou jovens costumam regressar cá”.*

De que forma? *“Telefone, mail, presencial”.*

A intervenção realizada poderia de alguma forma ser melhorada? De que forma? *“Sim, a intervenção poderá sempre ser melhorada. O facto do reforço que houve pelo Plano Dom ter sido dispensado, trouxe-nos sobrecarga de trabalho, pelo que considero que a falta de recursos deveria ser colmatada e este reforço se deveria ter mantido”.*

Entrevista nº:2	Data: 01/03/2013	Código:GCB2
LIJCENTRO		Sexo feminino 06-18

Todos os jovens acolhidos há mais de 2 meses têm projeto de vida definido? *“Sim têm”.*

Cada criança /jovem tem um Plano socioeducativo definido de acordo com as suas capacidades e especificidades? (Educação, saúde, social) *“Sim, a criança é avaliada, esta avaliação é feita em função da criança, dos recursos que tem, da família, das condições familiares e de tudo que diz respeito à criança”.*

-As crianças /jovens participam em atividades fora da instituição? Quais? *“Sim, a escola é externa, elas passam o dia todo fora, depois tem apoio ao estudo na capital de distrito, num gabinete de apoio ao estudo; tem teatro; algumas que estão a ser acompanhadas têm acompanhamento pedopsiquiátrico na capital de distrito. Outras*

que também estão a ser acompanhadas a outros níveis, tem o acompanhamento fora. Tem também catequese”.

-Na instituição são desenvolvidas atividades de promoção de competências pessoais e sociais? *“Sim, temos atividades internas, que decorrem dentro do lar, a saber: programas de promoção de competências psicossociais, em que se pretende desenvolver a capacidade reflexiva, a autonomia, as várias competências relacionais”.*

Que áreas são trabalhadas? *“Competências pessoais e sociais, educação, autonomia...”*

-A instituição trabalha em parceria com outras instituições? *“Sim, trabalhamos – Segurança social, cpcj, tribunal, saúde, escola, junta e câmara, associações locais, museus, bibliotecas...”*

-Caso o projeto de vida das crianças/jovens assim justifique, a família destes é trabalhada? *“Sim, desenvolvemos trabalho junto da família – programa de educação parental”.*

-Considera que a institucionalização traz vantagens a estes jovens? *“Depende dos casos, há sempre casos de sucesso e outros com menos sucesso”.*

-Considera que na maior parte dos casos a institucionalização foi a medida adequada? *“Considero que muitas das vezes há um trabalho de retaguarda que devia ter sido feito e que evitaria a colocação da jovem na instituição. Considero que a institucionalização deveria ser o último recurso, deveria ser feito um trabalho anterior com as famílias e os jovens, mas há situações em que a criança tem que ser acolhida”.*

-Em média qual é o tempo de institucionalização das crianças/jovens? *“Temos acolhidas muitas jovens com limitações/deficiências pelo que estas necessitam de mais tempo de acolhimento, no entanto a média é cerca de três anos”.*

-Quando são desinstitucionalizadas, as crianças /jovens, qual a medida que é maioritariamente aplicada? *“Autonomia de vida e apoio junto dos familiares (retorno à família)”.*

-Depois de saírem da instituição, as crianças /jovens continuam a manter contacto com os pais/técnicos da instituição? *“Sim, mantêm habitualmente. Costumam inclusive visitar-nos, escrever-nos. Recentemente, organizaram um jantar*

cá em casa e foi fantástico estar um grupo grande de antigas jovens acolhidas e verificarmos que estão bem”.

De que forma? *“Visitas, cartas, telefonemas, pedidos de ajuda, jantares, etc.”*

A intervenção realizada poderia de alguma forma ser melhorada? De que forma?

“Se fosse melhor subsidiada haveria possibilidade de outras atividades”.

Entrevista nº:3	Data: 03/04/2013	Código:GCC3
LIJCENTRO		Sexo feminino 06-18

Todos os jovens acolhidos há mais de 2 meses têm projeto de vida definido?

“Não, é cada vez mais complicado responder às necessidades burocráticas exigidas pelas entidades externas e ao mesmo tempo trabalhar com as crianças e jovens acolhidos. Normalmente nos primeiros quatro meses definimos o projeto de vida depois de termos um contacto apropriado com a família e as crianças/jovens de modo a delinear o seu projeto em conjunto”.

O jovem participa na definição do seu projeto de vida? *“Sim”.*

Cada criança /jovem tem um Plano socioeducativo definido de acordo com as suas capacidades e especificidades? (Educação, saúde, social) *“Sim, depois de definirmos juntamente com a família (quando a situação o permite) e a criança /jovem, o projeto de vida da criança, em articulação com as outras entidades intervenientes (CPCJ ou seg social), na instituição elaboramos o PSEI com os projetos definidos para cada área”.*

-As crianças /jovens participam em atividades fora da instituição? Quais? *“Sim, tem a escola é externa, depois têm também outras atividades como desporto numa associação local, alguns têm catequese e escuteiros”.*

-Na instituição são desenvolvidas atividades de promoção de competências pessoais e sociais? *“Sim, em pequenas reuniões que temos individualmente com cada criança/jovem são tratados assuntos relativos a competências pessoais e sociais. Falamos sobre AVD´s, sobre comportamentos de risco,etc”.*

Que áreas são trabalhadas? *“Competências pessoais e sociais e autonomia nas tarefas responsabilidade,etc. Também depende das necessidades de cada criança ou jovem.”*

A instituição trabalha em parceria com outras instituições? *“Sim, trabalha sempre em articulação com a CPCJ e a Seg. social”.*

-Caso o projeto de vida das crianças/jovens assim justifique, a família destes é trabalhada? *“Sim, sempre que oportuno é trabalhada a família do menor para que este volte à sua família”.*

-Considera que a institucionalização traz vantagens a estes jovens? *“Depende dos casos, há sempre casos bem-sucedidos e outros menos”.*

-Considera que na maior parte dos casos a institucionalização foi a medida adequada? *“Considero que a institucionalização é necessária em alguns casos, quando já foram esgotadas todas as alternativas existentes. No entanto, e sem estar a fazer qualquer tipo de crítica ao sistema considero que muitas das vezes poderia ter sido considerada outra alternativa que não a institucionalização”.*

-Em média qual é o tempo de institucionalização das crianças/jovens? *“Em média cerca de um ano ou dois. E agora cada vez mais os pedidos que nos chegam são de jovens com idades superiores a 15 anos o que diminui também o tempo e a permanência destes na instituição, muitos deles chegando aos dezoito anos não pedem continuidade da medida”.*

-Quando são desinstitucionalizadas, as crianças /jovens, qual a medida que é maioritariamente aplicada? *“Autonomia de vida e retorno à família”.*

-Depois de saírem da instituição, as crianças /jovens continuam a manter contacto com os pares/técnicos da instituição? *“Sim, normalmente as crianças ou jovens costumam vir cá esporadicamente visitar-nos depois de saírem de cá”.*

A intervenção realizada poderia de alguma forma ser melhorada? De que forma? *“Considero que o reforço de pessoal era um começo para que conseguíssemos responder a todas as necessidades das crianças e jovens. No entanto continua a ser a preocupação com os números e não com as pessoas, o que muitas vezes não nos permite ter uma intervenção de excelência como seria desejado”.*

Anexo G- Critérios avaliação guião de entrevista estruturada gestores de caso

Entrevista n.º:

Data:

Código:

Grelha de avaliação da entrevista

Esta entrevista integra o projeto de investigação, no âmbito do Mestrado em Intervenção Psicossocial com crianças e jovens em risco, da escola Superior de Educação de Viseu, cujo tema é *Intervenção nos lares de infância e juventude – percepção dos técnicos e jovens*.

Os objetivos principais deste estudo são, conhecer, analisar e compreender as estratégias /intervenção que os lares de infância e juventude têm no processo de acolhimento das crianças/jovens em risco e perceber de que forma o tipo de intervenção desenvolvida em acolhimento institucional, alterou as trajetórias de vida dos jovens institucionalizados.

A sua colaboração é essencial, pelo que solicito que o presente documento seja preenchido na totalidade, para tal deverá aplicar a escala de avaliação de 1 a 5 para avaliar cada questão, de acordo com cada um dos critérios.

Agradeço desde já a sua disponibilidade para participar nesta investigação, pelo que sem o seu contributo esta seria impossível.

Muito Obrigada!

Assinale nos itens à direita a sua opinião relativamente às questões efetuadas, selecionando o número que exprime o grau de adequação das mesmas (de 1 a 5, em que 1 - Completamente Desadequado| 2- Desadequado| 3 – Adequado| 4- Muito Adequado| 5 - Totalmente Adequado), tendo em conta os aspetos considerados.

2ª Parte- Intervenção desenvolvida

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Intervenção	-Todos os jovens acolhidos há mais de 2 meses têm projeto de vida definido?	O jovem participa na definição do seu projeto de vida?	Compreensão					
			Informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza					
			Dificuldade na resposta					
Princípios fundamentais da intervenção	-Cada criança /jovem tem um Plano socioeducativo definido de acordo com as suas capacidades e especificidades? (Educação, saúde, social)	A criança /jovem é informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida?	Compreensão					
			Informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza					
			Dificuldade na resposta					
	-As crianças /jovens participam em atividades fora da instituição?	Que áreas são trabalhadas?	Compreensão					
			Informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza					
			Dificuldade na resposta					

	Quais? -Na instituição são desenvolvidas atividades de promoção de competências pessoais e sociais?		Compreensão					
			Informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza					
			Dificuldade na resposta					

3ª Parte- Intervenção em parceria

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Parcerias	-A instituição trabalha em parceria com outras instituições?	-Quais? Estas equipas participam na definição do projeto de vida das crianças /jovens?	Compreensão					
			Informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza					
			Dificuldade na resposta					
	-Caso o projeto de vida das crianças/jovens assim justifique, a família destes é trabalhada?		Compreensão					
			Informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza					
			Dificuldade na resposta					

4ª Parte- Perceção dos técnicos

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões					
Perceção dos técnicos	<p>-Considera que a institucionalização traz vantagens a estes jovens?</p> <p>-Considera que na maior parte dos casos a institucionalização foi a medida adequada?</p>	A que nível?	Compreensão	■	■	■	■	■
			Informação desconhecida					
			Pertinência	■	■	■	■	■
			Clareza					
			Dificuldade na resposta	■	■	■	■	■
			Compreensão					
			Informação desconhecida	■	■	■	■	■
			Pertinência					
			Clareza	■	■	■	■	■
			Dificuldade na resposta					
	-Em média qual é o tempo de institucionalização das crianças/jovens?		Compreensão	■	■	■	■	■
			Informação desconhecida					
			Pertinência	■	■	■	■	■
			Clareza					

Desinstitucionalização	-Quando são desinstitucionalizadas, as crianças /jovens, qual a medida que é maioritariamente aplicada?	De que forma?	Dificuldade na resposta					
			Compreensão					
			Informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza					
			Dificuldade na resposta					
	-Depois de saírem da instituição, as crianças /jovens continuam a manter contacto com os pares/técnicos da instituição?		Compreensão					
			Informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza					
			Dificuldade na resposta					

Anexo H-Resposta questionários validação entrevista técnicos

Entrevista nº:1

Data: 28/02/2013

Código:GCA1

LIJCENTRO

Sexo feminino 04-18

2ª Parte- Intervenção desenvolvida

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Intervenção	-Todos os jovens acolhidos há mais de 2 meses têm projeto de vida definido?	O jovem participa na definição do seu projeto de vida?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência			X		
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
Princípios	-Cada criança /jovem tem um Plano socioeducativo definido de acordo com as suas capacidades e especificidades? (Educação, saúde, social)	A criança /jovem é informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
			Compreensão					X

fundamentais da intervenção	-As crianças /jovens participam em atividades fora da instituição? Quais? -Na instituição são desenvolvidas atividades de promoção de competências pessoais e sociais?	Que áreas são trabalhadas?	Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X
			Compreensão						X
			Informação desconhecida						X
			Pertinência					X	
			Clareza						X
			Dificuldade na resposta					X	

3ª Parte- Intervenção em parceria

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Parcerias	-A instituição trabalha em parceria com outras instituições?	-Quais? Estas equipas participam na definição do projeto de vida das crianças /jovens?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência				X	
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
			Compreensão					X

	-Caso o projeto de vida das crianças/jovens assim justifique, a família destes é trabalhada?		Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X

4ª Parte- Percepção dos técnicos

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Percepção dos técnicos	-Considera que a institucionalização traz vantagens a estes jovens?	A que nível?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
	-Considera que na maior parte dos casos a institucionalização foi a medida adequada?		Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X

Desinstitucionalização	-Em média qual é o tempo de institucionalização das crianças/jovens?	De que forma?	Compreensão						X
			Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
	Clareza							X	
	Dificuldade na resposta							X	
	Compreensão							X	
	Informação desconhecida							X	
	Pertinência							X	
	Clareza							X	
	Dificuldade na resposta							X	
	Compreensão							X	
	Informação desconhecida							X	
	Pertinência							X	
	Clareza							X	
	Dificuldade na resposta							X	
-Quando são desinstitucionalizadas, as crianças /jovens, qual a medida que é maioritariamente aplicada?									
-Depois de saírem da instituição, as crianças /jovens continuam a manter contacto com os pares/técnicos da instituição?									

Entrevista nº:1

Data: 28/02/2013

Código:GCA2

LIJCENTRO

Sexo feminino 04-18

2ª Parte- Intervenção desenvolvida

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5	
Intervenção	-Todos os jovens acolhidos há mais de 2 meses têm projeto de vida definido?	O jovem participa na definição do seu projeto de vida?	Compreensão					X	
			Informação desconhecida					X	
			Pertinência			X			
			Clareza					X	
			Dificuldade na resposta					X	
Princípios fundamentais da intervenção	-Cada criança /jovem tem um Plano socioeducativo definido de acordo com as suas capacidades e especificidades? (Educação, saúde, social)	A criança /jovem é informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida?	Compreensão					X	
			Informação desconhecida					X	
			Pertinência					X	
			Clareza					X	
			Dificuldade na resposta					X	
	-As crianças /jovens participam em atividades fora da instituição? Quais? -Na instituição são desenvolvidas atividades de promoção de competências pessoais e sociais?	Que áreas são trabalhadas?	Compreensão						X
			Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X
			Compreensão						X
			Informação desconhecida						X
			Compreensão						X
Informação desconhecida						X			

			Pertinência				x	
			Clareza					x
			Dificuldade na resposta				x	

3ª Parte- Intervenção em parceria

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Parcerias	<p>-A instituição trabalha em parceria com outras instituições?</p> <p>-Caso o projeto de vida das crianças/jovens assim justifique, a família destes é trabalhada?</p>	<p>-Quais? Estas equipas participam na definição do projeto de vida das crianças /jovens?</p>	Compreensão					x
			Informação desconhecida					x
			Pertinência				x	
			Clareza					x
			Dificuldade na resposta					x
			Compreensão					x
			Informação desconhecida					x
			Pertinência					x
			Clareza					x
			Dificuldade na resposta					

4ª Parte- Perceção dos técnicos

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Perceção dos técnicos	<p>-Considera que a institucionalização traz vantagens a estes jovens?</p> <p>-Considera que na maior parte dos casos a institucionalização foi a medida adequada?</p>	A que nível?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
			Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
	<p>-Em média qual é o tempo de institucionalização das crianças/jovens?</p>		Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
			Compreensão					X

Desinstitucionalização	-Quando são desinstitucionalizadas, as crianças /jovens, qual a medida que é maioritariamente aplicada?	De que forma?	Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X
	-Depois de saírem da instituição, as crianças /jovens continuam a manter contacto com os pares/técnicos da instituição?		Compreensão						X
			Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
			Clareza						X
							X		

Entrevista nº:2	Data: 01/03/2013	Código:GCB2
LIJCENTRO		Sexo feminino 06-18

2ª Parte- Intervenção desenvolvida

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Intervenção	-Todos os jovens acolhidos há mais de 2 meses têm projeto de vida definido?	O jovem participa na definição do seu projeto de vida?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência			X		

			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X
Princípios fundamentais da intervenção	-Cada criança /jovem tem um Plano socioeducativo definido de acordo com as suas capacidades e especificidades? (Educação, saúde, social)	A criança /jovem é informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida?	Compreensão						X
			Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X
			Compreensão						X
	-As crianças /jovens participam em atividades fora da instituição? Quais? -Na instituição são desenvolvidas atividades de promoção de competências pessoais e sociais?	Que áreas são trabalhadas?	Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X
			Compreensão						X
			Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
			Clareza						X
Dificuldade na resposta						X			

3ª Parte- Intervenção em parceria

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Parcerias	<p>-A instituição trabalha em parceria com outras instituições?</p> <p>-Caso o projeto de vida das crianças/jovens assim justifique, a família destes é trabalhada?</p>	-Quais? Estas equipas participam na definição do projeto de vida das crianças /jovens?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
			Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X

4ª Parte- Perceção dos técnicos

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Perceção dos	-Considera que a institucionalização traz vantagens a estes jovens?	A que nível?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X

técnicos	-Considera que na maior parte dos casos a institucionalização foi a medida adequada?		Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X
			Compreensão						X
			Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X
Desinstitucionalização	-Em média qual é o tempo de institucionalização das crianças/jovens?		Compreensão						X
			Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
	Clareza							X	
	Dificuldade na resposta							X	
	Compreensão							X	
	Informação desconhecida							X	
	Pertinência							X	
	Clareza							X	
	Dificuldade na resposta							X	
	-Depois de saírem da instituição, as		Compreensão						X
	Informação desconhecida						X		

	crianças /jovens continuam a manter contacto com os pares/técnicos da instituição?	De que forma?	Pertinência						X
			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X

Entrevista nº:3

Data: 03/04/2013

Código:GCC3

LIJCENTRO

Sexo feminino 06-18

2ª Parte- Intervenção desenvolvida

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Intervenção	-Todos os jovens acolhidos há mais de 2 meses têm projeto de vida definido?	O jovem participa na definição do seu projeto de vida?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência			X		
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
	-Cada criança /jovem tem um Plano socioeducativo definido de acordo com as suas capacidades e	A criança /jovem é informada e incluída em todas as	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X

Princípios fundamentais da intervenção	especificidades? (Educação, saúde, social) -As crianças /jovens participam em atividades fora da instituição? Quais? -Na instituição são desenvolvidas atividades de promoção de competências pessoais e sociais?	decisões relativas ao seu projeto de vida? Que áreas são trabalhadas?	Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X
			Compreensão						X
			Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X
			Compreensão						X
			Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X

3ª Parte- Intervenção em parceria

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Parcerias	-A instituição trabalha em parceria com outras instituições?	-Quais? Estas equipas participam na definição do	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X

	-Caso o projeto de vida das crianças/jovens assim justifique, a família destes é trabalhada?	projeto de vida das crianças /jovens?	Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X
			Compreensão						X
			Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X

4ª Parte- Percepção dos técnicos

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Percepção dos técnicos	-Considera que a institucionalização traz vantagens a estes jovens?	A que nível?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X
			Clareza					X
	-Considera que na maior parte dos casos a institucionalização foi a		Dificuldade na resposta					X
			Compreensão					X
			Informação desconhecida					X

	medida adequada?		Pertinência						X
			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X
Desinstitucionalização	-Em média qual é o tempo de institucionalização das crianças/jovens?	De que forma?	Compreensão						X
			Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
	Clareza							X	
	Dificuldade na resposta							X	
	Compreensão							X	
	Informação desconhecida							X	
	Pertinência							X	
	Clareza							X	
	Dificuldade na resposta							X	
	Compreensão							X	
	Informação desconhecida							X	
	Pertinência							X	
	Clareza							X	
	Dificuldade na resposta							X	
	-Quando são desinstitucionalizadas, as crianças /jovens, qual a medida que é maioritariamente aplicada?								
	-Depois de saírem da instituição, as crianças /jovens continuam a manter contacto com os pares/técnicos da instituição?								

Anexo I - Tabela Dimensões, categorias e subcategorias resultantes do guião de entrevista dos técnicos gestores

Dimensão	Categoria	Subcategoria	Nº de referências	
Atividades de promoção de competências pessoais e sociais	Atividades de promoção de autonomia	Em grupo	3	10
		Fora da instituição	2	
		Individual	1	
		Na instituição	4	
	Atividades de vida diária	Exposição teórica	3	5
		Prática	2	
	Atividades diárias	Externa à instituição	4	7
		Na instituição	3	
	Exposição de temas	Educação	3	8
		Saúde	3	
		Sociais	2	
	Programas de promoção de competências	Autonomia	3	5
Capacidade reflexiva		1		
Competências psicossociais		1		
Desinstitucionalização	Aplicação de outra medida	Meio natural de vida	4	4
	Contactos com a instituição	Mantidos	4	4
Institucionalização	Desvantagens	Idade dos jovens acolhidos	2	8
		Recusa dos jovens em colaborar	2	
		Trabalho que devia ser feito anteriormente	4	
	Média do tempo da institucionalização	Entre 1 a 2 anos	1	4
		2 a 3 anos	2	
		Mais que 3 anos	1	
	Vantagens	Assegurar um futuro	3	6
Oportunidade de acompanhamento		1		

		psicossocial		
		Suporte social	2	
Intervenção	Aspetos positivos	Abertura à mudança	1	1
	Aspetos negativos	Excesso de burocracias	2	11
		Falta de recursos financeiros	2	
		Falta de recursos humanos	3	
		Falta de trabalho de retaguarda	4	
	Trabalho com as famílias	Programas de educação parental	1	3
Visitas domiciliárias		2		
Plano socioeducativo individual	Definição de projetos	Colaboração da família	1	7
		Colaboração de outras entidades afetas ao processo	4	
		Em conjunto com a criança ou jovem	2	
	Avaliação diagnóstica	Auscultar os interesses das crianças e jovens	3	6
		Avaliação da criança ou jovem	3	
	Articulação com outras entidades	Definição de projetos com outras entidades	1	6
Parceria no trabalho com as famílias		5		
Projeto de vida	Dificuldades na definição	Excesso de burocracia	2	3
		Recusa do menor em colaborar	1	
	Definido com o menor	Auscultar o menor	3	6
		Definido em conjunto com a família	3	
Total:				104

Anexo J – Resultados obtidos através da análise com o programa NVivo às entrevistas dos técnicos gestores

Categoria Atividades de promoção de competências pessoais e sociais:

Nome	Fontes	Referências
Atividades de promoção de competências pessoais e sociais	4	9
Atividades de promoção de autonomia	4	8
Em grupo	2	3
Fora da instituição	2	2
Individual	1	1
Na instituição	4	4
Atividades de vida diária	4	4
exposição teórica	3	3
Prática	2	2
Atividades diárias	4	6
Externas à Instituição	4	4
Na instituição	3	3
Exposição de temas	3	4
Educação	2	3
Saúde	2	3
Sociais	2	2
Programas de promoção de competências	3	4
Autonomia	3	3
Capacidade reflexiva	1	1
Competências psicossociais	1	1

<Internas\GC1> - § 2 referências codificadas [2,23% Cobertura]

Referência 1 - 1,04% Cobertura

são desenvolvidas atividades para promoção de competências pessoais e sociais

Referência 2 - 1,19% Cobertura

outras atividades mais esporádicas onde participam por vezes os nossos parceiros sociais

<Internas\GC1a> - § 2 referências codificadas [9,61% Cobertura]

Referência 1 - 1,20% Cobertura

em dinâmicas de grupo que abordam áreas tao distintas como saúde

Referência 2 - 8,41% Cobertura

solidariedade (pobreza, incentivo a participar em campanhas de solidariedade para recolhas de bens alimentares), atividades de vida diária (dia no supermercado, elaboram lista de compras e online pesquisam preços de vários bens diários, confeção de ementas semanais, grelha de tarefas diárias, etc.) promoção de autonomia (preparação para a vida autónoma), e outras atividades mais esporádicas onde participam por vezes os nossos parceiros sociais.

<Internas\GC2> - § 3 referências codificadas [4,56% Cobertura]

Referência 1 - 1,64% Cobertura

Programas de promoção de competências psicossociais

Referência 2 - 2,21% Cobertura

Capacidade reflexiva, a autonomia, as várias competências relacionais

Referência 3 - 0,71% Cobertura

Atividades vida diária

<Internas\GC3> - § 2 referências codificadas [9,38% Cobertura]

Referência 1 - 3,81% Cobertura

Tem a escola é externa, depois têm também outras atividades como desporto numa associação local, alguns têm catequese e escuteiros.

Referência 2 - 5,56% Cobertura

Em pequenas reuniões que temos individualmente com cada criança/jovem são tratados assuntos relativos a competências pessoais e sociais. Falamos sobre AVD's, sobre comportamentos de risco, etc.

Categoria Desinstitucionalização

Nome	Fontes	Referências
Desinstitucionalização	4	8
Aplicação de outra medida	4	4
Colocação	0	0
Meio natural de vida	4	4
Contactos com a instituição	4	4
Cortados	0	0
Mantidos	4	4

<Internas\GC1> - § 2 referências codificadas [4,52% Cobertura]

Referência 1 - 2,33% Cobertura

Autonomia de vida e apoio junto dos familiares (retorno à família), mas como acolhemos maioritariamente jovens, as medidas que mais vezes se aplicam são autonomia de vida.

Referência 2 - 2,19% Cobertura

Sim mantem habitualmente. Através de contatos telefónicos e até presenciais. Habitualmente nas épocas festivas (natal, pascoa, etc.) costumam vir à instituição.

<Internas\GC1a> - § 2 referências codificadas [1,68% Cobertura]

Referência 1 - 0,86% Cobertura

Autonomia de vida e apoio junto dos familiares

Referência 2 - 0,82% Cobertura

as crianças ou jovens costumam regressar cá.

<Internas\GC2> - § 2 referências codificadas [9,15% Cobertura]

Referência 1 - 2,15% Cobertura

Autonomia de vida e apoio junto dos familiares (retorno à família).

Referência 2 - 7,00% Cobertura

Sim, mantêm habitualmente. Costumam inclusive visitar-nos, escrever-nos. Recentemente, organizaram um jantar cá em casa e foi fantástico estar um grupo grande de antigas jovens acolhidas e verificarmos que estão bem.

<Internas\GC3> - § 2 referências codificadas [3,56% Cobertura]

Referência 1 - 1,35% Cobertura

Autonomia de vida e apoio junto dos familiares

Referência 2 - 2,21% Cobertura

Jovens costumam vir cá esporadicamente visitar-nos depois de saírem de cá.

Categoria Institucionalização:

Nome	Fontes	Referências
Institucionalização	4	12
Desvantagens	4	9
idade dos jovens acolhidos	2	2
Recusa dos jovens em colaborar	2	2
Trabalho que devia ser feito anteriormente	3	4
Média de tempo de institucionalização	4	4
Até 1 ano	0	0
De 2 a 3 anos	2	2
Entre 1 e 2 anos	1	1
Mais que tres anos	1	1
Vantagens	4	6
Assegurar um futuro	3	3
Oportunidade de acompanhamento psicossocial	1	1
Suporte social	2	2

<Internas\GC1> - § 4 referências codificadas [13,28% Cobertura]

Referência 1 - 7,21% Cobertura

vezes a institucionalização já não traz vantagens nenhuma a jovens que são por exemplo acolhidas aos 16/ 17 anos por desvios comportamentais e porque a família já não consegue controlar os seus comportamentos e nos chegam aqui numa trajetória já quase de delinquência, e que por mais empenho que a equipa tenha estas jovens continuam a cometer delitos, a ausentar-se indevidamente da instituição, não acatando normas e regras, e quando fazem os 18 anos não aceitam continuar institucionalizados optando por voltar a vida anterior.

Referência 2 - 1,94% Cobertura

No entanto há as que necessitavam mesmo da instituição pois não tinham outra alternativa (abandono e falta de suporte familiar, abuso sexual).

Referência 3 - 3,55% Cobertura

Como referi considero que devia de haver mais trabalho com as famílias antes de se pensar em institucionalização.

Referência 4 - 0,58% Cobertura

tempo de institucionalização é de 2/3 anos.

<Internas\GC1a> - § 4 referências codificadas [12,48% Cobertura]

Referência 1 - 7,42% Cobertura

No entanto nem sempre isso se verifica, principalmente quando são acolhidas jovens que não aceitam a institucionalização e vêm com comportamentos totalmente desajustados aos que são desejáveis, pelo que para estas jovens que vem já a desafiar a autoridade este tipo de resposta não é nada vantajosa até porque o curto espaço em que estão colhidas não nos permite alterar qualquer comportamento.

Referência 2 - 1,44% Cobertura

maior parte dos casos a institucionalização traduz-se na medida mais adequada

Referência 3 - 2,80% Cobertura

há casos em que deveria ser tomada outra decisão e ser aplicada outra medida mais conveniente a certos caso, como o das adolescentes transgressoras.

Referência 4 - 0,82% Cobertura

tempo de institucionalização é de 2/3 anos.

<Internas\GC2> - § 2 referências codificadas [5,01% Cobertura]

Referência 1 - 4,36% Cobertura

Considero que muitas das vezes há um trabalho de retaguarda que devia ter sido feito e que evitaria a colocação da jovem na instituição.

Referência 2 - 0,64% Cobertura

é cerca de três anos

<Internas\GC3> - § 2 referências codificadas [4,13% Cobertura]

Referência 1 - 3,18% Cobertura

a institucionalização é necessária em alguns casos, quando já foram esgotadas todas as alternativas existentes.

Referência 2 - 0,95% Cobertura

Em média cerca de um ano ou dois.

Categoria Intervenção:

Nome	Fontes	Referências
Intervenção	4	9
Aspectos negativos	4	7
Excesso de burocracia	2	2
Falta de recursos financeiros	2	2
Falta de recursos humanos	3	3
Falta de trabalho de retaguarda	3	3
Aspetos positivos	1	1
Abertura à mudança	1	1
Trabalho com as famílias	4	4
programas de educação parental	1	1
Visitas domiciliarias	2	2

<Internas\GC1> - § 4 referências codificadas [10,65% Cobertura]

Referência 1 - 2,97% Cobertura

As outras crianças/jovens muitas das vezes, se a família tivesse sido trabalhada anteriormente e se fosse feito um trabalho de proximidade junto das crianças e dessas famílias, não seria necessário a institucionalização.

Referência 2 - 2,35% Cobertura

Considero que a o nosso trabalho nunca está completo e sim podemos sempre melhorar, temos que estar sempre dispostos à mudança se esta se traduzir na melhoria de intervenção.

Referencia 3 - 1,66% Cobertura

No entanto considero que muitas das vezes a falta de recursos humanos dificulta em muito a intervenção que seria desejável.

Referência 4 - 3,67% Cobertura

As visitas domiciliares, o trabalho de contacto com tribunais, segurança social, e organização de processos individuais, levam muito tempo e muitos dos dias não conseguimos dar o apoio necessário a cada criança/jovem ficando este por vezes ao cargo da equipa educativa.

<Internas\\GC1a> - § 1 referência codificada [3,81% Cobertura]

Referência 1 - 3,81% Cobertura

facto do reforço que houve pelo Plano Dom ter sido dispensado, trouxe-nos sobrecarga de trabalho, pelo que considero que a falta de recursos deveria ser colmatada e este reforço se deveria ter mantido.

<Internas\\GC2> - § 2 referências codificadas [6,61% Cobertura]

Referência 1 - 4,36% Cobertura

Considero que muitas das vezes há um trabalho de retaguarda que devia ter sido feito e que evitaria a colocação da jovem na instituição.

Referência 2 - 2,25% Cobertura

Se fosse melhor subsidiada haveria possibilidade de outras atividades.

<Internas\\GC3> - § 2 referências codificadas [6,94% Cobertura]

Referência 1 - 2,44% Cobertura

Vezes poderia ter sido considerada outra alternativa que não a institucionalização.

Referência 2 - 4,50% Cobertura

Continua a ser a preocupação com os números e não com as pessoas, o que muitas vezes não nos permite ter uma intervenção de excelência como seria desejado.

Categoria Plano Socioeducativo Individual

Nome	Fontes	Referências
Plano Socioeducativo Individual	4	11
Articulação com outras entidades	4	5
Definição de projetos com outras entidades	1	1
Parceira no trabalho com as famílias	4	5
Avaliação diagnóstica	3	4
Auscultar os interesses das crianças e jovens	3	3
Avaliação da criança ou jovem	3	3
Definição de projetos	4	5
Colaboração da família	1	1
Colaboração de outras entidades afetas ao processo	3	4
Em conjunto com a criança ou jovem	2	2

<Internas\\GC1> - § 4 referências codificadas [11,12% Cobertura]

Referência 1 - 0,84% Cobertura

é feita a avaliação global, a nível social, escolar e familiar

Referência 2 - 2,66% Cobertura

Traçado para a criança o plano socioeducativo individual, onde muitos dos projetos são realizados em parceria com a escola, ou outros intervenientes/pessoas significativas na vida da criança/jovem.

Referência 3 - 4,61% Cobertura

Todas as crianças/jovens aquando da sua avaliação junto da psicóloga dão o seu parecer relativo ao seu projeto de vida quer a nível escolar, de saúde ou social, muitas das vezes são os jovens que propõe atividades em que gostariam de participar, ou temas que gostariam de ver debatidos, onde elas pudessem participar e adquirir conhecimentos.

Referência 4 - 3,01% Cobertura

Nós fazemos diversas visitas domiciliárias, algumas onde até elaboramos planos junto da família para melhorarem alguns aspetos, estes que são elaborados também de forma a constituírem um projeto nos PSEIS da criança/jovem.

<Internas\\GC1a> - § 3 referências codificadas [3,51% Cobertura]

Referência 1 - 1,10% Cobertura

para todas as crianças e jovens acolhidas é feito um PSEI,

Referência 2 - 1,66% Cobertura

Feita uma avaliação diagnostica de cada uma a nível escolar, social, familiar e de saúde,

Referência 3 - 0,75% Cobertura

Seus projetos para cada uma dessas áreas

<Internas\\GC2> - § 2 referências codificadas [8,09% Cobertura]

Referência 1 - 5,17% Cobertura

Criança é avaliada, esta avaliação é feita em função da criança, dos recursos que tem, da família, das condições familiares e de tudo que diz respeito à criança.

Referência 2 - 2,92% Cobertura

Segurança social, cpcj, tribunal, saúde, escola, junta e câmara, acert, museus, bibliotecas

<Internas\GC3> - § 2 referências codificadas [6,97% Cobertura]

Referência 1 - 5,16% Cobertura

depois de definirmos juntamente com a família (quando a situação o permite) e a criança /jovem, o projeto de vida da criança, em articulação com as outras entidades intervenientes

Referência 2 - 1,81% Cobertura

Sim, trabalha sempre em articulação com a CPCJ e a Seg. social

Categoria Projeto de Vida

Nome	Fontes	Referências
Projeto de vida	4	20
Definido com o menor	3	5
Auscultar o menor	2	3
Definido em conjunto com a família	3	3
Dificuldades na definição	2	3
Excesso de burocracia	2	2
recusa do menor em colaborar	1	1

<Internas\GC1> - § 6 referências codificadas [10,66% Cobertura]

Referência 1 - 0,43% Cobertura

Tem o projeto de vida definidos

Referência 2 - 0,50% Cobertura

Sempre que a idade assim o justifique

Referência 3 - 1,86% Cobertura

Onde muitos dos projetos são realizados em parceria com a escola, ou outros intervenientes/pessoas significativas na vida da criança/jovem

Referência 4 - 2,98% Cobertura

Crianças participam nos escuteiros, na catequese, têm também aulas de dança, basquetebol e educação física fora da instituição em horário pós laboral. Ao fim de semana participam ainda em atividades do programa escolhas.

Referência 5 - 1,88% Cobertura

Tenham ainda tempo para fazer os trabalhos de casa, bem como para terem algum tempo livre depois do jantar em que possam dedicar a elas.

Referência 6 - 3,01% Cobertura

Nós fazemos diversas visitas domiciliares, algumas onde até elaboramos planos junto da família para melhorarem alguns aspectos, estes que são elaborados também de forma a constituírem um projeto nos PSEIS da criança/jovem.

<Internas\\GC1a> - § 6 referências codificadas [28,11% Cobertura]

Referência 1 - 2,19% Cobertura

Depois da integração da jovem na instituição é que delineamos em conjunto com ela e familiares o seu projeto de vida.

Referência 2 - 2,39% Cobertura

Nem sempre este está definido no seu processo logo após dois meses do acolhimento, embora nós já saibamos o que será definido.

Referência 3 - 0,71% Cobertura

Sempre que a idade assim o justifique.

Referência 4 - 8,33% Cobertura

Fim-de-semana participam ainda em atividades do programa escolhas, participam nos escuteiros, na catequese. Durante a semana têm também aulas de dança, basquetebol e educação física fora da instituição em horário pós laboral. Todas estas atividades são devidamente calendarizadas para que as crianças/jovens tenham ainda tempo para fazer os trabalhos de casa, bem como para terem algum tempo livre depois do jantar em que possam dedicar a elas.

Referência 5 - 8,48% Cobertura

Famílias são a nossa principal aposta, uma vez que para a criança retorne a família e esse retorno se torne definitivo antes esta família tem que ter todas as condições necessárias ao seu restabelecimento. Assim, na instituição e nos casos que assim o permitam fazemos visitas domiciliares e articulamos em conjunto com outras instituições de forma a garantir a estas famílias o apoio necessário para que possam receber de novo as crianças retiradas.

Referência 6 - 6,00% Cobertura

Jovens que não aceitam a institucionalização e vêm com comportamentos totalmente desajustados aos que são desejáveis, pelo que para estas jovens que vem já a desafiar a autoridade este tipo de resposta não é nada vantajosa até porque o curto espaço em que estão colhidas não nos permite alterar qualquer comportamento.

<Internas\\GC2> - § 4 referências codificadas [14,83% Cobertura]

Referência 1 - 0,22% Cobertura

Sim têm

Referência 2 - 11,46% Cobertura

Sim, a escola é externa, elas passam o dia todo fora, depois tem apoio ao estudo na capital de distrito, num gabinete de apoio ao estudo; tem teatro; algumas que estão a ser acompanhadas têm acompanhamento pedopsiquiátrico na capital de distrito. Outras que também estão a ser acompanhadas a outros níveis, tem o acompanhamento fora. Tem também catequese.

Referência 3 - 0,83% Cobertura

Temos atividades internas,

Referência 4 - 2,31% Cobertura

Desenvolvemos trabalho junto da família – programa de educação parental.

<Internas\GC3> - § 4 referências codificadas [15,14% Cobertura]

Referência 1 - 4,59% Cobertura

Cada vez mais complicado responder às necessidades burocráticas exigidas pelas entidades externas e ao mesmo tempo trabalhar com as crianças e jovens acolhidos

Referência 2 - 5,16% Cobertura

Depois de definirmos juntamente com a família (quando a situação o permite) e a criança /jovem, o projeto de vida da criança, em articulação com as outras entidades intervenientes

Referência 3 - 3,81% Cobertura

Tem a escola é externa, depois têm também outras atividades como desporto numa associação local, alguns têm catequese e escuteiros.

Referência 4 - 1,58% Cobertura

A família do menor para que este volte à sua família.

Anexo K - Reformulação Guião entrevista Técnicos gestores de caso Guião de entrevista semiestruturada

Entrevista n.º: _____ Data: ___/___/___ Código:GC _____
Nome: _____

1ª Parte- Caracterização entrevistados

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Apresentação	<p>Explicar objetivos da entrevista:</p> <p><i>Os objetivos principais deste estudo são, conhecer, analisar e compreender as estratégias /intervenção que os lares de infância e juventude têm no processo de acolhimento das crianças/jovens em risco e perceber de que forma o tipo de intervenção desenvolvida em acolhimento institucional, alterou as trajetórias de vida dos jovens institucionalizados.</i></p> <p>Permissão para gravar entrevista ou efetuar outro tipo de registo.</p>	
Caracterização dos entrevistados	Tempo de trabalho em LIJ: _____	

2ª Parte- Intervenção desenvolvida

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Princípios fundamentais da intervenção	<p>-Cada criança /jovem tem um Plano socioeducativo definido de acordo com as suas capacidades e especificidades? (Educação, saúde, social)</p> <p>-As crianças /jovens participam em atividades fora da instituição? Quais?</p> <p>-Na instituição são desenvolvidas atividades de promoção de competências pessoais e sociais?</p>	<p>A criança /jovem é informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida?</p> <p>Que áreas são trabalhadas?</p>

3ª Parte- Intervenção em parceria

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Parcerias	<p>-A instituição trabalha em parceria com outras instituições?</p> <p>-Caso o projeto de vida das crianças/jovens assim justifique, a família destes é trabalhada?</p>	<p>-Quais? Estas equipas participam na definição do projeto de vida das crianças /jovens?</p>

4ª Parte- Perceção dos técnicos

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Perceção dos técnicos	<p>-Considera que a institucionalização traz vantagens a estes jovens?</p> <p>-Considera que na maior parte dos casos a institucionalização foi a medida adequada?</p>	A que nível?
Desinstitucionalização	<p>-Em média qual é o tempo de institucionalização das crianças/jovens?</p> <p>-Quando são desinstitucionalizadas, as crianças /jovens, qual a medida que é maioritariamente aplicada?</p> <p>-Depois de saírem da instituição, as crianças /jovens continuam a manter contacto com os pares/técnicos da instituição?</p>	De que forma?

5ª Parte- Encerramento

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)
Encerramento	Informar acerca do tratamento dos dados; Agradecimentos;	

Anexo L- Transcrição entrevistas efetuadas aos jovens

Entrevista nº:1	Data: 28/02/2013	Código:CJA1
LIJCENTRO	Idade: 22 anos	Sexo feminino 04-18

Antes da institucionalização foi lhe aplicada outra medida? “Não, fui acolhida com 4 anos e até aos 18 estive institucionalizada”.

Quanto tempo esteve institucionalizado? *“Estive institucionalizada durante 14 anos. Cresci e vivi sempre na instituição. Eles são a minha família”.*

-Sabe se lhe foi definido um projeto de vida? *“Sim, inicialmente pensaram em voltar para casa do meu pai, mas ele não tinha condições e já era muito idoso, então fui ficando na institucionalização. Aos fins-de-semana e alguns tempos de férias ia passar a casa de uma professora. Desde os meus 15 anos foi sendo trabalhado comigo a minha saída para autonomia de vida. Aos 18 anos fui para o apartamento de autonomização e estive la ate agora. Nesta fase já era eu que tratava das minhas coisas (comida, roupa, contas, etc) ”.*

-A sua família foi acompanhada pela equipa da instituição ou por outra equipa (seg. social, etc.)? *“Sim, o meu pai foi acompanhado pelas técnicas da instituição e pela segurança social”.*

-Foi informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida? *“Sim as técnicas reuniram comigo muitas vezes para debater os percursos que eu devia realizar, a nível escolar e iam me informando acerca do estado do meu processo.*

-Participou em atividades fora da instituição? *“Sim, dança, catequese, escuteiros e outras atividades desportivas e sociais em colaboração com outras instituições locais ”.*

-Foram desenvolvidas atividades de promoção de competências na instituição? *“Sim havia dinâmicas de grupo todas as semanas as quintas-feiras no meu grupo onde eram debatidos temas diferentes e atuais todas as semanas”.*

-Considera que a institucionalização trouxe vantagens? *“A mim trouxe, não tinha mais nenhum suporte e se não tivesse vindo para o colégio, não conseguia ser a pessoa que sou hoje. Considero que sem a instituição e as pessoas que aqui trabalham não tinha conseguido estudar, ter uma cama, pessoas que cuidaram de mim e me educaram”.*

-Considera que a institucionalização foi a medida adequada? *“Depois da morte da minha mãe, o meu pai não tinha como cuidar de mim, vivíamos num monte sem luz nem agua. Vim muito pequena para aqui, e acho que estive bem, porque tinha pessoas a cuidar de mim e tinha contactos com o meu pai e se tivesse sido adotada talvez não seria feliz porque iam afastar-me do meu pai que apesar das dificuldades e da idade avançada precisa de mim e eu dele”.*

-Continua a manter contacto com os pares/técnicos da instituição? *“Sim, até porque os considero família, todos os fins de semana que não passo em casa do meu pai vou ao colégio visita-los”.*

Entrevista nº:2

Data: 28/02/2013

Código:CJA2

LIJCENTRO

Idade:22 anos

Sexo feminino 04-18

Quanto tempo esteve institucionalizada? *“Estive institucionalizada 16 anos”.*

Antes de ir para a instituição teve outra medida? *“Antes de ir para a instituição não tive outra medida”.*

Sabe se lhe foi definido um projeto de vida? *“Sim, foi-me definido um projeto de vida”.*

Participou no seu projeto de vida? *“Sim, participei na definição do meu projeto de vida. Em conjunto com as pessoas responsáveis era mos questionados sobre onde gostávamos de estudar, que curso gostaríamos de frequentar. Também tínhamos reuniões onde eram abrangidos todos os temas da atualidade e da vida longe da instituição, como governar uma casa como pagar as contas, como poupar nas compras e muitos outros temas que hoje nos ajudam no nosso dia-a-dia”.*

A sua família foi acompanhada pela equipa da instituição ou por a segurança social? *“Sim, a nossa família (mãe) também era acompanhada, e por vezes tínhamos reuniões em conjunto para resolver algum problema que tivesse mos com os mesmos, para que estes fossem resolvidos para o bem das jovens do lar e para um bom ambiente familiar”.*

Fui informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida? *“Sim, fui sempre informada de todas as decisões da minha vida, inclusive eram decididas em conjunto”.*

Participou em atividades fora da instituição? *“Sim, participamos em tantas que nem me lembro de todas”.*

Quais? *“Era muito engraçado porque nós fazíamos tantas atividades e estávamos sempre ocupadas, íamos acampar, ao cinema, ao jardim zoológico, íamos para pousadas da juventude, ao circo, para a praia, caminhadas, ateliês de culinária, etc.”.*

Foram desenvolvidas atividades de promoção de competências na instituição? *“Sim, tínhamos o programa de promoção de competências, mas também íamos com frequência á biblioteca municipal, incentivavam a leitura e os estudos eram acompanhados sempre por alguém para nos explicar onde tínhamos mais dificuldades”.*

Considera que a institucionalização foi a medida adequada? *“Devemos todas agradecer ter estado numa instituição como esta em que tínhamos liberdade para escolhermos o nosso futuro sempre da melhor maneira e sempre bem acompanhadas, hoje na nossa vida atual já temos conhecimento das coisas e de onde podemos resolver alguns problemas graças ás reuniões e ao acompanhamento que tivemos. Hoje em dia ainda tenho ligação com as pessoas da instituição e quando tenho algum problema ou preciso de algum conselho ou só para tomar café elas estão connosco”.*

Entrevista nº:3	Data: 01/03/2013	Código:CJB2
LIJCENTRO	Idade:23	Sexo feminino

Antes da institucionalização foi lhe aplicada outra medida? *“Sim, anteriormente foi-me aplicada medida apoio junto dos pais, mas eu não cumpria com as idas à escola, e fui colocada na instituição”.*

Quanto tempo esteve institucionalizado? *“Estive institucionalizada durante 2 anos”.*

-Sabe se lhe foi definido um projeto de vida? *“Sim, na instituição trabalharam logo com a minha família e a escola, para eu poder voltar para casa. Assim, eu comecei a cumprir com as idas à escola e os meus pais foram encaminhados para desintoxicação de álcool e eu voltei para casa depois de mais ou menos dois anos”.*

-A sua família foi acompanhada pela equipa da instituição ou por outra equipa (seg. social, etc.)? *“Sim, os meus pais foram acompanhados pelas técnicas da instituição e pela segurança social e no centro de saúde, foram encaminhados para desintoxicação e melhoraram bastante”.*

-Foi informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida? *“Sim, normalmente as técnicas reuniam comigo e falávamos do meu percurso a nível escolar”.*

-Participou em atividades fora da instituição? *“Só participei em desporto fora da instituição”.*

-Foram desenvolvidas atividades de promoção de competências na instituição *“Nem sempre tínhamos atividades todos juntos. Mas as técnicas falavam as vezes connosco sobre as tarefas diárias, e comportamentos que devíamos ter em determinadas situações”.*

-Considera que a institucionalização trouxe vantagens? *“Acho que se não tivesse sido institucionalizada os meus pais não percebiam que tinham que deixar o álcool, nesse aspeto foi benéfico. Mas custou-me estar longe deles aquele tempo todo. Foi bom porque consegui regularizar o meu percurso escolar e tirar um curso profissional”.*

-Considera que a institucionalização foi a medida adequada? *“Não sei. Não sei se poderia ter existido outra, mas como já tinham dado uma hipótese aos meus pais e a mim e não cumprimos talvez tenha sido”.*

-Continua a manter contacto com os pares/técnicos da instituição? *“Sim esporadicamente”.*

Entrevista nº:4	Data: 03/04/2013	Código:CJC2
LIJCENTRO	Idade:21	Sexo feminino 06-18

Antes da institucionalização foi lhe aplicada outra medida? *“Sim, estive com à guarda da minha avó”.*

Quanto tempo esteve institucionalizado? *“Estive lá 2 anos”.*

-Sabe se lhe foi definido um projeto de vida? *“Sim as técnicas falavam comigo para me prepararem para autonomia de vida para quando saísse da instituição. Ajudaram-me na escola e a manter contactos com a minha família”.*

-A sua família foi acompanhada pela equipa da instituição ou por outra equipa (seg. social, etc.)? *“Sim, a minha avó foi sempre acompanhada pelas técnicas e os meus pais também”.*

-Foi informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida? *“Sim as técnicas reuniram comigo muitas vezes comigo, especialmente quando eu infringia alguma regra ou fazia algum disparate”.*

-Participou em atividades fora da instituição? *“Sim, dança e atividades desportivas”.*

-Foram desenvolvidas atividades de promoção de competências na instituição? *“Sim havia dinâmicas de grupo todas as semanas, tínhamos também atividades aos sábados com o programa escolhas”.*

-Considera que a institucionalização trouxe vantagens? *“Sim, deixei de ter comportamentos desadequados que me estavam a prejudicar, ajudou-me a encontrar um futuro melhor através de todo o suporte que me foi dado a todos os níveis”.*

-Considera que a institucionalização foi a medida adequada? *“Eu considero que sim. Se não fosse a institucionalização eu possivelmente já teria algum processo a decorrer em tribunal por comportamentos desajustados”.*

-Continua a manter contacto com os pares/técnicos da instituição? *“Sim, até porque devo-lhes imenso por tudo o que fizeram por mim”.*

Anexo M – Critérios de avaliação Guião de entrevista semiestruturada jovens

Entrevista n.º:

Data:

Código:

Grelha de avaliação da entrevista

Esta entrevista integra o projeto de investigação, no âmbito do Mestrado em Intervenção Psicossocial com crianças e jovens em risco, da escola Superior de Educação de Viseu, cujo tema é *Intervenção nos lares de infância e juventude – perceção dos técnicos e jovens*.

Os objetivos principais deste estudo são, conhecer, analisar e compreender as estratégias /intervenção que os lares de infância e juventude têm no processo de acolhimento das crianças/jovens em risco e perceber de que forma o tipo de intervenção desenvolvida em acolhimento institucional, alterou as trajetórias de vida dos jovens institucionalizados.

A sua colaboração é essencial, pelo que solicito que o presente documento seja preenchido na totalidade, para tal deverá aplicar a escala de avaliação de 1 a 5 para avaliar cada questão, de acordo com cada um dos critérios.

Agradeço desde já a sua disponibilidade para participar nesta investigação, pelo que sem o seu contributo esta seria impossível.

Muito Obrigada!

Assinale nos itens à direita a sua opinião relativamente às questões efetuadas, selecionando o número que exprime o grau de adequação das mesmas (de 1 a 5, em que 1 - Completamente Desadequado| 2- Desadequado| 3 – Adequado| 4- Muito Adequado| 5 - Totalmente Adequado), tendo em conta os aspetos considerados.

2ª Parte- Medidas aplicadas aos entrevistados

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Medidas aplicadas aos entrevistados	Antes da institucionalização foi lhe aplicada outra medida?	Qual?	Compreensão					
			Informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza					
			Dificuldade na resposta					
Institucionalização	Local de residência <input type="checkbox"/> Outro: _____		Compreensão					
			Informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza					
			Dificuldade na resposta					
Período de institucionalização	Quanto tempo esteve institucionalizado?		Compreensão					
			Informação desconhecida					

			Pertinência					
			Clareza					
			Dificuldade na resposta					

3ª Parte- Intervenção desenvolvida

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5	
Intervenção	-Sabe se lhe foi definido um projeto de vida?	-Participou na definição do seu projeto de vida?	Compreensão						
			Informação desconhecida						
			Pertinência						
			Clareza						
			Dificuldade na resposta						
	-A sua família foi acompanhada pela equipa da instituição ou por outra equipa (seg. social, etc.)?			Compreensão					
				Informação desconhecida					
				Pertinência					
				Clareza					
				Dificuldade na resposta					
Princípios	-Foi informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida?	Educação, saúde, família, etc)	Compreensão						
			Informação desconhecida						
			Pertinência						

fundamentais da intervenção	-Participou em atividades fora da instituição?	Quais?	Clareza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
			Dificuldade na resposta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
			Compreensão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
			Informação desconhecida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
	-Foram desenvolvidas atividades de promoção de competências na instituição	Quais?	Pertinência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
			Clareza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
			Dificuldade na resposta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
			Compreensão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
				Informação desconhecida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				Pertinência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				Clareza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				Dificuldade na resposta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4ª Parte- Percepção do jovem

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Percepção do jovem	-Considera que a institucionalização trouxe vantagens?	Em que aspetos?	Compreensão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			Informação desconhecida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			Pertinência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			Clareza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	-Considera que a institucionalização foi a medida adequada?	De que forma?	Dificuldade na resposta					
			Compreensão					
			Informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza					
	Dificuldade na resposta							
	Compreensão							
	Informação desconhecida							
	Pertinência							
	Clareza							
Dificuldade na resposta								

Anexo N -Resposta questionários validação entrevista jovens

Entrevista nº:1

Data: 28/02/2013

Código:CJA1

LJCENTRO

Sexo feminino 04-18

2ª Parte- Medidas aplicadas aos entrevistados

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Medidas aplicadas aos entrevistados	Antes da institucionalização foi lhe aplicada outra medida?	Qual?	Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
Institucionalização	Local de residência <input type="checkbox"/> Outro: _____		Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X

Período de institucionalização	Quanto tempo esteve institucionalizado?		Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X

3ª Parte- Intervenção desenvolvida

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Intervenção	-Sabe se lhe foi definido um projeto de vida?	-Participou na definição do seu projeto de vida?	Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência				X	
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
	-A sua família foi acompanhada pela equipa da instituição ou por outra equipa (seg. social, etc.)?		Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X

Princípios fundamentais da intervenção	-Foi informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida?	Educação, saúde, família, etc)	Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
	-Participou em atividades fora da instituição?	Quais?	Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
	-Foram desenvolvidas atividades de promoção de competências na instituição	Quais?	Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X

4ª Parte- Perceção do jovem

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
	-Considera que a institucionalização		Compreensão					X

Perceção do jovem	trouxe vantagens?	Em que aspetos?	Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
			Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
	-Considera que a institucionalização foi a medida adequada?	De que forma?	Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
			Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
-Continua a manter contacto com os pares/técnicos da instituição?		Informação desconhecida	X					
		Pertinência					X	

Entrevista nº:2

Data: 01/03/2013

Código:CJA2

LIJCENTRO

Sexo feminino 04-18

2ª Parte- Medidas aplicadas aos entrevistados

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Medidas aplicadas aos entrevistados	Antes da institucionalização foi lhe aplicada outra medida?	Qual?	Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
Institucionalização	Local de residência <input type="checkbox"/> Outro: _____		Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
Período de institucionalização	Quanto tempo esteve institucionalizado?		Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X

3ª Parte- Intervenção desenvolvida

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Intervenção	<p>-Sabe se lhe foi definido um projeto de vida?</p> <p>-A sua família foi acompanhada pela equipa da instituição ou por outra equipa (seg. social, etc.)?</p>	-Participou na definição do seu projeto de vida?	Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência				X	
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
			Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
Princípios fundamentais da intervenção	<p>-Foi informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida?</p> <p>-Participou em atividades fora da instituição?</p>	Educação, saúde, família, etc)	Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
			Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
		Quais?						

	-Foram desenvolvidas atividades de promoção de competências na instituição	Quais?	Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
			Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X

4ª Parte- Percepção do jovem

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Percepção do jovem	-Considera que a institucionalização trouxe vantagens?	Em que aspetos?	Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
	Dificuldade na resposta						X	
	-Considera que a institucionalização		Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X

	foi a medida adequada?	De que forma?	Clareza					X
	-Continua a manter contacto com os pares/técnicos da instituição?		Dificuldade na resposta					X
			Compreensão					X
			Informação desconhecida	X				
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X

Entrevista nº:3	Data: 03/04/2013	Código:CJB2
LJCENTRO		Sexo feminino 06-18

2ª Parte- Medidas aplicadas aos entrevistados

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Medidas aplicadas aos entrevistados	Antes da institucionalização foi lhe aplicada outra medida?	Qual?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X

			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
Institucionalização	Local de residência <input type="checkbox"/> Outro: _____		Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
Período de institucionalização	Quanto tempo esteve institucionalizado?		Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X

3ª Parte- Intervenção desenvolvida

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
	-Sabe se lhe foi definido um projeto de vida?	-Participou na definição do seu projeto de vida?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência				X	

Intervenção	-A sua família foi acompanhada pela equipa da instituição ou por outra equipa (seg. social, etc.)?		Clareza					X		
			Dificuldade na resposta					X		
			Compreensão					X		
			Informação desconhecida					X		
			Pertinência					X		
			Clareza					X		
			Dificuldade na resposta					X		
Princípios fundamentais da intervenção	-Foi informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida?	Educação, saúde, família, etc)	Compreensão					X		
			Informação desconhecida					X		
			Pertinência					X		
			Clareza					X		
			Dificuldade na resposta					X		
	-Participou em atividades fora da instituição?	Quais?	Compreensão					X		
			Informação desconhecida					X		
			Pertinência					X		
			Clareza					X		
			Dificuldade na resposta					X		
			-Foram desenvolvidas atividades de promoção de competências na instituição	Quais?	Compreensão					X
					Informação desconhecida					X
					Pertinência					X

			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X

4ª Parte- Perceção do jovem

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Perceção do jovem	-Considera que a institucionalização trouxe vantagens?	Em que aspetos?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
	-Considera que a institucionalização foi a medida adequada?		Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
	-Continua a manter contacto com os pares/técnicos da instituição?	De que forma?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
Pertinência					X		X	
Clareza							X	

			Dificuldade na resposta						X
--	--	--	-------------------------	--	--	--	--	--	---

Entrevista n°:4	Data: 03/04/2013	Código:CJC3
LJCENTRO		Sexo feminino 06-18

2ª Parte- Medidas aplicadas aos entrevistados

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Medidas aplicadas aos entrevistados	Antes da institucionalização foi lhe aplicada outra medida?	Qual?	Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X
			Clareza					X
			Dificuldade na resposta					X
Institucionalização	Local de residência <input type="checkbox"/> Outro: _____		Compreensão					X
			Informação desconhecida					X
			Pertinência					X

			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X
Período de institucionalização	Quanto tempo esteve institucionalizado?		Compreensão						X
			Informação desconhecida						X
			Pertinência						X
			Clareza						X
			Dificuldade na resposta						X

3ª Parte- Intervenção desenvolvida

BLOCOS TEMÁTICOS	QUESTÕES	OUTROS REGISTOS (OBS.)	Critério de avaliação das questões	1	2	3	4	5	
Intervenção	-Sabe se lhe foi definido um projeto de vida?	-Participou na definição do seu projeto de vida?	Compreensão					X	
			Informação desconhecida					X	
			Pertinência				X		
			Clareza					X	
			Dificuldade na resposta					X	
	-A sua família foi acompanhada pela equipa da instituição ou por outra			Compreensão					X
				Informação desconhecida					X
				Pertinência					X

	equipa (seg. social, etc.)?		Clareza						X	
			Dificuldade na resposta						X	
Princípios fundamentais da intervenção	-Foi informada e incluída em todas as decisões relativas ao seu projeto de vida?	Educação, saúde, família, etc)	Compreensão						X	
			Informação desconhecida						X	
			Pertinência						X	
	-Participou em atividades fora da instituição?	Quais?	Quais?	Clareza						X
				Dificuldade na resposta						X
				Compreensão						X
				Informação desconhecida						X
				Pertinência						X
				Clareza						X
	-Foram desenvolvidas atividades de promoção de competências na instituição	Quais?	Quais?	Dificuldade na resposta						X
				Compreensão						X
				Informação desconhecida						X
				Pertinência						X
				Clareza						X
				Dificuldade na resposta						X

4ª Parte- Perceção do jovem

BLOCOS TEMÁTICOS		OUTROS REGISTOS	Critério de avaliação	1	2	3	4	5
-------------------------	--	------------------------	------------------------------	----------	----------	----------	----------	----------

	QUESTÕES	(OBS.)	das questões							
Perceção do jovem	-Considera que a institucionalização trouxe vantagens?	Em que aspetos?	Compreensão					X		
			Informação desconhecida					X		
			Pertinência					X		
			Clareza					X		
			Dificuldade na resposta					X		
	-Considera que a institucionalização foi a medida adequada?				Compreensão					X
					Informação desconhecida					X
					Pertinência					X
					Clareza					X
					Dificuldade na resposta					X
	-Continua a manter contacto com os pares/técnicos da instituição?		De que forma?	Compreensão					X	
				Informação desconhecida					X	
				Pertinência			X		X	
				Clareza					X	
				Dificuldade na resposta					X	

Anexo O – Tabela Dimensões, categorias e subcategorias resultantes do guião de entrevista dos jovens

Dimensão	Categoria	Subcategoria	Nº de referências	
Atividades	Atividades de promoção de competências	Dinâmicas de grupo	3	7
		Exposição de temas	4	
	Atividades extracurriculares	Fora da instituição	5	7
		Na instituição	2	
Contactos com a instituição	Mantidos	4	4	
Institucionalização	Desvantagens	Estar longe da família	1	1
	Média do tempo da institucionalização	Até 2 anos	2	5
		Mais de 2 anos	3	
	Vantagens	Oportunidade de mudança	2	8
		Percurso escolar e profissional	2	
		Suporte social	2	
		Trabalho com a família	1	
	Trabalho com o jovem	1		
Intervenção	Projetos de vida	Definido em conjunto com a criança/jovem	6	10
		Definido em conjunto com a família	2	
		Definido com outras entidades	2	
	Trabalho com as famílias	Parcerias institucionais	3	7
		Programas de intervenção nas famílias	2	
		Visitas domiciliárias	2	
		Apoio junto dos pais	1	
	Aplicação de medida	Apoio junto de outro familiar	1	2
		Apoio junto dos pais	1	
Não foi aplicada outra medida			2	
		Total:	53	

Anexo O-Resultados análise dados entrevistas jovens com programa NVivo

Nome	Fontes	Referências
Atividades	4	9
Atividades de promoção de competências	4	5
Dinâmicas de grupo	3	3
Exposição de temas	3	4
Atividades extra curriculares	4	5
Fora da instituição	4	5
Na instituição	1	2
Desinstitucionalização	4	4
Contactos com a instituição	4	4
Mantidos	4	4
Institucionalização	4	9
Desvantagens	1	1
Estar longe da família	1	1
Tempo de institucionalização	4	5
Até 2 anos	2	2
Mais de 2 anos	2	3
Vantagens	4	5
Oportunidade de mudança	2	2
Percurso escolar e profissional	2	2
Suporte social	2	2
Trabalho com a família	1	1
Trabalho com o jovem	1	1
Intervenção	4	9
Projeto de vida	4	6
Definido em conjunto com a criança jovem	4	6
Definido em conjunto com a família	2	2
Definido em conjunto com outras entidades	2	2
Trabalho com as famílias	4	5
Parceiras institucionais	3	3
Programas de intervenção nas famílias	2	2
Visitas domiciliárias	2	2
Medidas anteriores à institucionalização	4	4
Aplicada uma medida	2	2
Não foi aplicada outra medida	2	2

Categoria Atividades:

<Internas\cj1> - § 2 referências codificadas [10,07% Cobertura]

Referência 1 - 4,71% Cobertura

Sim, dança, catequese, escuteiros e outras atividades desportivas e sociais em colaboração com outras instituições locais

Referência 2 - 5,36% Cobertura

Sim havia dinâmicas de grupo todas as semanas as quintas-feiras no meu grupo onde eram debatidos temas diferentes e atuais todas as semanas.

<Internas\Cj2> - § 4 referências codificadas [30,80% Cobertura]

Referência 1 - 9,56% Cobertura

tínhamos reuniões onde eram abrangidos todos os temas da actualidade e da vida longe da instituição, como governar uma casa como pagar as contas, como poupar nas compras e muitos outros temas que hoje nos ajudam no nosso dia a dia.

Referência 2 - 2,25% Cobertura

Sim, participamos em tantas que nem me lembro de todas.

Referência 3 - 9,56% Cobertura

Era muito engraçado porque nós fazíamos tantas actividades e estávamos sempre ocupadas, íamos acampar, ao cinema, ao jardim zoológico, íamos para pousadas da juventude, ao circo, para a praia, caminhadas, ateliês de culinária e etc.

Referência 4 - 9,44% Cobertura

Sim, tínhamos o programa de promoção de competências, mas tb íamos com frequência á biblioteca municipal, incentivavam a leitura e os estudos eram acompanhados sempre por alguém para nos explicar onde tínhamos mais dificuldades.

<Internas\cj3> - § 1 referência codificada [2,28% Cobertura]

Referência 1 - 2,28% Cobertura

Só participei em desporto fora da instituição.

<Internas\cj4> - § 2 referências codificadas [9,07% Cobertura]

Referência 1 - 2,25% Cobertura

Sim, dança e actividades desportivas.

Referência 2 - 6,82% Cobertura

Sim havia dinâmicas de grupo todas as semanas, tínhamos também actividades aos sábados com o programa escolhas

Categoria desinstitucionalização:

<Internas\cj1> - § 1 referência codificada [4,52% Cobertura]

Referência 1 - 4,52% Cobertura

até porque os considero família, todos os fins de semana que não passo em casa do meu pai vou ao colégio visita-los.

<Internas\Cj2> - § 1 referência codificada [6,78% Cobertura]

Referência 1 - 6,78% Cobertura

Hoje em dia ainda tenho ligação com as pessoas da instituição e quando tenho algum problema ou preciso de algum conselho ou só para tomar café elas estão conosco.

<Internas\cj3> - § 1 referência codificada [0,99% Cobertura]

Referência 1 - 0,99% Cobertura

Sim esporadicamente.

<Internas\cj4> - § 1 referência codificada [4,02% Cobertura]

Referência 1 - 4,02% Cobertura

Sim, até porque devo-lhes imenso por tudo o que fizeram por mim.

Categoria Institucionalização:

<Internas\cj1> - § 2 referências codificadas [12,18% Cobertura]

Referência 1 - 1,61% Cobertura

Estive institucionalizada durante 14 anos.

Referência 2 - 10,57% Cobertura

mim trouxe, não tinha mais nenhum suporte e se não tivesse vindo para o colégio, não conseguia ser a pessoa que sou hoje. Considero que sem a instituição e as pessoas que aqui trabalham não tinha conseguido estudar, ter uma cama, pessoas que cuidaram de mim e me educaram.

<Internas\Cj2> - § 2 referências codificadas [8,33% Cobertura]

Referência 1 - 1,35% Cobertura

Estive institucionalizada 16 anos

Referência 2 - 6,99% Cobertura

Devemos todas agradecer ter estado numa instituição como esta em que tínhamos liberdade para escolhermos o nosso futuro sempre da melhor maneira e sempre bem acompanhadas,

<Internas\cj3> - § 3 referências codificadas [15,24% Cobertura]

Referência 1 - 1,78% Cobertura

institucionalizada durante 2 anos

Referência 2 - 6,63% Cobertura

Acho que se não tivesse sido institucionalizada os meus pais não percebiam que tinham que deixar o álcool, nesse aspeto foi benéfico.

Referência 3 - 6,83% Cobertura

custou-me estar longe deles aquele tempo todo. Foi bom porque consegui regularizar o meu percurso escolar e tirar um curso profissional.

<Internas\\cj4> - § 2 referências codificadas [11,56% Cobertura]

Referência 1 - 1,03% Cobertura

Estive lá 2 anos.

Referência 2 - 10,53% Cobertura

deixei de ter comportamentos desadequados que me estavam a prejudicar, ajudou-me a encontrar um futuro melhor através de todo o suporte que me foi dado a todos os níveis.

Categoria Intervenção:

<Internas\\cj1> - § 3 referências codificadas [17,43% Cobertura]

Referência 1 - 7,85% Cobertura

Desde os meus 15 anos foi sendo trabalhado comigo a minha saída para autonomia de vida. Aos 18 anos fui para o apartamento de autonomização e estive lá até agora. Nesta fase já era eu que tratava das minhas

Referência 2 - 3,26% Cobertura

Sim, o meu pai foi acompanhado pelas técnicas da instituição e pela segurança social.

Referência 3 - 6,32% Cobertura

Sim as técnicas reuniram comigo muitas vezes para debater os percursos que eu devia realizar, a nível escolar e iam me informando acerca do estado do meu processo.

<Internas\\Cj2> - § 2 referências codificadas [17,69% Cobertura]

Referência 1 - 7,60% Cobertura

Sim, participei na definição do meu projecto de vida. Em conjunto com as pessoas responsáveis era mos questionados sobre onde gostávamos de estudar, que curso gostaríamos de frequentar.

Referência 2 - 10,09% Cobertura

Sim, a nossa família (mãe) também era acompanhada, e por vezes tínhamos reuniões em conjunto para resolver algum problema que tivesse mos com os mesmos ,

<Internas\\cj3> - § 1 referência codificada [4,95% Cobertura]

Referência 1 - 4,95% Cobertura

Sim, na instituição trabalharam logo com a minha família e a escola, para eu poder voltar para casa.

<Internas\\cj4> - § 3 referências codificadas [24,59% Cobertura]

Referência 1 - 10,59% Cobertura

Sim as técnicas falavam comigo para me prepararem para autonomia de vida para quando saísse da instituição. Ajudaram-me na escola e a manter contactos com a minha família.

Referência 2 - 4,69% Cobertura

Sim, a minha avó foi sempre acompanhada pelas técnicas e os meus pais também.

Referência 3 - 9,31% Cobertura

Eu considero que sim. Se não fosse a institucionalização eu possivelmente já teria algum processo a decorrer em tribunal por comportamentos desajustados.

Categoria medidas anteriores à institucionalização:

<Internas\\cj1> - § 1 referência codificada [2,68% Cobertura]

Referência 1 - 2,68% Cobertura

Não, fui acolhida com 4 anos e até aos 18 estive institucionalizada.

<Internas\\Cj2> - § 1 referência codificada [2,17% Cobertura]

Referência 1 - 2,17% Cobertura

Antes de ir para a instituição não tive outra medida.

<Internas\\cj3> - § 1 referência codificada [2,18% Cobertura]

Referência 1 - 2,18% Cobertura

Foi me aplicada medida apoio junto dos pais,

<Internas\\cj4> - § 1 referência codificada [1,95% Cobertura]

Referência 1 - 1,95% Cobertura

Estive com à guarda da minha avó